

MULHERES EM MOVIMENTO

Trabalho, cuidado e protagonismo feminino no/do Maranhão

Ingrid Janne Belfort Mendes

Nathália Adriana Pereira Estrella

Neuriane Santos Santana

Raissa Araújo Lima

**Ingrid Janne Belfort Mendes
Nathália Adriana Pereira Estrella
Neuriane Santos Santana
Raissa Araújo Lima**

**Mulheres em movimento:
trabalho, cuidado e protagonismo feminino
no/do Maranhão**

GÊNESIS
EDUCACIONAL

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Ingrid Janne Belfort Mendes; Nathália Adriana Pereira Estrella; Neuriane Santos Santana; Raissa Araújo Lima

Mulheres em movimento: trabalho, cuidado e protagonismo feminino no/do Maranhão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 192p. 21 x 29,7 cm.

ISBN: 978-65-265-0880-0 [Digital]

1.Trabalho feminino (Maranhão) 2.Mulheres - política 3.Mulheres- sociedade 4. Empreendedorismo feminino. I. Título.

CDD – 370

Capa: Amanda Soares de Lucena

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: Participação feminina na política de Açailândia-MA (2012 - 2020)	
Vanusia Gonçalves da Silva de Sena	18
Aldina da Silva Melo	18
AS MULHERES NA UNIVERSIDADE: trajetórias e condicionantes de carreiras acadêmicas de mulheres no Maranhão	38
Raissa Araújo Lima	38
Wheriston Silva Neris.....	38
RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO: Quebradeiras de Coco Babaçu e a Defesa da Terra e da Cultura em meio a Conflitos Territoriais no Maranhão	72
Joana Alice da Silva Melo.....	72
“POR MIM, POR NÓS, POR TODAS!”: Políticas Públicas de Combate à Violência contra as Mulheres em Turiaçu-MA.....	99
Elenice Ferreira Marques.....	99
Simaria Tavares Sousa	99
Aldina da Silva Melo	99
MULHERES E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: Perfis familiares, trajetórias e percepções de beneficiárias do Município de São Bernardo/MA.....	132
Isabelle Gonçalves de Souza	132
Wheriston Silva Neris	132
EMPREENDEDORISMO FEMININO E EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE AJUDA MÚTUA EM CABO VERDE	182
<i>Tatiana Raquel Reis Silva</i>	182

APRESENTAÇÃO

Trabalho, cuidado e protagonismo feminino no Maranhão.

João Ricardo Costa Silva¹

São muitos os motivos para comemorar a publicação desta obra pelo *Instituto Gênesis de Educação - GÊNESIS* reunindo a colaboração de membros da instituição, projetos e pesquisas versando sobre o tema do trabalho, do cuidado e sobretudo do protagonismo feminino no Maranhão. O título da obra tenta apreender algumas dimensões da transformação na condição feminina contemporânea, demarcando a conquista de novos espaços no campo econômico e institucional, os ganhos em autonomia e protagonismo, ao mesmo tempo em que a sua permanência na posição central de gestão do capital social e da economia de cuidados. O título se inspira em texto de Sueli Carneiro (2003), que ressalta a luta de mulheres negras brasileiras no interior do movimento feminista nacional, demarcando os complexos desafios para a realização da equidade de gênero e raça em nossa sociedade. A escolha do subtítulo, por seu turno, reforça o lugar de protagonismo feminino na produção de saberes e conhecimentos dentro do contexto maranhense, com atenção às particularidades histórico sociais de cada um dos objeto de pesquisa, posicionado nas fronteiras entre o rural e o urbano, entre o centro e a periferia do Estado do Maranhão.

A partir dessa condição epistemológica, pesquisadoras com diferentes pertencimentos às redes científicas e de ativismo social têm se dedicado a refletir sobre a complexidade do papel feminino levantando questões que podem ser pertinentes

¹ Doutor em Sociologia e Analista da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

para motivar outros trabalhos de pesquisa e iniciativas de investigação. Aliás, essa compreensão revelou-se fundamental para o presente projeto de publicação, visto que se trata também de ofertar uma contribuição acessível ao público em geral e acadêmico, em particular, prestando contas quanto ao empenho científico das iniciativas protagonizadas por produtores de conhecimento na região e que vão ao encontro dos projetos e ações desenvolvidas pelo Instituto Genesis Educacional.

De maneira resumida, pois, gostaríamos de introduzir algumas questões ao leitor, a fim de que possa, ele próprio, aprofundar sua compreensão e dialogar com os trabalhos aqui reunidos. Trata-se tão somente de algumas discussões conceituais que são importantes para o propósito pedagógico da obra e constituem uma entre outras leituras possíveis das pesquisas ora divulgadas.

Mulheres, cuidado e protagonismo: introduzindo algumas questões

Como bem destacado por Neris (2015), entre as transformações mais salientes ocorridas desde a década de 1970 encontra-se o aumento significativo do percentual do trabalho feminino, alcançando mais de 40% da força de trabalho em diversos países de capitalismo avançado (ANTUNES, 1998; BRUSCHINI, 1994; HIRATA, 2009). A partir desse período, com as mudanças na estrutura produtiva e no mercado, além dos setores têxteis, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, as mulheres passaram a ocupar postos em diversos ramos, sobretudo o de serviços (ANTUNES, 2005; NOGUEIRA, 2004). Ocorre que essa tendência ocorreu de forma paralela à expansão de formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e/ou vinculados à economia informal (ANTUNES, 1998), o que tendeu a acentuar as desigualdades entre homens e mulheres e, concomitantemente, entre as próprias mulheres (HIRATA, 2009)

Essa intensificação da participação feminina foi marcada, no entanto, por

continuidades e rupturas. No primeiro polo, podemos localizar o contingente de trabalhadoras posicionadas em ocupações menos valorizadas e invisibilizadas, a exemplo do trabalho doméstico (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; NERIS, 2015). Situação essa que se mostra particularmente dramática nos casos de famílias empobrecidas, sobretudo aquelas monoparentais chefiadas em sua ampla maioria por mulheres no Brasil (CAVENAGHI; GOLDANI, 1993; GOLDANI, 1994). Como bem demonstrado por Neris (2015), no pós ruptura conjugal, essas mulheres encarregam-se quase que exclusivamente do cuidado com as crianças em uma lógica de repartição diferencial dos papéis conjugais e parentais que continua a ser consagrada pelo direito. São também elas que compõem a maior parte das famílias monoparentais que se encontram no limite da pobreza (GOLDANI, 1994).

No polo das permanências, destaca-se, sobretudo, a questão da desigualdade na distribuição dos afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2007), o grau desigual de engajamento das mulheres em atividades de gestão do cuidado com idosos e a educação dos filhos (BRUSCHINI, 2000) ou até mesmo a interrupção da carreira profissional pela opção por empregos mal remunerados e intermitentes (BIROLI, 2013). Aliás, como vistos nos estudos sobre a manutenção das tarefas de cuidado e manutenção em famílias de classe média, estas continuam a ser realizadas em sua ampla maioria por mulheres negras pobres, o que levanta aspectos importantes sobre as lógicas de violência simbólica e afetiva e a permanência história da desigualdade racial no Brasil (BERNARDINO-COSTA, 2013; BRITES, 2007a; 2007b). É de se lamentar, por fim, que elas sejam ainda objeto contínuo de múltiplas violências em uma cultura de dominação patriarcal que encontra-se na base desse processos.

Não estranha, pois, que tenha sido justamente a partir do debate sobre o trabalho doméstico que tenha emergido a discussão mais ampla sobre a divisão sexual do trabalho por gênero, o trabalho reprodutivo e a chamada economia do cuidado, que engloba vários sentidos da economia (mercado, monetária, produção, reprodução, cuidado) e a própria variedade de significados associados ao cuidado e à produção do

bem-estar material e emocional (ESQUIVEL, 2011). O tema vem sendo objeto de interesse especialmente para os movimentos de mulheres e feminista que há várias décadas vem destacando interdisciplinarmente as tarefas de atenção e cuidado às pessoas, o quais constituem funções fundamentais e até mesmo imprescindíveis para reprodução social, biológica e o bem-estar (CARRASCO, 2012; HIRATA; GUIMARÃES, 2012).

Como bem demonstrado por Valeria Esquivel (2012), a economia do mercado apresenta já um longo percurso conceitual que não apenas é intrinsecamente complexo, como também adquire peculiaridades de cada sociedade e a depender também dos estratos sociais e faixas de rendimento. Assim, cumpre sempre compreender o que cada contexto nacional/regional demarca como principal problemática (saxônico, ocidental, América Latina, Caribe) e a necessária compreensão de que essa economia do cuidado deve atentar para a própria variedade das agendas econômicas e desafios para a construção de novas políticas públicas. No Brasil, por exemplo, as conjunções históricas entre racismo e sexismo repercutem no imaginário nacional em uma associação perene das mulheres negras a papéis sociais específicos como o de empregadas domésticas ou associados a trabalhos subalternos, vis ou sujeitos (CARNEIRO, 2003; GONZÁLES, 1983).

A situação feminina no mercado de trabalho contemporâneo: explorando alguns dados da PNAD.

Além dos inúmeros desafios para ingressar e permanecer no mercado de trabalho, com a finalidade de auferir o seu sustento, as mulheres enfrentam ainda

dificuldades em razão do gênero, como situações de assédio moral/sexual e a ausência de igualdade salarial.

Analisando historicamente o mercado de trabalho, o nível de ocupação das mulheres é consideravelmente inferior ao dos homens, derivando da menor participação no mercado de trabalho e pela maior taxa de desocupação desse grupo das mulheres. A divisão por gênero das atividades domésticas, é um fator para se compreender à menor participação feminina na força de trabalho, contexto exaustivamente abordado em pesquisas estatísticas e na literatura acadêmica.

O IBGE aponta, que em 2019, o nível de ocupação das mulheres de 25 a 49 anos vivendo com crianças de até 3 anos de idade foi de 54,6% e o dos homens foi de 89,2%. Em lares sem crianças nesse grupo etário, o nível de ocupação foi de 67,2% para as mulheres e 83,4% para os homens (Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil). A situação se torna ainda mais difícil quando se analisa o recorte por cor/raça, com as mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7%.

Os dados estatísticos apresentam a desigualdade entre homens e mulheres, especialmente pretas e pardas, dentro do mercado de trabalho.

As mulheres ainda enfrentam, de forma sistemática, a carga de lidar com um conjunto de atividades, quase sempre não observadas pela sociedade, que acabam por formar uma segunda jornada de trabalho. Atividades intimamente relacionadas com a dimensão privada, de cuidados e afazeres domésticos, é igualmente cheia de desigualdades e desafios.

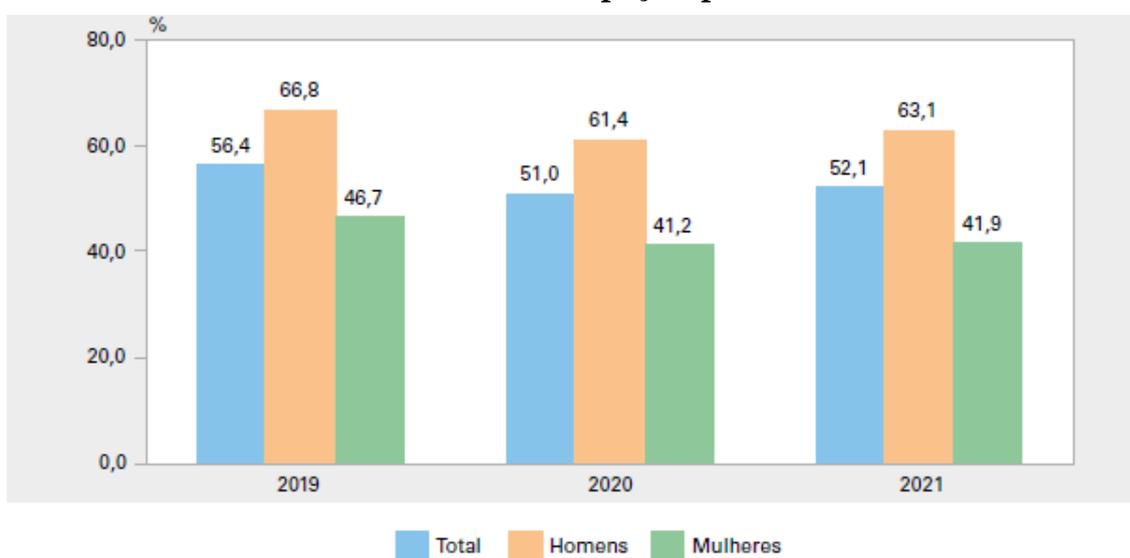
Dados do IBGE, oriundos da PNAD Contínua – Outras formas de trabalho, demonstram que em 2022, o universo populacional com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas. Entretanto, a divisão sexual das atividades era bastante desbalanceada com as mulheres dedicando 21,3 horas semanais e os homens 11,7 horas.

Os números revelam uma proporção de 91,3% das mulheres realizaram

alguma atividade relacionada a afazeres domésticos, enquanto para os homens, essa proporção foi 79,2% entre os homens (PNADC – Outras formas de trabalho, 2022).

Esses dados destacam os desafios enfrentados, como diferenças salariais e representação em setores específicos.

Gráfico 01 - Nível de ocupação, por sexo - Brasil - 2021



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019-2021.

Os dados do gráfico nº 01, evidenciam a permanência de uma estrutura no mercado de trabalho com uma grande desigualdade de gênero, com os dados estatísticos ilustrando uma grande diferença no nível de ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar. Essa diferença é decorrente de um contexto histórico, onde o papel social da mulher não é no mercado de trabalho, mas vinculado nas atividades de cunho doméstico.

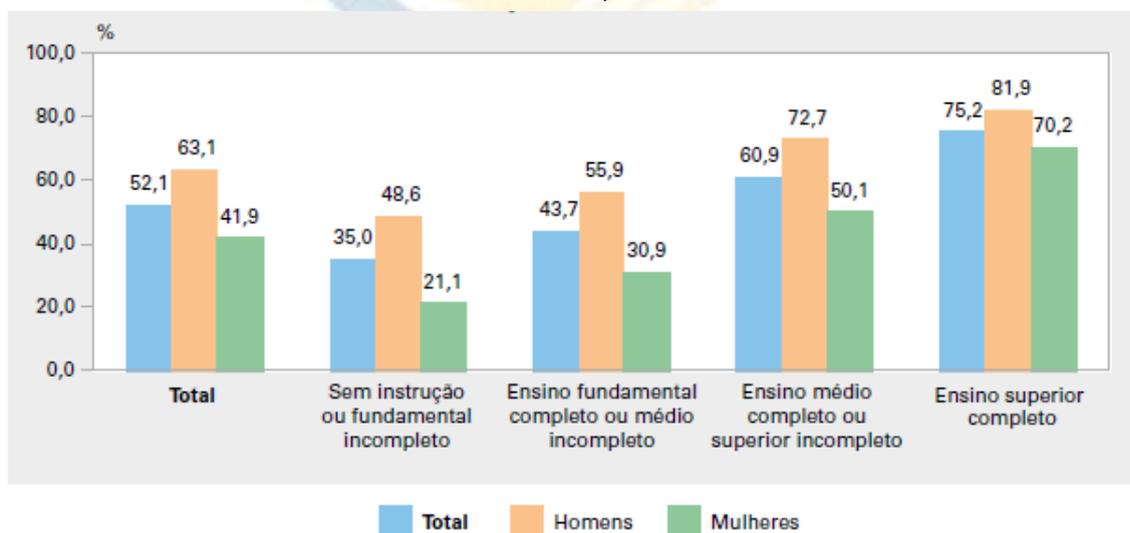
Esse fator é elemento para manutenção da desigualdade econômica entre homens e mulheres, que incluem ainda diferenças salariais, acesso a cargos de liderança e condições de trabalho.

Essencial se ressaltar o fator escolaridade, pois ainda que as mulheres tenham

alcançado uma maior instrução frente aos homens, tal situação não se mostra o suficiente para se alcançar uma situação de igualdade em relação aos homens. O nível de instrução, ainda que não seja capaz de igualar as mulheres no nível de ocupação, é um fator característica muito relevante para assegurar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O gráfico nº 2 é relevante para uma visualização da correlação entre o nível de instrução e o nível de ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Sendo nítido que as mulheres com ensino superior completo têm um nível de ocupação 3,3 vezes maior que o das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

Gráfico 2 – Nível de ocupação, por sexo, segundo nível de instrução (Brasil 2021)

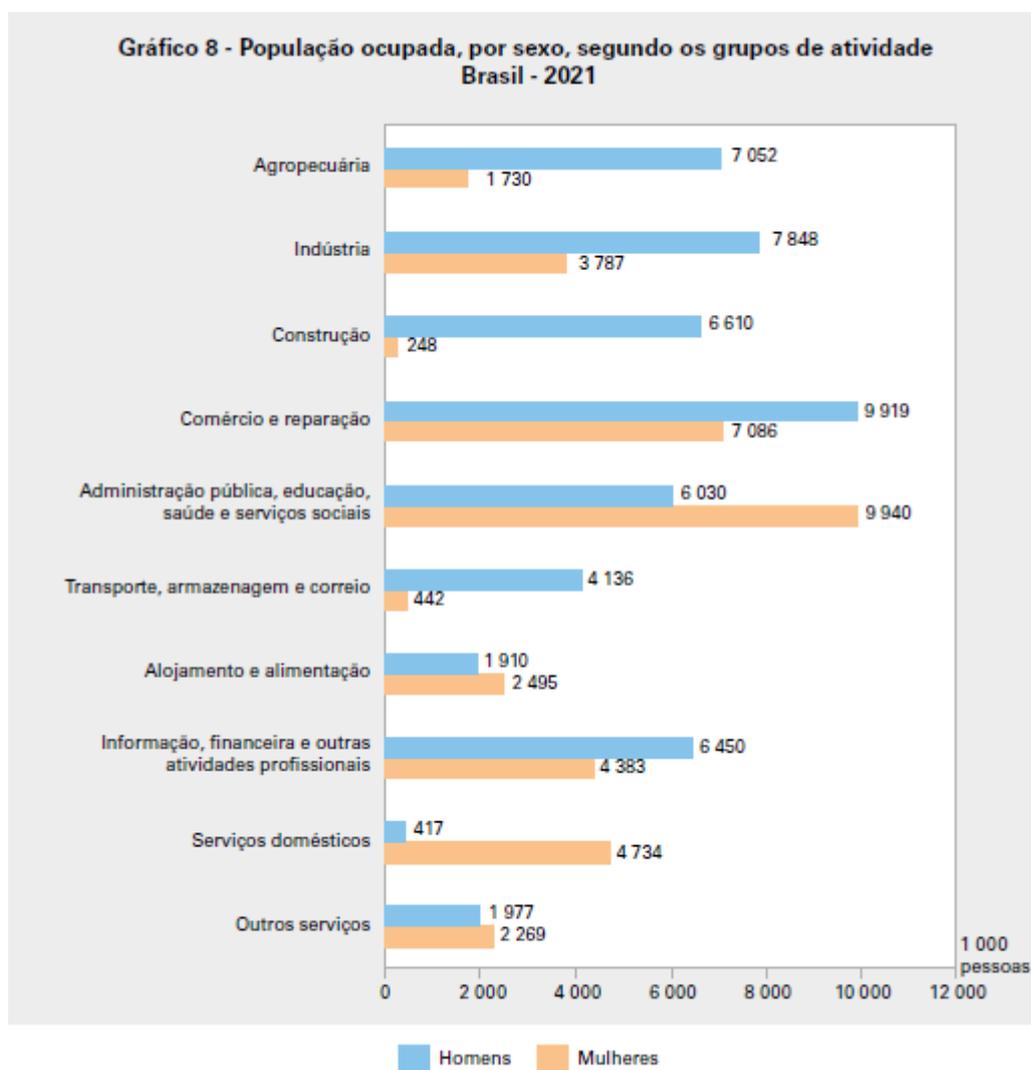


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Os dados apontam uma correlação inversa, assim, quanto maior o nível de instrução é menor a diferença do nível de ocupação entre homens e mulheres demonstrando que a formação educacional se apresenta como um fator positivo para o alcance da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Outro dado relevante é a composição das atividades econômicas, que denota o perfil produtivo de um país, tipificando elementos como nível de industrialização, das atividades agropecuárias e do setor de serviços.

Sendo relevante observar a estrutura produtiva brasileira, em razão de ainda carregar elementos de relações trabalhistas com atributos de economias subdesenvolvidas, sendo destacado pelo IBGE (2022, p. 25): “o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos que, em 2021, alcançou 5,2 milhões de pessoas ocupadas, em sua imensa maioria mulheres (4,7 milhões)”.

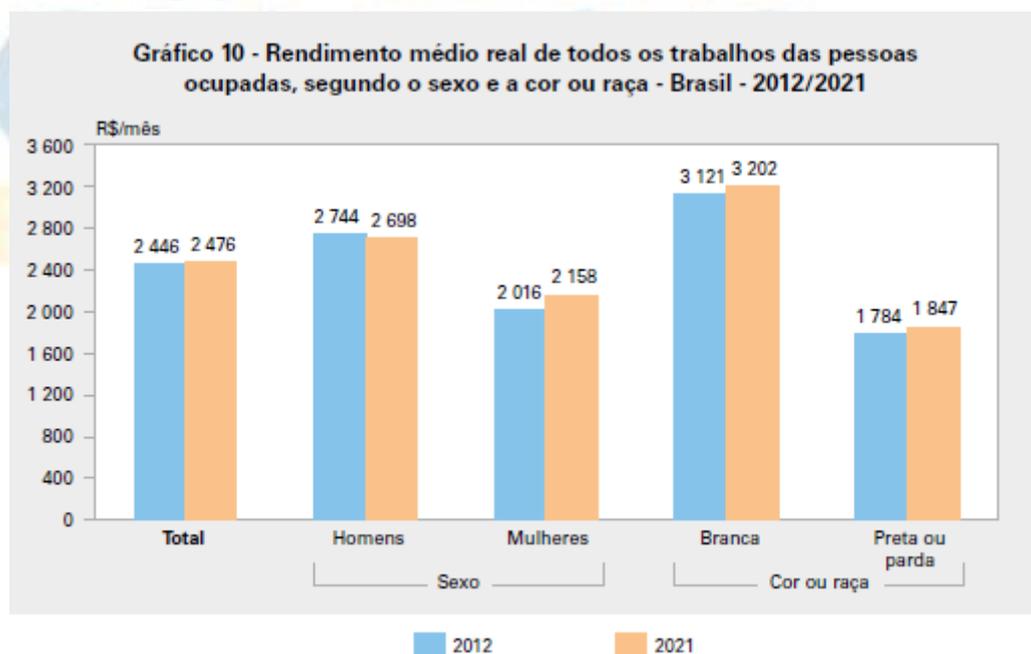


O gráfico acima é relevante ao demonstrar que existe uma diferenciação ampla entre homens e mulheres nos grupos de atividades econômicas laborativas. Sendo indispensável destacar a grande diferença existente nos serviços domésticos, onde o número absoluto de mulheres supera com larga margem o número de homens.

Demonstrando, ainda, em nossa sociedade que certas atividades são vistas como das mulheres.

O grupo de atividades “Administração pública, educação, saúde e serviços sociais” se destaca também pela maior participação das mulheres em relação aos homens. A área de educação, certas ocupações da área de saúde e a área de serviço social historicamente são lugares onde as mulheres foram conseguindo inserção no mercado de trabalho. Novamente, denotando uma visão estereotipada de ocupações que seriam próprias do universo feminino.

Em relação a ocupação de espaços dentro da administração pública, os concursos públicos foram um grande avanço, pois democratizaram o acesso entre homens e mulheres, bem como ao privilegiar a formação educacional, permitem que as mulheres através da educação possam conquistar espaço no serviço público e sua autonomia financeira.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

O gráfico acima, é ilustrativo sobre a importância do projeto, pois apesar dos avanços registrados para igualdade entre homens e mulheres, o caminho que deverá

ser percorrido ainda é longo para promover a autonomia econômica das mulheres. Com base nos dados, se torna nítido que os grupos de atividades laborativas impacta sobre os dados de rendimentos percebidos. Com os homens mantendo uma renda maior que a das mulheres, apesar de uma melhora entre 2012 e 2021.

Deste modo, são necessário projetos de capacitação, acesso a recursos financeiros, incentivo ao empreendedorismo feminino e políticas de igualdade salarial para mitigar as disparidades de gênero no mercado de trabalho. Essa justificativa embasada em dados reforça a importância e a urgência da iniciativa para criar oportunidades econômicas mais igualitárias para as mulheres.

Mulheres em movimento

Os textos reunidos nesta coletânea constituem, nesse sentido, um esforço para visibilizar algumas experiências de pesquisa, iniciativas vinculadas a projetos e debates que parecem pertinentes para estabelecer correlações entre o trabalho, cuidado e protagonismo feminino no Maranhão. O debate é tanto mais importante quanto se sabe das próprias peculiaridades de um mercado de trabalho marcado por deficiências estruturais, com uma estrutura de ocupações precárias e com forte tendência a produzir processos migratórios (CARNEIRO, 2013).

Além da problematização dos investimentos femininos em profissões destacadas, na política ou na carreira acadêmica, também consideramos relevante pensar o engajamento de mulheres na luta contra a violência e em movimentos sociais no campo. Por fim, dedicamos espaço para tentar compreender o perfil e percepções de mulheres sobre programas de transferência de renda, ao passo em que também abrimos espaços para experiências internacionais que podem ser úteis para ampliarmos os horizontes de inserção feminina no mercado de trabalho em condições estruturais similares às nossas.

Desejamos então a todos, boa leitura!

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ARRASCO, Cristina. O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível. In: JÁCOME; Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (Org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos.** Brasília: Onu Mulheres, 2012

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero:** contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Igualdade racial no Brasil:** reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, n.e., p.179-99, 1994.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, Dec. 2007.

_____. "Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1986-1995." **Textos FCC 17**, Relatório elaborado para a OIT/Organização Internacional do Trabalho, 1998.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007a.

CAVENAGHI, Suzana Marta; GOLDANI, Ana Maria. Fecundidade e família: os tamanhos das famílias das mulheres e das crianças no Brasil. **Revista Brasileira de**

Estudos de População, v. 10, n. 1/2, p. 107-124, 1993.

Carneiro, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder**: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. / Marcelo Sampaio Carneiro. Prefácio de Maristela Andrade. – São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

ESQUIVEL, Valeria. A economia do cuidado: um percurso conceitual. In: JÁCOME; Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (Org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: Onu Mulheres, 2012.

GOLDANI, Ana Maria. As Famílias no Brasil Contemporâneo e o Mito da Desestruturação. **Cadernos Pagu** n. 1, Campinas, IFCH. Unicamp, (p.67 – 110). 1993.

_____. As famílias brasileiras: mudanças em perspectiva. **Ca. Pesq.**, São Paulo, n. 91, p., 7-22, nov. 1994.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n.1, p. 29-48, jan./jun. 2002.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs, 1983.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 24-41, Jun. 2009.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

NERIS, Cidinalva Silva Câmara. NA SALA DE JUSTIÇA": O divórcio e as modalidades de regulação jurídica da família no Brasil. **Tese** de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2015.



Instituto Gênesis de Educação

CNPJ: 44.782.672/0001-71

Rua Nova Aurora, N. 47, Bairro Aurora, São Luís - MA

NOGUEIRA, Cláudia. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.



MULHERES NO CAMPO POLÍTICO:

Participação feminina na política de Açailândia-MA (2012 - 2020)

Vanusia Gonçalves da Silva de Sena²

Aldina da Silva Melo³



Nós, mulheres, temos que participar de
todas as instâncias da política.
(Dilma Rousseff)

1. INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a efetivação da igualdade de gênero em que a mulher tem buscado a cada dia ocupar diferentes espaços. Atualmente as mulheres fazem parte expressiva não apenas do mercado de trabalho, independente da profissão escolhida, mas de vários setores da sociedade, sendo, inclusive, maioria nas universidades brasileiras.

Na atualidade há uma ampla defesa da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, por exemplo. Contudo, ainda é notória a carência de políticas públicas que criem mecanismos de inclusão da mulher no cenário político, como um desses espaços de trabalho ocupados historicamente por homens. O direito ao voto feminino, conquistado pelas mulheres, a partir de lutas em movimentos sociais, foi efetivado a partir do Decreto Nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, do então presidente Getúlio Vargas. A luta das mulheres por participação na política tem sido

² Bacharel em Administração (FAMA). Especialista em Gestão Pública Municipal (UFMA/Dted). Radialista e Apresentadora. E-mail: vanusiagoncalves1@hotmail.com

³ Socióloga, Historiadora e Doutora em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Professora substituta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/CESPI). Professora do Programa Ensinar (UEMA). E-mail: aldina.smelo@gmail.com

historicamente intensa, passando pelas manifestações feministas até as instâncias políticas e institucionais que reconheceram a representação das mulheres em todas as esferas do poder.

Portanto, o presente estudo analisa a trajetória e participação feminina no mundo do trabalho, com foco para o campo da política, a partir da presença feminina na Câmara Municipal de Açaílândia entre os anos de 2021 a 2020. Nesse sentido, o principal questionamento desta pesquisa é: como os resultados das eleições de 2012 a 2020 e o número de candidaturas de mulheres influenciaram e caracterizaram a representatividade e participação feminino nas disputas no legislativo municipal de Açaílândia?

Deste modo, este trabalho analisa a inserção das mulheres no mundo do trabalho, com o olhar direcionado para o campo da política como espaço de trabalho. Nesta pesquisa, o “chão” analítico consiste na política Açailandense observando a participação e trajetória das mulheres no período de 2012 a 2020 nas disputas eleitorais para o legislativo municipal. Verifica, ainda, a inserção, as conquistas e a maior participação das mulheres na política Açailandense, sobretudo a partir dos dados das eleições de 2012, 2016 e 2020, e discute a inserção e a vivência de mulheres no legislativo deste município.

Para tanto, percorre-se brevemente o cenário de lutas realizadas por mulheres que culminaram na conquista do direito ao voto no Brasil até a materialização da legislação de cotas eleitorais de gênero para efetivação da participação feminina na política. Pode-se afirmar que diante do fato de que as mulheres são maioria no eleitorado brasileiro, apontam-se as razões que impedem a maximização da participação feminina na política a fim de verificar efetivamente como se dá esta participação.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres correspondem a 52,2% da população brasileira em 2019, porém estão bem longe de ser maioria na política nacional. Apenas 15% dos membros da Câmara

Federal são do gênero feminino. No Senado, a porcentagem é ainda menor: apenas 12%. E nas eleições de 2020, cerca de 900 municípios não elegeram nenhuma mulher como vereadora.

A diferença de direitos entre homens e mulheres sempre esteve presente nas sociedades antigas e modernas, onde a supremacia masculina era tida como normal e necessária para a manutenção de uma ordem social.

Mesmo com registros de mulheres que buscavam sua emancipação durante todo o desenvolvimento das sociedades, foi somente no final do século XIX que o movimento em busca da liberdade e independência das mulheres tomou força e consistência, principalmente na Europa, por meio da articulação de mulheres a fim de obter direitos políticos e representação (DIAS, 2011). Essa articulação intensificou na década de 1960, quando mulheres foram às ruas, influenciadas por princípios do movimento feminista como a liberdade e igualdade de gênero (MACIEL, 2009).

Segundo Rangel (2010) iniciativas do governo brasileiro para inclusão de mulheres na política começaram a surgir, como, por exemplo, a política de cotas, sendo esta uma proposta apresentada inicialmente por Marta Suplicy, contando com o apoio de 20 deputadas e foi introduzida na Câmara dos Deputados no ano de 1995. Posteriormente, se tornou parte da Lei 9.504 de 1997 que, após reformulada no ano de 2009, estabelece que os partidos políticos devem preencher no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas de cada gênero (BRASIL, 1997). A criação de tal política pública é uma forma de reparação histórica dando mais espaço às mulheres na política, visto que ainda há pouca atuação feminina na política, consequência, por exemplo, do não reconhecimento do espaço público político como “pertencente” à mulher (LIMA, 2010).

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é discutir a inserção das mulheres no mundo do trabalho, especificamente na esfera política, por meio da análise das vivências de mulheres na Câmara Municipal de Açailândia, estado do Maranhão. Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa. Os dados foram

coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com duas vereadoras e uma ex-vereadora do município.

Metodologicamente, a problematização de dados da pesquisa se dará por meio da análise do trabalho de campo. Segundo Gil (1999), a entrevista semiestruturada é um método mais espontâneo para realização de pesquisa, no qual o entrevistador faz apenas algumas perguntas predeterminadas em roteiro. O restante do processo é parecido com uma conversa, por vezes até informal, sem ser planejada com antecedência. Gil (2002) destaca que a entrevista semiestruturada, também permite que o entrevistador retome a questão original ao perceber desvios, ao passo que entrevistado tem a liberdade de falar abertamente sobre o assunto elencado.

Dito isso, este trabalho é dividido em cinco partes. A primeira corresponde à introdução. Na segunda parte, apresenta-se o referencial teórico, abordando o estado de arte da representação das mulheres e da busca pela igualdade de gênero na política. Na terceira parte são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A quarta parte consiste nos resultados e discussões, com foco para a análise das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. Em seguida, são feitas as considerações finais.

2.1 ESTADO DE ARTE DOS ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÃO DE MULHERES E BUSCA DE IGUALDADE NA POLÍTICA

2.1 O Significado da Representação e Participação Feminina

A construção de um significado para representação política permeia, principalmente, a noção da democracia representativa que se expandiu e alterou as características dos políticos de diversos níveis, os quais passaram a ser enxergado não como quem eles são, mas sim o que representam (PHILLIPS, 2001). Young (2006) coloca que esta representação é uma relação complexa entre espaço e tempo e é

necessária visto que, na sociedade atual, os indivíduos são incapazes de estarem presentes em todos os órgãos, necessitando que alguém tome as decisões que influenciam nas suas vidas.

Para que a representação política ocorra de uma forma mais democrática, a pluralidade de atores é necessária (YOUNG, 2006) e a demanda para que a presença política de diferentes grupos aumente é crescente na sociedade contemporânea (PHILLIPS, 2001). Dentre esta demanda por maior representação, está a reivindicação por presença igualitária de diferentes grupos, como homens e mulheres (PHILLIPS, 2001).

Esta abordagem está pautada em uma diferença recorrente entre homens e mulheres na sociedade e dentro do ambiente político, como ressaltam Migual e Biroli (2010), ao analisarem que a política ainda é enxergada como um espaço masculino, o que consequentemente propicia que os homens tenham maiores chances e mais proximidade com os ocupantes de cargos políticos, em sua maioria, sejam homens. Esta situação é contrária à noção, já citada, de representação mais democrática e adequada à política que tem como seio a participação em diversos âmbitos, dentre eles o legislativo, de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão (PHILLIPS, 2001).

Outro fator que se torna necessário para a efetividade da representação é o relacionamento mais próximo entre o representante e os membros do seu eleitorado (YOUNG, 2006) e as características do indivíduo que representa este eleitorado. Apesar de haver algumas colocações de que no interior dos grupos sociais existam outras diferenças específicas entre os próprios membros, é necessário refletir, como coloca Phillips (2001), que no caso das mulheres, uma mulher ocupando um cargo político tem a capacidade de reivindicar diversas demandas de diversas identidades dentro do grupo ao qual pertence.

É inegável a individualidade apresentada pelas mulheres, porém existem pensamentos nas sociedades que atingem todas as mulheres, como a disseminação da

ideia de que o homem se encaixa melhor na política (SACCHET, 2011). Além disso, a presença de mulheres na política é precedida por um caminho de estereótipos, desproporcional carga de trabalho doméstico, o que dificulta a existência de tempo para a dedicação às atividades políticas, dentre outros (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Torna-se então necessário compreender que a representação e a participação feminina não são simplesmente mero atendimento às leis para um clima de estabilidade na política. Ela visa, ainda a pluralidade dos grupos na política, afinal, a predominância exclusiva de um grupo na política é maléfica para a sociedade de uma maneira geral (PHILLIPS, 2001), pois a representação da sociedade é melhor realizada quando existe a pluralidade de grupos dentro da política (YOUNG, 2006). Uma das formas de concretizar esta pluralidade, são as cotas (PHILLIPS, 2001) que, segundo Young (2006, p. 183), são meios “aceitáveis e desejáveis de promover a inclusão de perspectivas e interesses diversificados”, como no caso das mulheres.

De maneira mais específica, a questão acerca de cotas de gênero foi formalmente discutida na 1ª Conferência Ministerial Europeia sobre a igualdade entre homens e mulheres, realizada em 1986 (RANGEL, 2010). Ademais, no Brasil, tal discussão aconteceu somente quando o país adotou as medidas debatidas durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher que ocorreu em Beijing, em 1995. Como primeira experiência brasileira, foi estabelecida uma cota mínima de 20% para a candidatura de mulheres nas eleições de 1996. Em 1997, foi estabelecido através do §3º do artigo 10 da lei nº 9.504/1997 que os partidos políticos deveriam preencher no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997). Além destas, a alteração do inciso V do artigo 44 da Lei 9.096/1995 feita pela Lei 12.034/2009 impôs que, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Partidário fossem aplicados na criação e manutenção de programas que visassem à promoção e difusão da participação das mulheres na política (BRASIL, 2009).

O sistema de cotas que vigora no Brasil é o de legislação nacional de reservas de vagas partidárias. Vale ressaltar que este não é o único tipo de cotas para mulheres

na política. Além destas, podem ser listados outros duas: as cotas como iniciativas dos partidos políticos e as cotas como reserva de assentos parlamentares (ARAÚJO, 2001). O sistema de cotas como iniciativa dos partidos políticos, como o nome já sugere, é uma reserva de vagas para a candidatura de mulheres pelos partidos políticos. Ou seja, cada partido político pode reservar uma quantidade de vagas para a candidatura de mulheres.

Ademais, se houver partidos que não queiram reservar tais vagas do sistema de cotas, não têm essa obrigação (ARAÚJO, 2001). Por último, temos o sistema de cotas como reserva de assentos parlamentares. Nesse caso, a reserva de vagas é direcionada para a eleição de mulheres, ou seja, independente se os homens foram mais votados ou não, as mulheres seriam eleitas pela porcentagem estabelecida para elas nas cadeiras parlamentares. Tal sistema tem estado mais presente na Ásia, África e em países do Leste Europeu (PAXTON; HUGHES, 2016).

A necessidade das cotas vai além da eleição de mulheres, segundo as próprias mulheres que foram eleitas deputadas na época em que começou a ser implantada a política de cotas no Brasil (GROSSI; MIGUEL, 2001). As cotas também englobam a questão da representatividade dos interesses femininos, que acontece de maneira mais eficaz e eficiente quando feita pelas próprias mulheres, do que quando pensada pelos homens (PAXTON; HUGHES, 2016), além de expandir o leque de interações com a sociedade. Em termos gerais, a população preferia e, prefere até hoje, em vários lugares, eleger homens (GROSSI; MIGUEL, 2001), resultado de uma cultura machista e de uma sociedade que fragiliza a capacidade das mulheres de representarem a si mesmas (BRASIL, 2014).

2.2 Gênero e Política

A manutenção de papéis para homens e mulheres nas diferentes sociedades

não atendia, de maneira geral, a nenhuma lei específica, porém, sempre houve a ideia de que há lugares pré-definidos para os mesmos e tais lugares devem ser respeitados (ARAÚJO, 2011). É como um acordo não verbal entre homem e mulher: ela tem a função de ser mãe, ele tem a função de dar proteção à família e, com isso, acaba sendo o dominador da mulher, que a proíbe de participar da vida política (MIGUEL, 2001).

Dias e Sampaio (2011) enfatizam que, no caso do Brasil colônia, mesmo não havendo nenhum tipo de proibição formal, a participação da mulher na política não acontecia por existir uma regra de conduta que não permitia que isso acontecesse. O motivo da pouca representação da mulher no meio político se dá pelos mesmos motivos que algumas mulheres ainda enfrentam discriminação no mercado de trabalho em algumas áreas de atuação, ou seja, o preconceito que provém de uma sociedade machista e patriarcal (ARAÚJO, 2001).

Apesar de haver distintas percepções sobre a posição da mulher na sociedade, o presente trabalho busca se orientar por uma visão que combate a ideia de dominação e opressão feminina exercida pelos homens. Assim, argumenta-se que, apesar de as mulheres não poderem exercer plenamente seus direitos tanto na vida política, quanto na vida privada, as mesmas buscaram sempre se articular criando movimentos de luta que buscavam não somente direitos políticos, como também direitos sociais (DIAS; SAMPAIO, 2011) As lutas pelos direitos das mulheres já se mostravam presentes no Brasil no início do século XX com a criação do Partido Republicano Feminino (BRASIL, 2014) e com a Constituição de 1934 que assegurou o direito ao voto às mulheres (DIAS; SAMPAIO, 2011).

Ademais, foi na década de 1960 que ganharam força, uma série de manifestações pelo mundo eclodiram em que as chamadas minorias, como mulheres e negros, buscaram reivindicar seus direitos iguais aos dos homens brancos (MACIEL, 2009). Isso levou ao debate e cenário público de que o pessoal também era político, questionando os parâmetros políticos, sociais e culturais que estavam estabelecidos na sociedade (COSTA, 2005). Tal década ficou conhecida como a época em que “os cabelos

“cresceram e as saias encurtaram”, ou seja, alguns homens começaram a ter cabelos compridos (e eram ridicularizados e associados a delinquentes) e algumas mulheres começaram a usar saias curtas e calças jeans (o que, para a época, era algo fora dos padrões e o que fez com que elas também fossem ridicularizadas) (MACIEL, 2009).

Os papéis sociais dos homens e mulheres dos anos 1960 eram bem definidos e divididos patriarcalmente no Brasil. Em uma sociedade onde o governo não podia ser contrariado, assim como os pais de família, “os castigos físicos ainda eram tidos como estratégias educativas, sexo era tabu” (MACIEL, 2009, p. 2) e as mulheres eram ensinadas a serem donas de casa, mães e obedientes aos seus maridos. Nesse contexto, tomou força não somente no Brasil, mas em quase toda a América Latina, a segunda onda do feminismo nos anos de 1970 com o objetivo de combater o autoritarismo dos governos vigentes (COSTA, 2005), sendo um movimento mais liberal que o anterior na década de 60 (PAXTON; HUGHES, 2016).

As minorias sociais, grupo em que as mulheres se encontravam, e, de certa maneira, ainda se encontram, estão cada vez mais inseridas no contexto do trabalho e a pressão para a contratação desses grupos tem sido cada vez maior, mas também tem sofrido resistência à medida que ganham força (SCOTT, 2005), algo semelhante ao que acontece no meio político, onde a pouca porcentagem de mulheres presentes nas instituições políticas ainda não é tida como um problema para muitas pessoas, dificultando, assim, a valorização de medidas que buscam a igualdade de gênero (RANGEL, 2010).

Quando o movimento ganhou força e as mulheres foram às ruas em busca de igualdade, elas negavam o comportamento e o lugar historicamente atribuído a elas (SARTI, 2004) de serem apenas mães e donas de casa. Para Scott (2005, p. 15) a igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou levá-la em consideração”. Reivindicar igualdade é reconhecer a diferença e lutar para que ela não seja um impedimento para o gozo e alcance de direitos iguais.

A presença feminina na política começa a ser mais visível no final do séc. XX, principalmente, em cargos mais elevados (ARAÚJO, 2001) como mostram Dias e Sampaio (2011), ao apresentarem dados que mostram que o número de mulheres que se candidataram ao cargo de deputada estadual subiu de 571, em 1994, para 3274 em 2010, assim como o número de candidatas ao Senado que foi de 17 para 36 no mesmo período. Mas questões culturais ainda exercem influência sobre a pouca inserção e representação da mulher na política, visto que, mesmo que conquistas sejam alcançadas, a baixa visibilidade da mulher em alguns momentos perante a sociedade ainda compromete a realização plena de direitos políticos e de cidadania (DIAS;SAMPAIO, 2011) que, por sua vez, só podem acontecer quando há um grau de autonomia e reconhecimento do indivíduo pela sociedade (ARAÚJO, 2011).

A importância de considerar que ainda existem bloqueios à participação feminina na política se dá pelo fato de que a presença de mulheres no meio político é importante para a diversificação dos discursos, em função de a mulher construir uma identidade e partir de uma realidade diferente da masculina (LIMA, 2010).

Dentro deste contexto estão questões como o direcionamento de dinheiro público, políticas públicas e até mesmo a qualidade das decisões políticas são influenciadas positivamente pela diversidade de gênero dentro de uma instituição pública (PAXTON; HUGHES, 2016). Nesse sentido, os partidos políticos têm uma parcela de responsabilidade quando se trata da maior representação da mulher na política. A inserção das mulheres nos partidos políticos pode representar apenas uma forma de cumprir a “igualdade social”, não significa que assim elas consigam consolidar suas propostas.

Para que esta representação aconteça, é necessário que sejam garantidos meios e espaços para que as mulheres se articulem e se organizem em torno de assuntos que são de interesse comum (DIAS; SAMPAIO, 2011). Criar condições justas para competir com os homens na política é um desafio que consiste quase em mudar o conceito de política da população e tentar desconstruir gradativamente a

denominação de papéis sociais, econômicos e políticos para homens e mulheres (PAXTON; HUGHES, 2016). Dessa forma, “a competição partidária mais diversificada, combinada com o surgimento de novos partidos, tende a proporcionar mais oportunidades de ingresso para as mulheres na esfera política” (ARAÚJO, 2005, p. 5).

A busca pela representação política vai além de como as mulheres são representadas. A importância atual é saber quem as representa (ARAÚJO, 2001). Ou seja, as mulheres procuram estar presentes nas decisões e serem agentes da sua própria representação.

3. CAMPO METODOLÓGICO

O presente estudo é de natureza qualitativa, amparando-se em uma perspectiva interpretativa. Os dados foram coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro de entrevista. O roteiro de entrevista foi orientado pelos seguintes pressupostos: como o(a) entrevistado(a) ingressou na vida política? sua vivência nesse meio; a sua opinião sobre a inserção de mulheres na política e sobre a cota específica de gênero; a visão sobre o posicionamento dos partidos acerca das dificuldades enfrentadas pelas mulheres e sobre a cultura patriarcal na sociedade. Ressalta-se que duas vereadoras de Açailândia-MA participaram da entrevista, uma ex-vereadora, denominadas nesta pesquisa de E1 e E2, bem como uma ex-vereadora, nomeada como E3, além de uma Prefeita, a quem chamamos de E4. Todas da cidade de Açailândia, localizada no Sul do estado do Maranhão.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para a análise. O tempo de duração de cada entrevista variou entre 30 e 50 minutos. A escolha deste método ocorreu pelo fato de as entrevistas semiestruturadas serem de caráter simples e de fácil entendimento por parte dos entrevistados (MANZINI, 2003).

A escolha do local da pesquisa, será a Câmara de Vereadores de Açailândia, visto que o município detém um histórico de baixa participação e eleição de mulheres, exceto pelo ano de 2022 em que teve um número maior de candidatas chegando a eleger 3 mulheres.

4. A POLÍTICA COMO CAMPO DE TRABALHO DAS MULHERES AÇAILANDENSES, NO MARANHÃO

Atualmente Açailândia possui 17 vereadores eleitos em 2020, dentre esses: apenas três mulheres chegaram a ingressar após 10 anos sem haver nenhuma representante feminina na Câmara Municipal da Cidade. Em 42 anos de emancipada a cidade teve na primeira legislatura, dos 11 cargos, somente uma mulher que permaneceu de 1983 a 1988. Em seguida, esse número aumentou de uma para três mulheres. Já em 1993 a representatividade das mulheres na Câmara quase dobrou, aumentando de três para cinco. Dos anos 2000 até os dias atuais esse número vinha só diminuindo, e na última legislatura em que as mulheres tiveram a oportunidade de ocupar um cargo na câmara, tinham somente três.

Em 2012 Açailândia teve a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita, e somente duas mulheres no legislativo. Contudo, a prefeita não chegou a terminar seu governo pois teve seu mandato cassado, sendo substituída pelo seu vice Juscelino Oliveira, que após um período renunciou ao cargo alegando motivos de saúde, e sendo substituído pelo presidente da Câmara Municipal de Açailândia Aluísio Silva Sousa (prefeito eleito em 2020). Atualmente, a casa de Leis do município de Açailândia conta com 17 vereadores, sendo três mulheres eleitas na última eleição.

A maioria das entrevistadas ingressaram na Política justamente pelo interesse de ajudar no desenvolvimento da cidade e para lutar e defender a causa das mulheres. As opiniões das entrevistadas quanto à maior participação da mulher na política são muito parecidas, assim como as dificuldades enfrentadas por elas. A princípio, elas se limitaram a comentar dificuldades do cargo de vereadora sem

tratarem do fato de serem mulheres, mas, ao longo da entrevista, perceberam-se alguns traços de discriminação sofrida por elas. Isso é perceptível nos relatos, mas algumas não reconhecem que sofreram discriminação, de maneira direta.

A partir das falas das entrevistadas percebeu-se que o próprio partido político as colocavam nas candidaturas para cumprir a legislação, mas não esperavam que elas fossem efetivamente eleitas, conforme relato a seguir. Os partidos garantem 30% das legendas, ou seja, das candidaturas. Lançam 30% de candidatas nas eleições, porém teriam que ser 30% das cadeiras, que não é o que acontece. “Eu já tive propostas para me candidatar para deputada estadual só para preencher a legenda, e eu desisti”, relatou em entrevista E1.

Percebe-se pelo relato de E1 que ocorre uma preocupação por parte dos partidos políticos em ter mulheres nas legendas, mas pode ser que isso seja apenas uma obrigação para cumprir a lei e não efetivamente uma preocupação para acabar ou diminuir a desigualdade vivenciada por mulheres na política, situação essa que foi um dos motivos para uma mudança na lei de cotas, como ressaltado por Rangel (2010) e Dias e Sampaio (2011).

As entrevistadas afirmaram que “os partidos políticos dizem dar muito espaço às mulheres, mas é preciso questionar que isso ocorre, não porque eles acham que elas precisam ter representantes e que essa desigualdade precisa ser superada, mas porque os partidos têm que cumprir a lei” (E2). Outro relato que reforça esse argumento e a visão de E1, é a opinião de E3, quando se trata de igualdade entre homens e mulheres na política:

Antigamente não tínhamos um respaldo da lei, fomos eleitas na raça, enfrentamos dificuldades e preconceito, hoje a lei já garante pelo menos 30% das vagas dos candidatos para as mulheres e nós não estamos conseguindo atingir nem 10%. Então para que igualdade de 50% se nós não atingimos nem 10%? (E3, 2022).

Assim como E1 relatou já ter sido convidada a se candidatar apenas para cumprir legenda, E3 confirmou que a preocupação de alguns partidos políticos quanto

à política de cotas estaria mais voltada para o cumprimento da lei que obriga que tenham mulheres nas legendas eleitorais. E3 afirmou que

enquanto estivermos nos sujeitando apenas em ser um percentual e acabar não saindo pra disputa, enquanto estivermos nos submetendo a este tipo de coisa, nós mulheres, vamos continuar à margem das decisões. Ter mulheres na legenda deveria significar que a representação delas está aumentando e é isso que elas buscam e que os partidos deveriam incentivar mais.

Certamente, se não houvesse a política de cotas, as mulheres teriam menores chances de se inserir na política, assim como acontecia antes dos anos 1990, quando não havia essa política (BRASIL, 2014). Algo que chama a atenção é que a única E4, sendo a única Prefeita de Açailândia, relata que “[...] maior dificuldade não é o preconceito dos homens pelo fato de ser uma mulher prefeita, mas sim a corrupção que existe no meio político, esta foi a maior dificuldade que enfrentei, que me fez inclusive deixar o cargo de prefeita na época”. Já uma das vereadoras do pleito atual defende a igualdade entre homens e mulheres na política, mas responsabiliza as mulheres por isso não acontecer.



A lei já é bastante favorável à participação das mulheres na política. O que está acontecendo é um desinteresse na vocação das mulheres para a política. E isso é uma pena porque as mulheres têm demonstrado maior seriedade e maior sensibilidade com a coisa pública. Devemos sempre lembrar de resgatar as mulheres para o meio político (E3, 2022).

Contrapondo-se ao relato de E3, é preciso destacar que a lei é favorável, atualmente, e foi criada para estimular e aumentar a participação da mulher na política, que antes era menor, mas existem desigualdades históricas que o relato de E3 faz parecer que já acabaram. Decerto, nascer e ser educada numa sociedade machista acaba por moldar, ao menos influenciar, muitos dos discursos dos diversos sujeitos, inclusive de mulheres, como o de responsabilizar mulheres pelo suposto não interesse na política, desconsiderando as várias jornadas de trabalho invisibilizado da mulher

no Brasil, por exemplo, o que sobrecarrega o público feminino e dificulta sua maior inserção na vida política.

Ora, apesar dos valores culturais terem mudado bastante nas últimas décadas, como disse Miguel (2001), ainda há homens e mulheres que são socializados a partir de uma perspectiva que considera mais comum que os cargos políticos sejam ocupados por homens, e talvez esse seja o motivo do desinteresse de mulheres pela política. Outra questão que merece destaque no relato é o trecho: “devemos sempre lembrar de resgatar as mulheres para o meio político”. Tal afirmação denota a ideia de que há espaços ou lugares específicos para homens e para mulheres, no caso, o da mulher, tradicionalmente, não seria o político.

No discurso das entrevistadas, a visão de falta de interesse por parte das mulheres foi comum, o que reflete, ainda, as consequências de uma cultura machista na qual as mulheres são educadas. Se não houver políticas públicas para inserir as mulheres na política, como sugeriram Dias e Sampaio (2011), as mulheres terão poucas chances de estar na política e isso implica na falta de chance de conseguir lutar pela igualdade nesse meio.

Culpar as mulheres por não estarem na política não é uma opinião apenas da vereadora E3, mas a E1 também acha que as mulheres não estão em maior número porque “mulher não vota em mulher”, “mulheres são desunidas”, “mulheres não confiam nelas mesmas para exercer o poder”. Isso mostra o quão forte ainda é a cultura machista na qual mulheres são educadas. Os papéis de homens e mulheres foram construídos socialmente, de modo que se naturalizou a política como espaço masculino. Como disse Miguel (2001), tradicionalmente, as mulheres e os homens foram ensinados que o papel da mulher estaria bastante ligado ao contexto privado, marcados por elementos como a maternidade e a obrigação pelos cuidados do lar, o que dificulta maior identificação com o espaço público, em especial, o da política.

Os relatos das entrevistas reforçam que ainda há uma visão tradicionalista orientada pela construção social de estereótipos que influenciam os sujeitos definirem

posições e papéis sociais para homens e mulheres, mas que há várias décadas vem sendo questionados como lembra Lima (2010) e Rangel (2010). E isso tem levado mulheres a conquistar, cada vez mais, espaços de trabalho público e posições historicamente ocupadas por homens.

É importante destacar o relato da E1 que afirma que na época que foi eleita era muito “podada”, tinha dificuldades de apresentar os projetos e propostas isso referindo-se mandato de 10 anos atrás afirmou: “antes de sermos eleitas, pensamos de um jeito, e depois acaba sendo tudo de outro jeito, porque tem o partido, tem os colegas [homens] que também que as vezes é contra o seu projeto... já aconteceu de ter que votar em um projeto mesmo sem concordar apenas para ter apoio futuro nos meus.” Este relato vai ao encontro da E2 e E3, que afirmam que acabaram sendo frustradas após eleita e não conseguiram, ainda, realizar suas ações e projetos planejados antes da eleição.

As entrevistadas também possuem a mesma visão e acreditam que se as mulheres se unirem e votarem em mulheres “esse ‘problema’ de pouca representação delas na política pode acabar”, conforme relato de E3. A maioria do “eleitorado (da cidade) é mulher. Se a gente quisesse, a gente colocava só mulher nessa câmara. Porque não consegue? Porque é aquele velho ditado: mulher não vota em mulher.” (E3, 2022)

Enquanto nós não mudarmos isso, nós não vamos conseguir e vamos continuar falando aquilo que eu falei antes “é um mundo machista”, mas é porque eu deixo ser. Se nós nos unirmos mais, mas a nossa criação, nossos antepassados... é uma disputa, uma coisa que está arraigada mesmo em nós. Parece que as mulheres pensam “eu não vou estar lá mesmo, porque eu tenho que votar nela?”. É uma disputa mesmo. (E3, 2022)

Fato é que todas entrevistadas, independente da época, relataram ter realizado propostas, projetos e ações voltadas especificamente para as mulheres: Desde doações de enxovais para mães carentes; projeto de geração de renda, dentre outros. Hoje na Câmara Municipal de Açailândia já tem a Procuradoria da Mulher, na qual duas vereadoras atuais são representantes da casa na Procuradoria, fazendo parte

do Conselho Municipal da Mulher. Vale ressaltar que um dos projetos que está em análise em tal procuradoria é o “Projeto a Casa da Mulher”, com apoio do Ministério Público, para que quando a mulher for vítima de violência tenha todo apoio jurídico, familiar e financeiro.

Foi unânime das entrevistadas: Que esperam do futuro melhor para política para as mulheres, que a política haja maior representatividade de mulheres, que saiamos do ciclo vicioso de eleger apenas homens, que mais mulheres se interessem pela política, que tenha um novo olhar voltado para o bem comum para que cidade venha a crescer em todas as áreas e que as mulheres façam parte de crescimento com vozes ativas ocupando o campo da política com campo de trabalho que também é feminino.

Portanto, se o eleitorado de mulheres supera o dos homens, a solução é as mulheres se unirem, votarem nas mulheres, afirmam as quatro entrevistadas. Sem a política de cotas, ou qualquer outra que possa incentivar a inserção de mulheres na política, seria mais difícil a inserção feminina neste meio, histórico e culturalmente ocupado por homens..

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou discutir a inserção das mulheres na política, no legislativo da cidade de Açailândia, localizada no sul do Maranhão. Trouxe como sujeitos centrais da pesquisa vereadoras, ex-vereadoras e uma ex-prefeita da cidade.

Pelos relatos das entrevistadas, percebeu-se a ausência de mulheres na política. Algumas das entrevistadas justificaram a baixa presença de mulheres na política como culpa delas mesmas, por não se interessarem por política. Mas, não se pode desconsiderar a cultura machista nas quais as mulheres são educadas, que as faz pensar que a política não é um campo de trabalho feminino, mas sim masculino. É

preciso considerar que a falta de interesse e pouca inserção das mulheres na política vem da naturalização baseada na ideia de que esses cargos foram exclusivamente destinados aos homens, ou seja, o espaço público e da política, historicamente, foi construído como o espaço deles.

É preciso destacar que os papéis sociais construídos para homens e mulheres vêm se modificando ao longo dos anos, por isso, as mulheres estão se inserindo mais na política, mesmo enfrentando desigualdades e dificuldades.

Mesmo já tendo conquistado vários espaços em muitos outros campos de trabalho, as mulheres ainda sofrem preconceito e desigualdade de gênero, sobretudo no campo político. Devido a este preconceito, e afim de o combater, em 2020 foi criado em Açaílândia o Projeto Mulheres no Legislativo idealizado pela publicitária Marly Alves. A criação do projeto foi no intuito de fazer com que as mulheres também pudessem ter oportunidades de estarem ocupando cargos na Câmara Municipal de Açaílândia. Deste modo, após a iniciativa deste projeto notou-se um aumento da participação das mulheres no legislativo da cidade, se comparada a anos anteriores. O slogan do projeto era: *“Mulheres, vocês podem! Açaílândia precisa!”* O projeto contribuiu para um número maior de candidatas nas eleições de 2020. Na última eleição participaram da disputa para o cargo eletivo 17 mulheres, sendo eleitas três mulheres.

No caso de Açaílândia, mesmo com incentivo de projetos como o “Mulheres na política”, ainda é pequeno o número de mulheres nos cargos políticos se comparados aos dos homens. Ainda é enorme a desigualdade de participação entre homens e mulheres na câmara de vereadores, como mostraram os relatos das entrevistadas, indicando que a representação feminina na política é permeada pela construção social acerca dos papéis das mulheres.

Nesse sentido, a política de cotas pode ser considerada um avanço, mas não resolve sozinha todas as dificuldades que as mulheres enfrentam para o ingresso no campo da política. Elas ajudam no sentido de haver mulheres inseridas na política que podem contribuir para mudar o pensamento das outras mulheres e homens em relação

aos papéis sociais que elas e eles ainda estão habituados a reproduzir. As cotas incentivam a participação, mesmo que ainda não seja um objetivo principal dos partidos políticos, visto que os mesmos não demonstram tanta preocupação em acabar com a desigualdade de gênero neste setor, aumentando, por exemplo, o número de mulheres na política.

O Brasil ainda precisa superar muitas questões da desigualdade entre homens e mulheres na política. Uma ação para que a desigualdade comece a diminuir seria a permanência das cotas juntamente com a constante luta acerca da reserva de assentos no legislativo, além da adoção de medidas que busquem levar para diversas instituições o debate sobre a questão da construção social do gênero, de forma a tentar conscientizar toda a população sobre as desigualdades que ainda persiste, foi o que também apareceu nas entrevistas desta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.** Revista de Sociologia e Política, 2005, p. 193–215.

ARAÚJO, Clara. 2011. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BRASIL. 1997. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial. 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política e Gênero.** Salvador: Edufba, 2005.

DIAS, Joelson; SAMPAIO, Vivian Grassi. **A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica.** Brasília: Estudos Eleitorais, p. 55-92, set./dez. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Brasília:** Editora da UnB, 2010.

SILVA CARMEN ET AL- Mais Direitos e mais poder para as Mulheres. Recife/2014.

RANGEL, P. Participação feminina na política institucional: análise do sistema eleitoral brasileiroe sugestões de mudança. In: **Relatório anual do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero- 2009/2010**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2010.

VAZ, Gislene. Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**.Disponívelem:[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5813/participacao_mulher_vaz.pdf?sequence=4]. Brasília, 2008.

MACIEL, Maria Eunice. A (r)evolução dos costumes: nada mudou, tudo mudou. Porto Alegre: **Organon**, v. 23, n. 47, 2009.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida. Entre o diálogo e a (re)significação do sentido: um olhar sobre a identidade da mulher política. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 99-112, jan./jun./2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. PORTAL EBC, 2014).

Tribunal Superior eleitoral/MA, atas da Câmara Municipal, projeto Mulheres no Legislativo: Vocês podem, Açailândia precisa.

MOTA, Evangelista. **Literatura, histórias, contos, crônicas e poesias de cordel para todas a idades e gostos**. Açailândia/2019.

AS MULHERES NA UNIVERSIDADE:

trajetórias e condicionantes de carreiras acadêmicas de mulheres no Maranhão⁴

Raissa Araújo Lima⁵

Wheriston Silva Neris⁶

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as carreiras e condições de trabalho de mulheres docentes atuantes nas novas Licenciaturas Interdisciplinares (LI's) da Universidade Federal do Maranhão, avaliando suas representações sobre suas opções de carreira, o próprio ofício e as condições de trabalho. Parte de um projeto bem mais amplo dedicado as trajetórias e carreiras de professoras das Ciências Humanas no Maranhão (NERIS 2016), o ponto de partida desta pesquisa se vincula a diferentes pesquisas que tem explorado os efeitos das desigualdades de gênero sobre as condições de trabalho, produção de conhecimentos e progressão na carreira universitária de mulheres (ALMEIDA; ERNICA, 2015; CANEDO, 2004; LETA, 2003; MOSCKOVITCH; ALMEIDA, 2015; SOARES, 2001; VELHO; LÉON, 1998). Soma-se a este conjunto uma série de trabalhos monográficos recentes que têm artesanalmente

⁴ A presente pesquisa retoma os resultados do projeto de pesquisa “*AS MULHERES NA CIÊNCIA, A CIÊNCIA DAS MULHERES: trajetórias e condicionantes de carreiras acadêmicas de mulheres no Maranhão*” (NERIS, 2016), que contou com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), a qual somos gratos.

⁵ Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Ensino de Ciências, Graduada em Ciências Humanas - Sociologia (CHBA/CCEL). E-mail: rah.lima42@gmail.com.

⁶ Doutor em Sociologia. Professor permanente dos Mestrados em Letras (PPGLB/UFMA) e Sociologia (PPGS/UFMA) da Universidade Federal do Maranhão e docente adjunto do Curso de Ciências Humanas – Sociologia (CHBA/CCEL). E-mail: wheriston.neris@ufma.br

colocado sob foco a vida estudantil e acadêmicas em condições locais (FERNANDES, 2021; FERREIRA E SILVA, 2017; LIMA, 2018), bem como se defrontado com todos os desafios epistemológicos implicados no esforço “tomar como objeto um mundo social no qual se está preso” (BOURDIEU, 2013).

Ante o exposto, valeria à pena tecer algumas considerações sobre as razões da escolha temática e das potencialidades ofertadas pela delimitação do recorte empírico. A começar pelas vantagens do estudo das especificidades do mercado de trabalho em pauta e das novas exigências do posto no estado atual da evolução da organização e funcionamento do espaço acadêmico no Brasil (OLIVEIRA; CATANI, 2012). É que embora a categoria “professor universitário” aparente relativa homogeneidade, na prática ela se mostra bastante diversificada, quer em relação às instituições nas quais os agentes realizam suas atividades (universidades, faculdades, centros, IES privadas), quer em decorrência das condições em que são exercidas (CORADINI, 2018).

Nesse sentido, é importante esclarecer que a presente pesquisa se concentra sobre espaços de atuação abertos recentemente através da criação de novos cursos no bojo da adesão da Universidade Federal do Maranhão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI o qual previa “a expansão de vagas na graduação, ampliação do número de professores e funcionários técnico-administrativos e fomento à interiorização com a abertura de novos campi no interior do estado” (SOUSA; COIMBRA, 2015, p. 142). A consequência mais imediata desse processo de interiorização foi a criação de 09 (nove) campi no interior do estado, com 16 novos cursos - 06 deles de Licenciatura Interdisciplinar localizados nas cidades de Bacabal, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, São Bernardo (SOUSA; COIMBRA, 2015) –, o incremento da expansão quantitativa do número de matrículas na instituição e a consequente abertura de postos de trabalho para docentes nessas mesmas unidades.

Quer dizer, ao selecionarmos um segmento do espaço universitário regional – o que exerce à docência nos campi resultantes do processo recente de interiorização – pretende-se avaliar a hipótese de que essas posições no universo científico dramatizem

de forma bastante acentuada a complexificação das exigências a que se submete esse posto na atualidade, delineando algumas das transformações mais sensíveis na identidade profissional dos docentes (NERIS, 2016). E são muitos os motivos para acreditar nisso. Por um lado, devido às próprias especificidades de uma posição institucional que pode ser considerada tão incerta quanto periférica no espaço acadêmico atual, haja vista tentar combinar a flexibilização curricular, a formulação de cursos inovadores e a ruptura com os modelos pedagógicos que não atenderiam às exigências no nosso tempo, com as exigências bem tradicionais de economia de recursos humanos para a formação de docentes em todas as áreas da Educação Básica (SOUSA; COIMBRA, 2015).

Se essas exigências se impõem a todos os docentes que partilham de um mesmo universo de trabalho e de um mesmo contexto como o que se encontra em pauta, o que importa sublinhar, por outro lado, é que ainda assim a maneira como esses processos são vivenciados e interpretados não deixa de estar ligada às histórias singulares, às diferenças de trajetória e de pertencimento social (de sexo, idade, grupo social, cultura, etc.). É nesse sentido que a escolha do estudo das percepções de mulheres docentes universitárias pode se mostrar bastante salutar. Em primeiro lugar, pela possibilidade de discutir concretamente os obstáculos reais e ideológicos para a ascensão na carreira e ocupação de postos hierarquizados por mulheres, os quais tendem sempre a ser justapostos e multidimensionais. Apesar da lenta modificação da tendência histórica de sub-representação das mulheres em posição de direção administrativa, é fato que ainda resta muito a conhecer sobre a evolução da situação das mulheres com atenção às particularidades, desafios e constrangimentos de suas inserções acadêmicas, organizacionais e até mesmo disciplinares (NERIS, 2016).

Por outro lado, como temos acompanhado em algumas pesquisas recentes realizadas em outros contextos, as condições de trabalho em pauta, as relações profissionais dentro desse universo e a relativa sensação de ausência de domínio sobre as condições gerais de exercício de sua própria atividade, não apenas servem de

condicionantes para a atuação docente como também se imiscuem nas representações, expectativas e projetos de vida dos professores (ANDRIOLA; SULIANO, 2015; SILVA, 2014). Isto ocorre, sem dúvida, por que a identidade profissional do professor depende tanto de processos biográficos, de sua origem e socialização profissional, quanto de processos e dinâmicas relacionais e contextualizadas, o que permite conceber esse processo como resultante da articulação do biográfico com o estrutural, da história individual e das evoluções institucionais (DUBAR, 1994).

Nessas condições, apesar de haver relativa democratização do ensino superior com a chegada de diversas mulheres à condição de produtoras de saber e nas carreiras acadêmicas, valeria à pena discutir como a lógica da dominação masculina se combina, se justapõe ou entra em conflito com outros critérios de diferenciação e segmentação do ensino superior, tais como a origem social, capital escolar, capital cultural, etc. Tal quadro permite levantar então uma série de questões pertinentes, muito embora não tenhamos a ambição de respondê-las aqui: Quais as trajetórias acadêmicas dessas mulheres? Como se deu o ingresso e a distribuição de docentes mulheres nesses cursos? Quais os projetos e pesquisas que realizam? Como tem se dado a progressão das mulheres na carreira universitária? Como essas carreiras se articulam com as exigências sociais colocadas sobre as profissionais do sexo feminino? Quais as principais dificuldades vivenciadas pelas mesmas nessa instituição? Que representações tem de si e do ofício que exercem?

Tendo em vista o recorte da problemática, como apresentado acima, o foco do estudo recaiu precisamente sobre o contingente de mulheres exercendo a condição de docentes nas Licenciaturas Interdisciplinares (LI's) de Ciências Humanas nos Campi de expansão da Universidade Federal do Maranhão. Para tanto, metodologicamente a pesquisa baseou-se na aplicação de questionários estruturados e realização de entrevistas com docentes distribuídas por estabelecimentos com condições de trabalho similares e pertencentes a um mesmo quadro institucional. A hipótese de fundo é de que, mesmo em um ambiente profissional concebido com igualitário, como o que está

em pauta, há uma série de condicionantes de gênero invisíveis e/ou dissimulados que impactam as condições de progressão das mulheres e repercutem de forma desigual sobre as modalidades de articulação entre a esfera profissional, familiares e extrafamiliares.

2. Gênero e carreiras docentes: algumas pistas teóricas de investigações recentes

O objetivo deste tópico é apresentar algumas das bases teóricas e empíricas que estiveram no ponto de partida desta pesquisa. Porém, convém ressaltar desde já que se encontra fora de questão a tentativa de apresentar um balanço sistemático desse campo de estudos, o que se explica pelas próprias peculiaridades da área. Grosso modo, a despeito de que as formas desiguais de inserção de docentes de ambos os sexos na carreira sejam bem documentadas internacionalmente (MOSCHKOVICH E ALMEIDA, 2015), esse campo de estudos ainda é bastante recente, disperso e lacunar, o que dificulta a realização de comparações sistemáticas e balanços sintéticos (MARRY, 2015). Com relação ao caso brasileiro, além da temática ser incipiente no quadro de pesquisas nacional (LETA, 2003), reflexões mais sistemáticas sobre as desigualdades entre os sexos na carreira acadêmica, tendo em vista as particularidades das universidades públicas, são ainda mais raras (MOSCHKOVICH E ALMEIDA, 2015).

Em todo caso, a exploração desse material permite captar algumas tendências em comum que merecem ser destacadas. A começar pelo fato de que mesmo em carreiras aparentemente abertas ao gênero feminino, como profissões liberais ou mesmo a docência acadêmica, e/ou organizadas conforme princípios de igualdade no que tange às condições de trabalho e recrutamento, as mulheres ainda enfrentam maiores dificuldades para progressão hierárquica, o que ajuda a explicar a sua rarefação nas posições mais prestigiosas. Na literatura especializada, essa sub-

representação das mulheres em posições de poder é concebida dentro do modelo de interpretação que chamamos de *segregação vertical*. Por outro lado, outra constatação geral também se refere à tendência de divisão sexual das disciplinas e áreas de (re)conhecimento, o que conduz as mulheres a concentrarem-se em determinados segmentos ou áreas de saber - as áreas de letras e ciências humanas e sociais, particularmente – frequentemente menos visíveis e reconhecidos, com o que se dá as modalidades de *segregação horizontal*. Embora a maior parte dos trabalhos se concentre atualmente dentro desses dois modelos de abordagem, diria que a presente pesquisa se distingue pela tentativa de discutir esses processos a partir de uma abordagem compreensiva, atenta aos discursos dos docentes sobre suas próprias atividades e desafios.

Em balanço recente a respeito das relações entre gênero e carreiras acadêmicas, Catherine MARRY (2015) demonstra os contornos mais salientes desse campo de investigação em expansão nos EUA e na Europa, que vale à pena mencionar aqui. Em termos internacionais, conforme a autora, começam a demarcar-se duas grandes tendências ou modelos explicativos para dar conta das desigualdades sexuais na carreira docente (MARRY, 2015).

O primeiro desses modelos encontra-se centrado prioritariamente sobre as especificidades da socialização das mulheres e seus efeitos sobre as formas de auto seleção e auto exclusão das mesmas. Neste plano, ainda, destacam-se duas subvertentes: na primeira delas, basicamente centrada sobre estudos biográficos, é aquisição de *habitus* primários, na família ou mesmo na escola, que conduz as mulheres a investir-se em atividades de ensino e tarefas administrativas pouco visíveis, ao invés das disputas de poder características do espaço acadêmico. Nesse sentido, enquanto a socialização familiar e escolar dos homens os conduziria à interiorização de competências como o “controle de si”, o “gosto pelo poder” e a “competição”, as qualidades incorporadas pelas mulheres, tais como: submissão, docilidade, obediência, devotamento, atenção, etc., se aparecem ajustadas as fases

primárias de escolarização, mostram-se fortemente contrárias aos constrangimentos profissionais do trabalho científico e sua exigência de disponibilidade temporal e física. Essas tendências seriam então reforçadas por constrangimentos domésticos. Assim, enquanto para eles a paternidade e a carreira se reforçam, para elas, o casamento, a maternidade e a carreira mostram-se incompatíveis. Esse conflito identitário seria mais evidente precisamente nas áreas de ciências naturais e técnicas, historicamente associadas a dimensões da masculinidade, e onde as raras mulheres que ingressam nas mesmas são consideradas como estrangeiras ou um tanto quanto virilizadas.

O segundo submodelo de autocensura feminino baseia-se nos cálculos e antecipações feitas pelas mulheres com relação aos constrangimentos que podem pesar sobre elas. Enquanto no modelo anterior as escolhas eram realizadas de maneira quase que inconsciente, neste, o menor engajamento das mulheres nesse domínio profissional decorre do desejo racional de evitar os custos psíquicos e físicos ligados ao investimento de si em um mundo dominado por homens e virilizado. Aqui é a própria clareza com relação aos custos de tempo e disponibilidade exigidos pela academia, e a sua dificuldade de combinação com a realização pessoal do papel de mulher, que conduz ao desinvestimento, afinal, nem todas as mulheres podem ou querem isso para si mesmas.

Como esclarece Catherine Marry (2015) o problema desse modelo é que ele pressupõe, mais do que demonstra, o peso das socializações primárias, sem explorar suficientemente as evoluções do próprio processo de socialização de homens e mulheres e os constrangimentos dos mundos profissionais em que se inserem as mulheres. O segundo modelo, ao contrário, ressalta o peso geral das culturas profissionais – sua gênese, institucionalização e conflitos internos – como fatores decisivos para compreender os bloqueios de carreira das mulheres. Trabalho iniciado principalmente por historiadores e filósofos, por meio dessas pesquisas foi possível compreender como a cultura masculina, celibatária e misógina foi sendo consagrada como modelo da ciência ocidental em diversos contextos nacionais. Quer dizer,

embora a tendência nas últimas décadas tenha sido a de abertura de universidade e escolas para as mulheres, fato é que esse acesso das mulheres tem se concentrado justamente nas posições mais marginais do mundo acadêmico. Sua razão de ser encontra-se determinada, em grande medida, pelos constrangimentos históricos e institucionais que estiveram na gênese dessas instituições.

Embora particularmente profícuos para discussão sobre as relações complexas entre gênero e carreira docente, é preciso concordar aqui com as ressalvas feitas por Marília Moschkovich (2012) – pesquisa fundamental para este estudo, vale destacar – quanto à forma de operacionalização dessa discussão em contexto brasileiro. Evidentemente, a autora converge com diversas dessas pesquisas quanto ao fato de que, nas sociedades contemporâneas, dado que o cuidado com os filhos e parentes doentes continua a ser definido como tarefas femininas, a conciliação entre maternidade e dedicação à carreira em tempo integral se torna bastante complexa. Isto que afeta a produção acadêmica, as percepções dos demais colegas a respeito das mulheres e até a possibilidade de dedicar-se horas a fio e sem limite definido para atividades profissionais comuns na carreira acadêmica.

A questão que merece atenção, no entanto, diz respeito às características institucionais do espaço acadêmico brasileiro e particularmente das instituições acadêmicas públicas – objeto em comum com esta pesquisa. Primeiramente porque, diferentemente de outros contextos, como o estadunidense, a estabilidade no emprego de professor pesquisador no Brasil ocorre com bastante precocidade e não se submete a métodos de avaliação tão rigorosos quanto os daquele contexto. É que, no Brasil, o docente “diminuir sua carga de trabalho, seu ritmo de publicações ou as horas de aula, sem que seja necessariamente penalizada por isso” (MOSCHKOVICH, 2012, p. 6). Com pequenas variações, as oportunidades de progressão profissional na carreira não são de tal ordem que se mostrem incompatíveis com as exigências domésticas, ainda mais porque os padrões de rendimentos das docentes, iguais aos dos homens, torna viável a contratação de empregadas, babás, serviços de escolas particulares, etc., que atenuam

o peso dos cuidados na esfera doméstica. Embora não deixe de haver custos subjetivos nessas escolhas, há um variável gradiente de possibilidades para essas docentes tentarem conciliar sua carreira acadêmica com as demais esferas da vida (MOSCHKOVICH, 2012). Outro aspecto importante, a definição do perfil dos docentes e a contratação são mediadas por concursos públicos, os quais, embora também sejam filtrados pela subjetividade da avaliação, depende dos pares e de critérios de impessoalidade que atenuam as desigualdades de gênero e reforçam competências mais diretamente acadêmicas. Da mesma forma, as progressões e promoções dentro da carreira, embora variem dentro das universidades brasileiras, dependem de critérios públicos que se aplicam indistintamente.

Estas observações são muito importantes para o presente texto, visto que levantam a importância da compreensão da cultura institucional em pauta, e das especificidades do mercado de trabalho analisado. Além disso, se nós escolhermos discutir a problemática do gênero ao abordar a questão do engajamento profissional de mulheres, é por que nos pareceu, ao longo das entrevistas e questionários aplicados, que as condições de realização na carreira e satisfação profissional dentro dessa fração do corpo docente não podem ser apreendidas independentemente daquilo que se passa fora do trabalho, na esfera privada, familiar e social. No caso das mulheres, tudo ocorre como se o seu sucesso profissional estivesse mais fortemente ligado à competência e capacidade de gerir essas esferas, integrando o sentimento de controle sobre as intersecções nos domínios de vida como um condicionante de realização pessoal. Isto é, se toda atividade profissional se inscreve em um sistema mais amplo de regulação entre esferas da vida, tudo depende então de como o sujeito em questão tenta encontrar uma solução de equilíbrio, mesmo que precária e custosa subjetivamente, entre os condicionantes internos de sua situação profissional, e as exigências de forças externas.

Essa perspectiva permite esclarecer algumas dimensões importantes deste trabalho e que se distinguem das tendências de estudo supramencionadas. Em

primeiro lugar, por que ao invés de adotar um dos modelos explicativos mais em voga para discutir as desigualdades sexuais na carreira docente (MARRY, 2015), preferimos combinar a exploração das especificidades institucionais do grupo em questão, com a análise das representações subjetivas que as professoras têm sobre sua carreira e suas condições de trabalho.

A escolha por focar estabelecimentos dotados, grosso modo, de estruturas físicas e institucionais similares, em cidades marcadas por baixo grau de diversificação social; por restringir o público entrevistado a docentes que atuam nos Cursos de Ciências Humanas, isto é, naqueles que contam potencialmente com mais mulheres; bem como por entrevistar docentes concursadas, entre outros aspectos, também constitui outro fator diferencial da presente pesquisa. Talvez o principal deles derive da oportunidade para submeter a análise a crença segundo a qual esse universo de trabalho garantiria maior igualdade de carreiras entre homens e mulheres dado o seu modo de recrutamento com base em princípios meritocráticos. Em um ambiente profissional onde as relações de gênero seriam invisíveis, pouco salientes ou aparentam não ter tanta pertinência para a discussão sobre a realização e qualidade de vida dos professores, o que as docentes que vivenciam pessoal e subjetivamente essa experiência têm a dizer sobre sua carreira, sua atividade profissional e as formas de organização do trabalho?

3. OS EXCLUÍDOS DO INTERIOR: cursos e condições de trabalho nos campi interiorizados da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Uma rápida observação sobre os poucos trabalhos disponíveis a respeito do processo de interiorização universitária no Brasil mostra, ao passo em que uma vertente dos estudos aponta os efeitos positivos da contribuição dessa expansão para a democratização do acesso ao Ensino Superior, outra vertente mais recente tem

atentado para os efeitos desse processo sobre a qualidade da educação superior pública (MOROSINI, 2010; SOUSA; COIMBRA, 2015) e os efeitos sobre a saúde dos docentes (CARDOSO, 2016; LEDA, 2009; RIBEIRO, LEDA 2016; SILVA, 2016). Seja como for, e independentemente de serem avaliadas como positivas ou negativas, ambas as vertentes convergem ao assinalarem que uma das transformações mais profundas no sistema de ensino superior foi a expansão notória do número de matrículas e a inclusão de novas categorias sociais anteriormente excluídas. Trata-se de um fenômeno muito mais amplo que abrange diversos sistemas de ensino superior no mundo cuja compreensão remete a diversas problemáticas (DUBET, 2015; EZCURRA, 2007).

Conforme Antônio Joaquim Severino (2009), o Brasil experimentou, no entanto, três movimentos de expansão: o primeiro tem como marco as décadas de 1960-1980, com a expansão do número de vagas no Ensino Superior e o crescimento da Pós-Graduação. Data justamente desse período a instituição pelo Governo Federal da Universidade Federal do Maranhão, em 1966, cujas origens remontam às iniciativas da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e também da Arquidiocese de São Luís (NERIS, 2014). O segundo período tem início nos anos 1990, contemporâneo ao processo de reabertura política, quando houve crescimento exponencial no setor privado. O último período, iniciado na primeira década deste século, é demarcado pela criação do Prouni, em 2004, e a intensificação do FIES, ambos voltados para o setor privado, e para as Universidades Públicas Federais a adoção do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*, criado pelo Decreto 6.096/2007 e com vigência de 2007 a 2012.

Os efeitos dessa política mais recente se fizeram sentir em pouco tempo, rompendo em partes com a ocupação majoritária da universidade pelas elites e segmentos das classes médias (NASCIMENTO, 2017). No que tange às Universidades Federais, que mais nos interessam, rapidamente houve expansão dos cursos, dos números de matriculados e de oportunidades de trabalho para docentes egressos dos Cursos de Pós-Graduação em franca expansão. Essa expansão carregou consigo uma

mudança ainda mais significativa, visto que a ampliação do acesso franqueou a entrada em jogo de categorias e grupos sociais até então alijados do ensino superior. Esse processo de massificação do Ensino foi responsável então por uma sensível modificação no perfil dos estudantes do Ensino Superior com o ingresso de “estudantes de primeira geração”, como bem descrito por Ana Maria Ezcurra (2007, p.18):

O sea, se desdibujó el predominio del alumno tradicional, blanco, de tiempo completo, que no trabaja, vive en el campus y posee poca o ninguna responsabilidad familiar. Así, comenzó el ingreso de estudiantes de mayor edad, de menor estatus socioeconómico y preparación académica, ocupados y con tiempo de dedicación parcial al estudio, que viven en sus hogares, obligados por mayores compromisos familiares, que son universitarios de primera generación –ninguno de los padres logró más que un diploma de educación media- y miembros de minorías (negros, hispánicos, otros)⁷.

Com a finalidade de compreender os efeitos desse processo mais ampliado sobre a Universidade Federal do Maranhão, vale a pena acompanhar a análise dos efeitos da interiorização dessa instituição com base no trabalho recente de Ana Paula Ribeiro Sousa e Leonardo José Pinho Coimbra (2015). O ponto de partida dos autores é a concepção de que, embora positiva, a expansão do ensino superior público nos moldes propostos pelas atuais políticas governamentais compromete a qualidade do ensino e promove a precarização das universidades públicas (SOUSA; COIMBRA, 2015).

A adesão da UFMA ao Reuni foi concretizada em 2007 e ensejou uma modificação estrutural ampla, com a criação de novos cursos, a contratação de novos funcionários, docentes e técnicos-administrativos, a expansão do número de vagas e, conseqüentemente, do número de egressos da instituição (SOUSA; COIMBRA, 2015). Uma das principais conseqüências disso foi a criação de novos campi e o incremento dos já existentes em um contexto educacional marcado pela expansão prévia do setor

⁷ Trabalhos mais recentes, no entanto, têm demonstrado que essa abertura da universidade ainda continua socialmente determinado, visto que os mesmos fatores institucionais que influenciam no acesso dos estudantes às fileiras universitárias, são os mesmos que influem sobre o abandono, favorecendo a preservação de uma “aristocracia acadêmica” (CANAVERAL; SÁ, 2017)).

privado (LEDA, 2009). Nesse quadro, as Licenciaturas Interdisciplinares foram criadas nos municípios de Bacabal, Codó, Grajaú, São Bernardo, Pinheiro e Imperatriz, tendo sido concebidas inicialmente com a finalidade de formar docentes para atuar nas áreas de Ciências Humanas nas Séries Finais do Ensino Fundamental, e, atualmente, qualificam para atuação no Ensino Médio em uma das disciplinas escolhidas pela unidade acadêmica (História, Sociologia, Filosofia ou Sociologia). Como descrevem os autores (SOUSA; COIMBRA, 2015, p. 150):

Os projetos dos cursos de Licenciaturas Interdisciplinares foram elaborados de forma a atender as metas pactuadas com o REUNI, sobretudo no que diz respeito a flexibilização curricular, a formulação de projetos de cursos inovadores, a ampliação de vagas noturnas e o processo de interiorização da UFMA, pois os mesmos foram implantados exclusivamente em novos campi abertos no interior do estado, com a maioria dos cursos funcionando no noturno, tendo como justificativa “ a economia de recursos humanos, de sorte a podermos equipar todos os campi com cursos formando docentes em todas as áreas requeridas pelo ensino na Educação Básica” (Projeto Pedagógico. Curso de Licenciatura Interdisciplinar por competências – Ciências Humanas – UFMA)

Historicamente centrada em poucas cidades do Maranhão – até 2010, apenas 03 municípios contavam com campi em funcionamento da Universidade Federal no interior do estado – na perspectiva dos autores, a visível expansão da universidade se realiza sobre o signo da ambivalência: se por um lado essa implantação de novos cursos de licenciatura atendem ao imperativo de inclusão de setores sociais historicamente excluídos da instituição, por outro, ela apresenta uma série de problemas estruturais que ameaçam desqualificar esse mesmo ensino.

E aqui se encontra basicamente os principais dilemas e desafios da designada “exclusão do interior” a que nos referimos no presente subtópico, e que resulta de uma ambivalente “translação global das distâncias” que promove formas de “eliminação brandas”, contínuas, graduais e quase imperceptíveis (BOURDIEU, 1998, p. 221-222). A começar pelo aumento substancial do número e alunos por sala de aula, sem que haja garantias anteriores de estrutura física, pessoal e recursos materiais suficientes para atender com qualidade essa demanda. A essa carência de servidores

administrativos, professores e técnicos-administrativos, soma-se a própria situação estrutural de ataques às Ciências Humanas, de questionamento sobre o papel da universidade e até mesmo a relação dúbia havida com cursos de matriz interdisciplinar no Brasil. Outra dimensão importante desse processo diz respeito às próprias mudanças na organização dos cursos por meio da adoção de modelos formativos novos que se encontram em discrepância em relação ao padrão de formação dos jovens doutores recém ingressos na instituição. Conjugados, estes fatores podem produzir nestes efeitos de desajuste e insatisfação com a instituição, bem como frustrações com relação ao papel docente.

Por outro lado, embora se tratasse do contexto francês, Pierre Bourdieu (1998) também ressaltava em seu artigo o efeito de crise produzido pela multiplicação de diplomas com valor incerto e desvalorizado, cuja aquisição sempre custosa pelas novas categorias dos recém-chegados poderia ter como retribuição a angustiante ausência de inserção de postos no mercado de trabalho, o que não deixa de ter certa correspondência com o caso sob exame. As razões para esse dilema parecem ter associação tanto com as condições de criação desses novos cursos, dependentes em alguma medida de pressões ou barganhas políticas, quanto decorrentes das próprias dificuldades de fazer valer os mesmos entre as diferentes instâncias federativas e na pluralidade de mercados de trabalho em pauta.

Por fim, porém, não menos importante, é necessário considerar que o processo de expansão/interiorização também se choca com a estrutura deficitária dos municípios do interior do Estado, que além de não favorecer o estabelecimento de vínculos duradouros com o local, chegam a impor aos docentes a administração de sua vida pelo deslocamento contínuo entre cidades. Conseqüentemente, e semelhante ao que ocorre com os professores do IFMA analisados por Ribeiro e Leda (2015, p. 253), estabelece-se um padrão segundo o qual o docente “na cidade de origem, conserva casa e vínculos sólidos; na que trabalha, mantém moradias improvisadas e vínculos superficiais”. Em um espaço cada vez marcado pelo incremento de competitividade e

pela circulação de professores entre centros de formação e locais de trabalho, a aprovação em um concurso em uma cidade distante das redes familiares, longe dos centros mais cosmopolitas da experiência universitária e com as características estruturais apresentadas pode gerar, por seu turno, sentimentos de baixa realização profissional e dificuldades de adaptação. Seja como for, quer com relação aos dilemas da estrutura, quer com relação aos dilemas estudantis, os professores e professoras não se encontram alheios a essas questões.

4. Perfis e discursos de mulheres sobre sua carreira e atuação profissional

Entre o conjunto de docentes entrevistadas, optamos por explorar a fundo 10 perfis, comparativamente. Ao analisá-los, podemos observar que embora enfrentem algumas dificuldades e apesar dos percalços de trajetórias, sentem-se satisfeitas com a profissão que escolheram, mesmo que sintam cotidianamente os efeitos da desigualdade de gênero. Um dos aspectos mais positivos apontados para justificar a escolha pela profissão seria o fato de que a docência no Ensino Superior permitiria maior flexibilização dos horários, favorecendo a conciliação atividades da carreira com atividades pessoais.

A faixa etária das docentes entrevistadas varia entre 33 e 53 anos de idade. Oito delas já concluíram o doutorado e apenas duas encontram-se em processo de conclusão. Entre elas três são naturais do Maranhão e sete de outros estados, incluindo Belo Horizonte, Pará, São Paulo, Piauí, Rio de Janeiro e Paraná. Em relação as instituições que tiveram acesso durante a escolarização nós temos cinco docentes que estudaram integralmente em instituições públicas, enquanto as demais tiveram sua formação mesclada entre particular e pública, ou em apenas uma delas.

As informações sobre as origens sociais, apreendidas por meio da profissão e formação dos ascendentes são muito restritas para que seja possível qualquer

generalização. Seja como for, entre as profissões indicadas pelas docentes, encontram-se diversas especialidades profissionais, tais como: engenheiro, pedagoga, encanador, corretor de imóveis, vigilante, farmacêutico, auxiliar de serviços gerais, dona de casa. Porém, a maior parte delas é filha de professores, com o que se pode compreender parte da inspiração para optar pela docência. Alguns deles tem mestrado, graduação, outros apenas especialização, mas também tinham aqueles que não conseguiram concluir o ensino médio ou até mesmo o fundamental. Seus avós paternos e maternos no máximo conseguiram alcançar um ensino técnico, ou o nível primário, sendo que alguns eram semianalfabetos, o que demonstra como a trajetórias dessas mulheres se escreve em um processo de mobilidade geracional mais amplo.

Quadro I – Algumas propriedades sociais das docentes

ENTREVISTADAS	IDADE	NATURALIDADE	NÍVEL DE FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO	PROFISSÃO : PAI E MÃE	GRAU DE ESC: PAI E MÃE	GRAU DE ESC: AVÓS PATERNOS E MATERNOS
1	34	São Luís/Maranhão	Doutorado em andamento	Todas Públicas	Pai: Engenheiro Mãe: Pedagoga e Filósofa	Pai: Mestrado Mãe: Especialização	Paterno: Avô: 3º Completo e Capitão da Marinha e Guerra. Avó: 2º Completo Materno: Avô e Avó: 2º completo
2	36	Maranhense	Mestrado	Particular (Ens. Fundamental) Particular (Ens. Médio) Pública (Superior)	Ambos Professores	Superior Completo	Patermos: Médio e Fund. Maternos: Médio e Fund.
3	47	Bacabal/MA	Doutorado	Particular (Ens. Fundamental) Pública (Ens. Médio) Pública (Superior)	Pai: Encanador Mãe: Professora	Pai: Contabilidade Mãe: Magistério	Patermos: Não estudaram Maternos: Fund. Incompleto
4	33	Belo Horizonte	Doutorado	Particular (Ens. Fundamental) Particular (Ens. Médio) Pública (Superior)	Pai: Funcionário Público Estadual Mãe: Corretora de Imóveis	Ambos: Nível Superior	Paterno e Materno: Avós: Fund. Incompleto Avós: Méd. Incompleto

5	33	Pará	Doutorado	Todas Públicas	Aposentados	Pai: Fund. Completo Mãe: Sup. Completo (Pedagoga)	Analfabetos
6	53	Avaré SP	Doutorado	Todas Públicas Mestrado (Particular)	Pai: Farmacêutico Mãe: Dona de Casa	Nível primário	Nível primário
7	33	Piauiense	Doutorado	Todos Públicos	Pai: Vigilante Mãe: Pedagoga e Aux. de serviços gerais	Pai: Fund. Incompleto Mãe: Especialização	Analfabetos
8	36	Rio de Janeiro	Doutorado	Particular (Fund. e Médio) Pública (Superior)	Pai: Professor Mãe: Dona de casa	Pai: Superior Mãe: Superior	Paternos: Ens. Médio Maternos: Avô: Técnico Avó Ens. Médio
9	41	Guarani - PR	Doutorado	Todas Públicas		Fundamental Incompleto (Ambos)	Semianalfabetos
10	50	Guadalupe - Pi	Doutorado	Todas Públicas	Pai: Feirante, ajudante em diversos serviços; Mãe: Feirante, doméstica.	Pai: Não soube informar; Mãe: Ensino Fundamental Completo.	Não soube informar.

Entrando mais diretamente nas questões relativas à carreira e às condições de trabalho, decidimos explorar algumas especificidades dos relatos colhidos com relação à percepção sobre as desigualdades de gênero. Como se poderá observar, essa constatação varia principalmente em função das variáveis que as docentes levam em consideração. Assim, quando questionadas mais estritamente sobre a profissão, a tendência geral é a de atestar a baixa pertinência em uma profissão regulada por parâmetros comuns a homens e mulheres e concebida em termos mais meritocráticos. O quadro é totalmente outro, no entanto, quando a atividade docente é tomada no conjunto geral das formas de regulação necessárias entre os domínios de vida das mesmas. Desse ângulo, os depoimentos ressaltam o quanto o engajamento profissional de mulheres, mesmo em profissões e áreas marcadas por fortes taxas de feminização, como a que está em pauta, ainda são marcados mecanismos sexuais que produzem efeitos sobre as carreiras, suas condições de realização e progressão, como segue.

De maneira geral, a opção pela carreira docente no Ensino Superior aparece nos relatos como parte de uma trajetória de investimentos profissionais mais amplos, e até mesmo de frustrações com o desempenho de outras atividades laborais. Em certa medida, como no relato da *Entrevistada 9*, a opção pela profissão docente se apresenta como muito melhor pelas chances de ter liberdade para pensar e condições para uma vida social efetiva, diretamente vinculado às especificidades da gestão do tempo nessa profissão.

Sobre e minha trajetória de trabalho, eu fazia antes de entrar na faculdade eu conseguia dinheiro com bicos esporádicos, então eu inventava de vender coisas, vendia brigadeiro, vendia quindim, vendia bijuteria, mas nunca era com objetivo de sustentar a casa era mais assim para ter um complemento para fazer alguma atividade que eu gostaria de fazer. Então a primeira atividade remunerada que eu exerci eu lembro que eu queria comprar um livro que era muito caro na época, lembro até hoje, era trinta reais, um livro de tarô que vinha com um baralho, olha só (risos). E aí eu fui exercer essa atividade sempre assim nesse setor informal, sem estabilidade, sem continuidade e sem interesse de continuidade. Com 16 anos eu tentei também trabalhar no comércio, mas não podia porque eu era menor de idade e acabei fazendo essas coisinhas que eu não dependia de alguém pra me empregar, eu fiz isso antes da graduação e durante a graduação também. Depois de formada também trabalhei como secretária, mas de revista acadêmica, então quer dizer estava fora mas não estava fora do ambiente acadêmico e durante a faculdade ai eu procurava estágio em todos que aparecessem, então eu fiz seleção de estágio pra empresa multinacional mas não deu certo, não passei na etapa de inglês, mesmo tendo estudado bastante inglês era difícil, não tinha muito ouvido pra escutar, eu fazia seleção pra UNG também, eu fazia seleção também para trabalhar em livraria, só que eu sempre me sabotava acho que como não era uma coisa assim que era meu plano A eu dava um jeito de sabotar aquelas entrevistas, assim, falando para o possível empregador, então eu acabei ficando mesmo na área acadêmica, eu era assistente de pesquisa de um professor ao mesmo tempo que eu trabalhava como estagiária de um programa de pesquisa ai eu fazia uma iniciação científica aqui e complementava como assistente temporária de um doutorando, então era mais ou menos assim que eu ia me virando, foi isso que eu fiz durante a graduação, mas sempre na área. De forma paralela eu trabalhei como voluntária como professora, uma experiência mais substancial que foi a primeira como professora, de fato assim, para uma sala de aula, era um pré-vestibular comunitário e eventualmente em outras atividades desse gênero também (Entrevistada 8).

Vendedora; auxiliar de redação de jornal; atendente de enfermagem; telefonista de hospital; secretária e depois coordenadora geral de entidade social (creches e centro de juventude); diretora de Centro de Juventude; secretária de pastoral; agente de pastoral; professora de ensino fundamental; professora e coordenadora de ensino superior; coordenadora e assessora de

projetos do Instituto Paulo Freire; professora na Fundação Casa (para menor infrator) (Entrevistada 6).

Antes de eu me tornar docente, acho que foi por ai pelos anos 2000 quando eu já estava a uns 4 anos no mercado e eu pensei: poxa vida, posso aprender mais voltando para a sala de aula, posso passar um pouco também da minha experiência, foi isso assim, uma decepção que eu tive com o mercado que me trouxe para a docência eu acho, porque eu era bastante apaixonada pela minha profissão, eu gosto de ser jornalista, mas o mercado é muito cruel e na docência eu tenho um vínculo com a minha área, mas eu tenho mais liberdade para pensar, mais liberdade para criar e tenho também um pouco mais de condições de ter vida social, porque quando você está no mercado você não tem vida social, você não tem natal, você não tem ano novo, não tem nada, então foi por conta dessas condições muito ruins do mercado que eu me voltei para a docência (Entrevistada 9)

Embora possa parecer simplório, mas nas entrevistas o elemento decisivo para o despertar do gosto pela profissão docente no ensino superior foram as experiências obtidas quando da passagem pela graduação. Um “divisor de águas”, “experiências maravilhosas”, um “estilo de vida glamouroso”, etc., são algumas das expressões empregadas para descrever o processo de abertura para o mundo e a atmosfera de coletiva que estava no princípio da criação de disposições para a escolha desse exercício profissional. Em particular, deve-se destacar o efeito produzido pela presença de mulheres nesse espaço exercendo posições de orientação pessoal e profissional

Eu amava a UERJ, eu só vivia lá o dia inteiro, ficava grudada lá, eu morava perto de lá, mas eu não saía da UERJ, almoçava na UERJ, teve semana da graduação, durante a graduação que eu cheguei a ficar de domingo à domingo literalmente lá, eu inventava coisa pra fazer, então assim, foi um período muito intenso da vida, então eu queria me preparar pra continuar aquilo, pra fazer aquilo que eu via os meus professores fazendo, então teve uma certa inspiração olhando naquilo que eu achava ser um estilo de vida glamoroso de boa maneira, que ideia de “gírico” né, mas era isso que eu pensava, que eu observava, aí ir pra congresso e passeava no país todo aí tinha umas aulas durante a semana com alunos tão legais assim que nem eu achava que eu era, então era isso que eu queria. Depois, quando eu comecei a fazer pesquisas, aí que eu quis ficar mesmo, eu amei aquilo, achava muito legal, muito interessante, estudar tudo sobre um tema, tudo que fosse possível, de procurar aprender mais, depois de entrar em contato com outras pessoas de conhecer outros universos acabei indo mais para a antropologia e essa pegada antropológica, etnográfica eu gostava muito, de estar fazendo pesquisa de campo, conhecendo gente entendendo aquilo tudo, tentando entender, me aproximar, então aquilo ali foi uma coisa muito mágica e eu queria continuar nessas atividades que eu tinha começado a fazer na faculdade e eu não via nada que eu pudesse fazer próximo disso fora do ambiente universitário,

então isso me deu um estímulo pra permanecer dentro da vida acadêmica mesmo, de fazer mestrado, então foi isso, foi um caminho que foi sendo traçado dessa forma (Entrevistada 8).

Evidentemente, a escolha pela profissão docente encontra-se determinada por uma multiplicidade de outras variáveis, entre as quais, o fato de que além do status da profissão, a carreira docente permite relativa estabilidade financeira. Porém, é interessante pensar aqui no fato de que, para algumas dessas mulheres, a condição mãe não obstaculizaria o exercício da docente. Muito ao contrário, a docência no Ensino Superior parece oferecer, em alguns casos, possibilidades bastante favoráveis para participação na criação dos filhos ao preço, evidentemente, da redução dos investimentos e da intensidade da dedicação ao trabalho. Para homens, regularmente, a escolha por privilegiar uma ou outra dessas dimensões quase nunca e impõe.

Devido a reflexões durante o ensino médio e quando iniciei o curso de licenciatura. Achava fascinante como alguns professores com suas palavras e ensinamentos conseguiam alterar a rota da vida de algumas pessoas que se encontravam um pouco perdidas no sentido de realmente não definir os seus caminhos ou escolhas (Entrevistada 3).

Desde o momento em que terminei meu doutorado, em 2014, e percebi que o Brasil entraria em uma situação financeira não favorável para a cultura, assim, resolvi fechar minha empresa, que trabalhava com projetos culturais, e me dedicar à docência (Entrevistada 04).

Eu já entrei querendo ser professora, mas eu queria antes ser professora do Ensino Médio eu desisti do Ensino Médio, quando eu tive também uma experiência como voluntária de aula de reforço escolar, no município do Rio, quer dizer, o município lá era até a 8ª série, fundamental 2, e eu vi que os estudantes eram muito despreparados, aí eu falei assim: Ah, eu não quero isso não, eu quero trabalhar com pessoas que já estejam com uma formação mínima já consolidada, esse trabalho de base, que era o que minha avó exerceu durante a vida dela, eu não queria porque eu achava muito difícil, então eu queria já estudantes preparados e que tivessem interesse na área de estudos que era minha, que era ciências sociais. Quando eu verifiquei que isso não aconteceria se eu fosse para o ensino básico, aí eu falei, então eu quero ser professora do Ensino Superior, também atraída por conta do plano de carreira dos professores, eu queria ter também aquele nível de vida que os professores universitários tinham, que eu não via os professores de fundamental terem, que era o caso da minha avó que era primário e do meu tio que era Fundamental 2, eu olhava os salários dos professores do Estado do Rio e sempre foram muito abaixo, eu falava assim: Não, eu quero ter uma profissão que eu consiga viver bem. Então eu tinha esse cálculo também em mente, por outro lado, eu também gostava muito do que eu via como algo glamoroso,

que eu achava bacana aquele ambiente da Universidade que eu amava (Entrevistada 8)

Por outro lado, quando questionadas a respeito do peso das determinações de gênero sobre suas escolhas profissionais, as respostas se tornaram um tanto quanto ambíguas. Se por um lado não deixaram de ser levantados critérios pertinentes para essa escolha, e que não necessariamente eram governados pelo marcador social de gênero, em um outro momento dos depoimentos pode-se captar a insistente pertinência essa variável como que se imiscuindo no interior do exercício reflexivo que operavam.

Essa pergunta 12 eu achei muito esquisita, claro que todas as escolhas são marcadas por temáticas de gênero, não tem como, eu acho que a própria aproximação da antropologia tem a ver com isso também, não é determinante mas tem influência, me interessavam as histórias pequenas, historias silenciosas, então assim esse nível de escolha dentro das ciências sociais que me interessava mais teve a ver com isso, mas de uma forma mais estruturante teve assim a ver porque eu vi uma maior flexibilidade na carreira acadêmica do que em uma empresa por exemplo se eu fosse pra uma empresa, como eu ia fazer pra cuidar do meu filho, que nasceu quando eu estava no 4º, 5º período? Não tinha como fazer isso, então eu queria fazer uma coisa que eu pudesse fazer junto com o meu filho, então assim, eu acompanhei todo o crescimento dele também por conta dessa escolha, mas que já era, já tinha sido realizado essa escolha antes dele existir, então sempre é determinada por questão de gênero (Entrevista 8).

Acho que o gênero influenciou assim, eu não decidi ser professora porque o mercado não era bom com as mulheres, o mercado não era bom para jornalistas de maneira geral, ele é um mercado cruel então não foi a questão de gênero que me fez escolher isso, e também não acho que sou professora porque sou mulher, eu acho que os meus colegas que são jornalistas e são professores boa parte deles também fizeram escolhas movidos pela decepção do mercado e não por preconceito ou coisas desse gênero (Entrevistada 4).

Com relação ao sentimento de desvantagem entre os sexos no ambiente de trabalho, as visões foram igualmente distintas. Enquanto algumas professoras foram bastante taxativas ao afirmarem que não haveriam distinções, visto que as exigências laborais seriam as mesmas para ambos os sexos, ou tão somente que haveria outros aspectos mais importantes que impactariam sobre sua atuação profissional, uma parte delas mencionou perceber “ações veladas” e/ou dissimuladas dentro do espaço cujos efeitos são difíceis de serem captados ou explicitados.

Não. As professoras na universidade ao meu ver tem desvantagens ao professor, no encargo docente temos que cumprir a mesma jornada sem especificação de acordo com a resolução da universidade (Entrevistada 3).

Não. Sinto-me em desvantagem por estar no interior, não atuar em pós-graduação e trabalhar num ambiente extremamente precário em termos de infraestrutura (Entrevistada 6).

Em diversas situações sinto isso, por ser mulher e mãe, são ações veladas mas que demonstram que minha maternidade de alguma forma me incapacita, e isso vem muito de outras colegas mulheres (Entrevistada 7).

Embora não tenha parado muito para pensar sobre isso, algumas situações, mesmo veladas deixam transparecer que se fosse homem, seria diferente... Como professora, no exercício da sala de aula, não vivenciei até o momento nenhuma situação, que demonstrasse tal fato, pelo menos, não me recordo. Isso é mais comum, em meu caso, em situações de liderança como direção ou coordenação pedagógica. Fui diretora de escola de Ensino Médio; Coordenadora na Escola de Magistério e, atualmente estou na coordenação de colegiado de curso (Entrevistada 10).

Quando questionadas, no entanto, sobre o peso dos afazeres domésticos sobre sua produção acadêmica, encontramos a segunda tendência destacada acima. É que se percebe que há um sentimento relativamente equânime de que essas tarefas repercutem severamente sobre as suas produtividades. As saídas para atenuação desse peso passam pela terceirização das atividades (a contratação de diaristas é comum para a quase totalidade das entrevistadas), a divisão das tarefas domésticas com o companheiro (entre as casadas) ou até mesmo a opção por um delicado equilíbrio entre o tempo destinado ao trabalho, e aquele destinado ao lar, com visível e inevitável sobrecarga. Ou seja, quando levam em consideração o sistema mais amplo de atividades, tora-se explícito que as suas disponibilidades para o investimento profissional são limitadas, não apenas por condicionantes estruturais, como também pela própria autocensura. O quadro tende a agravar-se ainda mais quando do nascimento de filhos, visto que esse momento geralmente constitui um ponto nevrálgico da diferença sexuada das trajetórias docentes.

Não. Procuo organizar minha agenda de trabalho na universidade e de trabalho doméstico, não todo o trabalho, pois há uma pessoa designada para esta função, contudo há atividades domésticas que realizo diariamente (Entrevistada 3).

E ai não é o fator ser mulher que define isso pra mim, ter filho sim, define, porque eu já pensava na qualidade de vida que eu queria proporcionar para o meu filho que definitivamente não era a da vivência na cidade do Rio e essa própria questão do quanto que eu vou me dispor a fazer, a entrar na lógica de produtividade máxima acadêmica, que eu não conseguia entrar e eu ainda não consigo também, agora porque que tem a ver também com ser mulher, porque você ter a mente dividida para as trezentas tarefas que você tem que fazer, isso é uma coisa que a gente é treinada desde sempre, então assim, enquanto eu não consigo me concentrar em uma atividade eu sei que uma pessoa um homem nas mesmas condições que eu é capaz de ter essa concentração, então eu penso em mil coisas, eu estou aqui no telefone, mas eu estou pensando que eu tenho que ir ao mercado e estou com um bebê mamando no peito agora e eu tenho que ir ao mercado porque acabou o feijão e aí tem que comprar comida para o fim de semana e eu duvido, duvido que algum homem tivesse esse tipo de preocupação, ele vai agora chegar em casa, por exemplo, o homem vai chegar em casa do seu trabalho, da sua atividade, seja do que for, ele vai pensar em que? Só naquilo que ele tem para fazer e eu sempre dividida, dividida no sentido de pensar em milhões de coisas e eu descobri que isso tem até um nome, que agora eu não estou lembrando direito, mas que é uma ocupação que nós mulheres temos que é pensar em tudo ao mesmo tempo, o que divide sua atenção, o que deixa você mais dispersa e o que torna muito mais difícil produzir. Lembrei o nome, carga mental, então a carga mental das mulheres é tipo aquelas mil janelas do Windows funcionando ao mesmo tempo, e a do homem ele abre um programinha só e trabalha naquele a gente abre dez mil, mas é diferente não dá para atribuir só a isso, tem a ver com o empenho individual de alguma maneira, o quanto a pessoa vai se centrar pra fazer uma atividade que exige concentração, como por exemplo escrever, então assim, isso tudo pesa mas não é só um único elemento, mas pesa, pesa, o quanto que você por ser mulher precisa parar suas atividades para pensar nisso que chamam de carga mental que é esse tocar o cotidiano da vida, que é pensar na febre do menino, que é pensar no que vai almoçar depois de amanhã, que é saber se a casa está mais ou menos limpa para a visita que vai chegar ou qualquer outra coisa, porque eu acho que realmente o cara não é treinado para isso, o quanto que a gente é treinada para isso desde que começa a falar, basicamente. Então eu acho que essa que é a desvantagem que eu sinto, por exemplo, eu sempre tento evitar fazer comparações com o Tadeu, mas as vezes acontece nesse sentido, então quando ele estava fazendo o doutorado, por exemplo eu ficava chocada e assim, admirava mesmo como ele chegava do trabalho, porque ele trabalhava o dia inteiro, ele era servidor da FIOCRUZ, ele chegava em casa e sentava para fazer a tese, eu ficava assim, com a boca aberta, como que ele consegue? Porque se eu chegasse em casa de uma atividade que me exigisse muito eu ia querer fazer uma coisa: só dormir, e ele sentava para fazer a tese e eu “caraca que é isso?”. Mas assim, depois eu fui pensando, mas é obvio, é isso, ele detém esse treinamento, e eu não tenho esse treinamento, meu treinamento é ao contrário, chegou em casa o que eu tenho que fazer? Os afazeres de casa, então assim, ele sempre fez as atividades, mas ele faz, mas não tem essa tal da carga mental, que são coisas bem diferentes, que é uma pressão, uma responsabilidade muito maior. Então por exemplo, só lembrei desse caso agora, quando a gente tinha casa no Espírito Santo antes de eu sair de lá, porque eu fui para o Rio estudar, uma vez a mãe dele falou assim, era pertinho da casa da mãe dele:

ah, a Camila foi embora dá para ver que não tem mulher em casa porque a casa está parecendo abandonada. Então assim, imagina né, como se eu tivesse obrigação de não deixar aquela casa abandonada enquanto eu estivesse ali, como de fato eu acabava exercendo essa função, que eu saio e o que acontece, a casa fica como? Abandonada. Aí eu chegava lá para visitar aí estava lá, um monte de carne estragando no congelador e eu brigava com ele, “mas porque você não comeu isso que eu fiz? ” Quer dizer, é isso, não funcionava, ele chegava do trabalho e ia fazer outra coisa e já o meu pensamento era além de dormir era organizar as coisas para tocar a vida mesmo. Então isso é uma desvantagem porque seu poder de concentração é menor, mas um pouco assim, eu fico pensando sempre tentando não atribuir só a isso para não me desresponsabilizar porque eu vejo que tem muitas mulheres que dão conta de fazer essas coisas, então ter um pouco de organização também de cada uma, mas essa questão de gênero estrutura (Entrevistada 8).

Essa questão reaparece nas entrevistas quando questionamos às professoras a respeito de como veriam a questão da conciliação entre as esferas profissional e pessoal e se achavam que havia algum diferencial nesse plano. Nessa perspectiva, quando convidadas a refletir sobre as exigências de regulação entre as múltiplas esferas de suas vidas, as professoras apresentam, no entanto, um discurso mais afinado de denúncia da relação desigual entre os sexos e de sobrecarga física e mental das mulheres. E isto se deve, como constatam algumas entrevistadas, ao fato de que a elaboração de projetos de vida, os seus engajamentos profissionais e a gestão das suas carreiras nunca se realizam sem que sejam condicionadas pelo investimento, tempo e trabalho dedicado a outras esferas da existência. Os desafios de regulação dessas injunções contraditórias constituem, aqui, sem sombra de dúvidas, um dos principais detonadores da consciência feminista das entrevistadas.

De maneira geral, acho complicado porque normalmente as mulheres dividem-se entre as atribuições da casa, dos filhos, do trabalho e de todo o resto. Não sou exemplo disso. A minha prioridade sempre foi a profissional. Penso que, na grande maioria dos casos, as mulheres sempre saem mais prejudicadas do que os homens quanto a isso. Há uma naturalização quanto a certas funções e atividades relacionadas ao gênero feminino. Uma carga a mais que os homens, geralmente não têm (Entrevistada 1).

Certamente, vejo que é um desafio enorme para as mulheres em geral conciliar trabalho e outras atividades ligadas a família e a casa, mais ainda se essa mulher desenvolve o trabalho intelectual, que agrega um nível de complexidade maior, e exige mais dedicação e até mesmo um distanciamento da cotidianidade e até mesmo um “tempo de ócio” produtivo, o que não é permitido, muitas vezes nem aos homens, dado a sociedade competitiva e

produtivista em que vivemos. Para a mulher, então, o desafio é muito maior (Entrevistada 2).

Então o diferencial entre homens e mulheres no planejamento da vida eu acho que é muito claro, os homens planejam sua vida profissional e as mulheres tentam equilibrar o profissional e o emocional, para os homens o profissional é sempre o profissional e acho que eles também não enxergam que as mulheres tem uma sobrecarga, eu percebo isso assim, a maioria nem por maldade, eu acho que estão tão naturalizados nesse universo que eles não percebem e a prioridade deles é sempre a carreira em detrimento da mulher, eu acho que a mulher ela sempre tenta equilibrar as coisas, sabe, tenta levar um pouco também do profissional, de cuidar da família, de cuidar do marido, ela tem essa preocupação, acho que é 50% ali né, pelo menos, mas eu acho que é uma diferença de perspectiva sim (Entrevistada 9).

Acredito que há uma sobrecarga imposta à mulher. Não é muito fácil falar (rsrsr). Nossa sociedade, ainda entende que as mulheres têm um papel “maior” que o do homem na relação com os filhos, vejo como igual, uma tarefa que deve ser meio a meio. Porém, muitos condicionantes estão imersos nessa realidade ainda tão presente na vida das mulheres, principalmente em nosso país. Não é fácil mudar uma estrutura consolidada historicamente, em que, as mulheres, por carregarem os filhos pelos 9 meses, mais ou menos, se sentem e são cobrados como maiores (em outros casos únicas) responsáveis pela educação dos filhos. As mudanças no mundo social, no mundo do trabalho, não atingem o cotidiano da casa, das famílias, das relações entre maridos e mulheres ou entre pais e filhos, pensando na quantidade de pais separados e que estaticamente, os filhos continuam com as mães que são profissionais e atuam no mercado de trabalho. Considero essa uma questão muito ampla, implica ser refletida sob diferentes dimensões... (Entrevistada 10).

É interessante notar como no transcorrer dos questionários, as percepções das docentes vão ficando mais matizadas com relação ao peso dos condicionantes de gênero sobre sua atividade profissional. Se em questões anteriores o relativo equilíbrio característico do posto de docente universitário se impunha, a partir de então a percepção mais refinada das desigualdades se revela com consequências inclusive sobre o avanço na carreira. Quando questionadas se as condições de carreiras eram as mesmas para homens e mulheres, as docentes destacam então as diferenças entre o legal e o real.

Com certeza, pois mesmo concursada, para ter as progressões de forma adequada temos que ter uma produção compatível, e se tenho uma sobrecarga de trabalhos domésticos, por exemplo, não consigo adquirir esse nível de produção exigido e em consequência tenho meu salário defasado em relação aos homens (Entrevistada 7).

Teoricamente sim, pois a legislação não impõe nenhum óbice relacionado a questão de gênero para a progressão profissional. Contudo, a condição social da mulher, de um modo geral, tende a tornar mais difícil a ascensão na carreira (Entrevistada 2).

No caso da universidade federal, as condições de carreira são as mesmas, mas as condições de vida não; porque as mulheres têm consigo o encargo da casa, sejam sozinhas ou com família. Na cultura vigente, os homens largam essa tarefa para empregadas, nós mulheres não. E se largamos para a empregada, ainda assim temos que supervisionar os serviços. É uma construção cultural que ficou na nossa cabeça, acho que está no inconsciente coletivo das mulheres do ocidente colonizado (Entrevistada 6).

Sobre a diferenças das carreiras, dentro dessa carreira de professores eu nem sei assim porque eu não vejo como se isso fosse institucionalizado, mas eu acho que as condições de vida essa coisa da mulher ter que cuidar da carreira, ter que cuidar da família, cuidar da casa, não é que o mercado faz isso com ela, mas as condições da sociedade viabilizam a carreira para a mulher ela tem um sobrepeso, ela tem uma sobrecarga e para o homem é mais tranquilo porque ele tem que se preocupar só com a carreira (Entrevistada 9).

Por outro lado, ao ser questionadas a respeito da ocorrência de tratamento diferencial com as mulheres, algumas delas recordam de experiências de desrespeito e de formas sutis de desclassificação operadas por homens e mulheres, muito embora atuem em um curso “feminizado”, como assinala uma das entrevistadas. Uma das entrevistadas, no entanto, relata ter-se sentido bastante coagida devido ao comportamento de um estudante que era seu orientando.

Sim e, se ela for homossexual sofre mais no ambiente de trabalho do que qualquer outra mulher. Entre outras situações, já tive problemas por ter sido chamada atenção por um homem, que era professor também, por causa do decote da minha camisa social. O que considerei absurdo e desrespeitoso (Entrevistada 1).

Tratamento diferencial/institucional não, porque atuo num curso feminizado. Mas a diferença é sutil. Por exemplo, percebo que algumas mulheres quando assumem o poder adotam a mesma postura de homens no comando, ou seja, são autoritárias. Em momentos importantes da vida do curso, como fazer o Projeto de Curso, vi que os professores homens tinham um certo comando e poder porque muitas professoras tinham sido suas alunas e delegavam a eles decisões importantes do curso. Mas, no momento atual, como as mulheres têm se mostrado mais competentes, esses homens não estão mais no pedestal. Também já percebi várias professoras se apoiando em professores (homoafetivos) porque alguns são muito eficientes, colocando-os em um lugar de destaque enquanto elas ficam em posição de auxiliares (Entrevistada 6).

Sim, por um aluno que achou que eu estava dando em cima dele por ser atenciosa na orientação, por sorrir, ser simpática e marcar orientação particular, o que eu faço com todos os meus alunos. Cheguei a marcar orientações na sala dos professores junto a outros colegas para evitar constrangimentos. Tive que ser grossa e conversar com ele com cara fechada e dizendo apenas o necessário. Foi muito desagradável e, confesso, tenho medo dele. Não o oriento mais (Entrevistada 4).

Através das últimas questões aplicadas, procuramos apreender quais eram os maiores desafios enfrentados pelas nossas entrevistadas para exercer sua atividade profissional a partir do lugar institucional em que se encontravam. Nesse quesito, as respostas se voltam para parte dos problemas apresentados anteriormente. A começar pela estrutura deficitária da cidade, a dificuldade de transporte, de comunicação e os efeitos disso sobre a possibilidade de construção de grupos coesos e sobre a própria rotatividade dos docentes nos postos.

A distância da cidade onde trabalho em relação ao local onde moro; A falta de estrutura no local de trabalho e na cidade; Acervo da biblioteca frágil; nos momentos de crise faltavam pinceis, resma de papel e tinta nas impressoras; As relações interpessoais às vezes são problemáticas; A falta da habilitação do curso na minha área de atuação, o que me limita academicamente; A dificuldade de diálogo com a sede; a dependência orçamentária em relação à sede; A falta de eleições diretas nas Unidades Acadêmicas entre outras dificuldades (Entrevistada 1).

A falta de infraestrutura, mais precisamente, a falta de sala até para dar aula! A falta de diária para motorista em pesquisa de campo. A falta de diária e passagem para participar de evento (até do SEMIC). A falta de base de alunos que atrapalha sobretudo no momento de fazer a monografia. Tenho colegas que atuam em outras regiões do país e dependendo do lugar, eles orientam mais alunos que eu, mas aqui um aluno “vale por 10” no sentido de não saber ler, interpretar e escrever com autonomia (Entrevistada 6).

A dificuldade que eu tenho no meu trabalho é enfrentar a instabilidade da formação de um grupo coeso, aqui em Imperatriz no meu curso as pessoas não querem ficar, como eu falei na outra pergunta, meu projeto de carreira é fazer um projeto de mestrado, mas dentro do meu curso as pessoas começam, implantam um projeto e daqui a pouco elas fazem concurso e vão para outro lugar, daqui a pouco elas fazem remoção e vão embora, eles estão sempre com o pé fora daqui, então é muito difícil você montar um projeto quando as pessoas não estão como você nesse projeto, então eu acho que essa é a minha maior dificuldade, outra dificuldade porque a gente está no interior né, e estando no interior as vezes é difícil ficar se deslocando para outros lugares mesmo aqui tendo um aeroporto as passagens não são baratas, então acaba sendo um problema, mas ele seria um problema menor se a gente tivesse um projeto forte com pessoas que encampassem o projeto sabe, que encampassem

uma ideia para a cidade crescer, para a UFMA crescer para o curso crescer, se eu pudesse dizer qual a minha maior dificuldade para trabalhar aqui em Imperatriz, é trabalhar com uma equipe que nunca está aqui, que está aqui mais não estar, é esse o meu problema (Entrevistada 9).

Questão semelhante a anterior, procuramos saber também das docentes quais eram os aspectos e questões que deveriam ser objeto de enfrentamento para melhoria do local de trabalho em pauta. Nesse plano, três aspectos foram fortemente mencionados. O primeiro deles é, sem sombra de dúvidas, a questão da infraestrutura, avaliada como urgente. Soma-se a isso a questão da autonomia e dependência dessas unidades, já que alterações locais ou até mesmo os consertos e suprimentos dependem da burocracia do campus de São Luís, onde se localizam os centros de decisão da instituição. Por fim, destaca-se nos depoimentos os problemas relativos à logística do campus e da cidade, com efeitos sobre a satisfação com o trabalho.

A questão do ingresso dos alunos pelo Enem poderia ser melhor estruturada com uma nota de corte que não fosse tão baixa. O restaurante universitário deveria estar funcionando desde sua inauguração, mas permanece fechado. Penso que a quantidade de professores poderia ser maior. Poderia ser criado o PET no campus. Outros cursos poderiam ser implementados levando em consideração a realidade do município e suas demandas. Poderia ter uma ampliação do prédio possibilitando articular melhor ensino, pesquisa e extensão. Acho que deveria ter um profissional de letras/libras fixo e não um intérprete para nossa realidade. A gestão da Coordenação poderia ser mais organizada assim como o estágio. É imprescindível a criação dos departamentos tirando o sufoco da Coordenação e Direção. Acho que da mesma forma como São Luís oferece programas de qualidade de saúde os campi do Continente deveriam ter também in loco. O acervo da biblioteca poderia ser de melhor qualidade. Poderia haver gabinetes mais estruturados para os professores atenderem seus alunos com maior qualidade. O transporte da Universidade deveria ser menos burocratizado, inclusive para o acompanhamento dos estágios. A segurança no campus poderia ser melhor organizada. Acho que precisa estimular mais a vivência acadêmica e situar melhor os alunos numa realidade de universidade, pois a mentalidade pregressa escolar entra pelos muros da universidade e prevalece (Entrevistado 1).

No momento as questões de logística como já citaram anteriormente, o campus precisa de vivência e o deslocamento é uma questão que tem atrapalhado a ocupação mais efetiva do campus e também a falta de funcionamento de um restaurante na universidade que permitam que os estudantes fiquem um maior tempo no campus (Entrevistado 3).

Para melhorar as condições de trabalho aqui primeiro a gente tinha que ter mais autonomia, a gente depende muito de São Luís e há uma burocracia imensa a gente não tem dinheiro, a infraestrutura aqui é muito precária né, a gente tem muita dificuldade para conseguir até uma resma de papel né, e se melhorasse essa questão da infraestrutura e da autonomia eu acho que a gente conseguiria se a gente dividisse o Campus, se a UFMA de Imperatriz fosse uma outra UFMA independente eu acho que a gente ia dá um grande avanço até na construção de programa de pós graduação de melhoria com relação a bolsas para os alunos de projetos que estejam mais afinados com as peculiaridades regionais né, e acho se a UFMA fosse independente até atraísse mais pessoas com perfis para ficar aqui na cidade, então acho que isso melhoraria bastante (Entrevistado 9).

5. Considerações Finais

O objetivo do presente projeto foi analisar as representações de professoras atuantes nas novas Licenciaturas Interdisciplinares (LI's) da Universidade Federal do Maranhão sobre o peso dos condicionantes de gênero sobre suas escolhas profissionais, carreiras e condições de trabalho. Procurando combinar as vantagens de uma abordagem de gênero e da sociologia das profissões, intentamos descrever e analisar as experiências e engajamentos profissionais a partir das suas vivências subjetivas. Para tanto, recorremos a aplicação de questionários e a realização de entrevistas enfatizando desde as dimensões diacrônicas que influíram sobre as escolhas profissionais (as docentes foram levadas a contar parte do seu percurso), como também as experiências que têm em um quadro institucional determinado, como o que está em pauta.

Dessa maneira, foi possível chegar a algumas constatações importantes que merecem ser destacadas à guisa de conclusão. A primeira e mais importante delas é de que o gênero não é um dado neutro no universo do ensino superior, nem nas vivências no trabalho, nem nas relações com os outros e tampouco nas regulações dos sistemas de atividades nas esferas de vida. A abordagem diacrônica de algumas dessas carreiras profissionais deixa ver, na realidade, o quanto as formas de engajamento profissional são moduladas com o passar do tempo por questões de gênero e são determinadas

fortemente pelos constrangimentos familiares. Além disso, como se pode inferir a partir dos depoimentos recolhidos, a intensidade do investimento profissional e a disponibilidade quase permanente ao trabalho - o que geralmente constitui um forte condicionante do sucesso na carreira universitária - geralmente exige como contrapartida uma moderação da atividade extraprofissional e/ou privada, ou vice versa.

Além disso, como visto ao abordarmos o processo recente de interiorização da Universidade Federal do Maranhão, os determinantes problemáticos do trabalho das professoras não se situam somente na escala dos estabelecimentos, nem na escala das relações com os colegas, alunos ou nas relações entre a esfera pessoal/familiar e profissional. Essas dificuldades encontram suas raízes, em grande medida, nas próprias reformas recentes do Ensino Superior e nos novos desafios que tem gerado para os docentes. A situação deficitária das cidades onde se encontram os campi, o afastamento familiar, a necessidade de deslocamento constante (seja por razões pessoais ou até mesmo profissionais), entre outros aspectos, só contribuem para agravar o presente quadro. Tudo isso que leva a crer que as especificidades das formas conciliação feminina do trabalho com outras esferas - para não falar do fato inegável de que a carga de trabalho global das mulheres tende a ser, em nossa cultura, muito maior do que a masculina - ainda requer formas de gestão mais sensíveis, inclusive em um meio profissional fortemente feminizado.

Seja como for, um dos aspectos que se destaca através do exame dos itinerários dessas professoras é que os seus percursos profissionais aparentam sempre ser muito dinâmicos, visto que construídos por meio de uma exigência de constante negociação, ajustamento ou reajustamento entre suas histórias pessoais, familiares, conjugais, sociais, econômica e profissionais. Trata-se de uma dinâmica de recomposição identitária que está na origem de modificações na intensidade dos engajamentos profissionais, podendo até mesmo alterar os seus percursos. Como se não bastasse, por fim, soma-se a isso tudo o fato de haver numerosas transformações no campo de

atuação do docente universitário, tais como: a deteriorização das condições de trabalho; a crescente diversificação e diferenciação do público acadêmico; a intensificação das exigências de produção científica, o aumento de competitividade, etc. (NEVES et al, 2011; OLIVEIRA; CATANI, 2012), os quais tem modificado sensivelmente a tarefa e o papel dos docentes sem que tenha emergido ainda um outro modelo de referência. Em condições periféricas como a que está em pauta, portanto, na medida em que são submetidas a injunções contraditórias e situações delicadas - distintas, em boa medida, daquelas nas quais foram formadas e talvez até mesmo de onde desejariam estar - essas docentes são convocadas então a se reinventarem continuamente por razões simultaneamente pessoais e coletivas, seja para encontrar novas formas de exercer a docência, seja pelos condicionantes do momento e de regulação de suas esferas de vida.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Maria F. ; Karen Polaz ; MOSCKOVITCH, M. . Pesquisando os grupos dominantes - notas de pesquisa sobre o acesso às informações. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 13, p. 47-64, 2012.
- ALMEIDA, Ana Maria F. ; ERNICA, M. . Inclusão e Segmentação Social no Ensino Superior Público no Estado de São Paulo (1990-212). **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 36, p. 63-83, 2015.
- ALMEIDA, A. M. et al. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira and SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** [online]. 2015
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007
- BACKES, Vanessa Ferreira. THOMAZ, Jean Rodrigo. DA SILVA, Fabiane Ferreira. **Mulheres docentes no ensino superior: Problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa**. Uruguaiana, RS, Brasil, 2016.
- BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós Básica, 2002.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- BOURDIEU, Pierre. Homo Academicus. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: CATANI, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRUSCHINNI, M.C.A. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n.3, p. 17-32, 1994.
- CAÑAVERAL, Inmaculada Cristina Puertas; SÁ, Thiago Antônio de Oliveira, REUNI: EXPANSÃO, SEGMENTAÇÃO E A DETERMINAÇÃO INSTITUCIONAL DO ABANDONO. ESTUDO DE CASO NA UNIFAL-MG. EccoS Revista Científica [en linea] 2017.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. (2004), "Masculino, Feminino e Estudos Universitários no Estrangeiro: Os Bolsistas Brasileiros no Exterior (1987-1998)", in A. M. F. de Almeida et al. (orgs.), **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas, Editora da Unicamp.
- CANEDO, L. B. & TOMIZAKI, K. A.; GARCIA Jr. **A formação das elites brasileiras: estratégias educativas e globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CARDOSO, Valéria Maria Lima; RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. Entre travessias: a saúde dos docentes na expansão/interiorização do IFMA. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 24-35, abr. 2016.
- CORADINI, O. L.. Os Professores de Ensino Superior como Objeto de Estudo e a Sociologia Prática. **POLÍTICA & SOCIEDADE (IMPRESSO)**, v. 17, p. 191-223, 2018.
- DUBET, François. QUAL DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR?. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-266, ago. 2015
- DUBAR, C., « Identités collectives et individuelles dans le champ professionnel », in DE COSTER M., PICHAULT F (sous la dir.), **Traité de sociologie du travail**, De Boeck Université, Ouvertures sociologiques, Bruxelles, 1994, pp. 363-379.
- EZCURRA, A. M. **Los estudiantes de nuevo ingreso: democratización y responsabilidad de las instituciones universitarias**. São Paulo: Cadernos de pedagogia universitária. 2. Pró-reitoria de Graduação da USP, 2007.
- FERNANDES, Thaís Matos. **RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOCENTE: Avaliações de professoras sobre as condições de trabalho na Universidade Federal do Maranhão - Campus Bacabal**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas - Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão.
- FERREIRA E SILVA, Marcia. **MÃES ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: Dilemas de conciliação entre Academia, Trabalho e Maternidade**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas - Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão.
- [HIRATA, H.](#) Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impreso), v. 17-18, p. 139-156, 2001.
- _____. Globalização, trabalho e gênero. R. Pol. Públ., v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005.

LEDA, Denise. Trabalho docente no ensino superior: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas do estado do Maranhão. 2009. 224 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LÉDA, D; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, jan.-abr. 2009 (p. 49-64).

LETA, Jaqueline. (2003), "As Mulheres na Ciência Brasileira: Crescimento, Contrastes e um Perfil de Sucesso". **Estudos Avançados**, vol. 17 no 49, pp. 271-284.

LIMA, Raissa Araújo. **CARREIRAS DOCENTES E RELAÇÕES DE GÊNERO: representações e vivências da atividade profissional por professoras de Ciências Humanas**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas - Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão.

LOURO, G. L.. Mulheres nas salas de aula. In: Mary del Priore. (Org.). História das Mulheres no Brasil. 02ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997, v. , p. 443-481.

MARRY, Catherine. (2003). Genre et professions académiques : esquisse d'un état des lieux dans la sociologie. Dans R réflexions sur l'accès, la promotion et les responsabilités des hommes et des femmes à l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Actes de la journée.

MORAES, KARINE N DE ; AZEVEDO, MÁRIO L N DE ; CATANI, AFRÂNIO M . A produção do conhecimento no contexto das políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB/1996: uma síntese. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 8, p. 119-132, 2014.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, v.5, n.9, p.89-102, 2001.

MOSCKOVITCH, M. ; Ana Maria F. Almeida . Desigualdades de gênero na carreira acadêmica. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 58, p. 749-789, 2015.

NASCIMENTO, Lindalva Gouveia. **Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2007 – 2012): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no Campus de Areia**. 2017. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

NERIS, W.S. 2014. Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil. São Cristóvão, SE. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, 404 p.

_____. **AS MULHERES NA CIÊNCIA, A CIÊNCIA DAS MULHERES: trajetórias e condicionantes de carreiras acadêmicas de mulheres no Maranhão**. Projeto de Pesquisa, Fapema, 2016, 32 p. [mimeo].

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 43, n. 149, p. 404-421, Aug. 2013 .

NEVES, C. E. B.. Enseñanza Superior en Brasil y las políticas de inclusión social. **Páginas de Educación**, v. 7, p. 299-320, 2014.

NEVES, C. E. B.; MORCHE, B. ; ANHAIA, B. C. . Educação Superior no Brasil: acesso, equidade e políticas de inclusão social. **Controversias y Concurrencias Lationamericanas**, v. 4, p. 123-140, 2011.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LEDA, Denise Bessa. O TRABALHO DOCENTE NO ENFRENTAMENTO DO GERENCIALISMO NAS NIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: REPERCUSSÕES NA SUBJETIVIDADE. *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 32, n. 4, p. 97-117, Dec. 2016 .

SANTOS, Ana Maria Fontes dos; ROSA, Dora Leal. Um legado sobre a formação de professores: movimento de interiorização da universidade no Estado da Bahia. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.16,v.2, p. 5 -22, jul./dez.1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba , v. 14, n. 2, p. 253-266, July 2009 .

SILVA, Claudemir O. Programa Reuni: ampliação do acesso ao Ensino Superior? (Dissertação de Mestrado) – **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, 2014. 163 p.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". *Ciênc. educ. (Bauru)*, Bauru , v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014 .

SOARES, Thereza Amélia. (2001), "Mulheres em Ciência e Tecnologia: Ascensão Limitada". *Química Nova*, no 24, pp. 281-285.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de; COIMBRA, Leonardo José Pinho. As licenciaturas interdisciplinares e o processo de expansão das IFES: implicações para a formação de professores. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 141-159, dez. 2015. ISSN 1676-2584.

VELHO, Léa; LÉON, Elena. (1998), "A Construção Social da Produção Científica por Mulheres". *Cadernos Pagu*, no10, pp. 309-344.

VINHAIS, Henrique Eduardo F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

**RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO:
Quebradeiras de Coco Babaçu e a Defesa da Terra e da Cultura em meio a Conflitos
Territoriais no Maranhão**

Joana Alice da Silva Melo⁸

1. INTRODUÇÃO

No cenário multifacetado das dinâmicas agrárias e culturais no Maranhão, as mulheres quebradeiras de coco babaçu emergem como protagonistas centrais, desempenhando papéis cruciais na manutenção não apenas de suas tradições culturais, mas também na resistência contra conflitos. Este trabalho analisa a atuação de mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, destacando suas estratégias de resistência e mobilização no mundo do trabalho em defesa da terra livre e da cultura em meio a conflitos territoriais neste estado. Objetiva destacar a importância das mulheres quebradeiras de coco babaçu no contexto maranhense, enfocando suas lutas por terras, pelo livre acesso aos babaçuais e pela preservação do babaçu como um patrimônio material e fonte de renda.

Ao longo das páginas a seguir, será analisada o contexto histórico desses conflitos, desde as raízes nas décadas passadas até as atuais estratégias de resistência e mobilização das quebradeiras de coco em colaboração com outros grupos sociais. Este estudo não apenas se propõe a documentar os desafios enfrentados por essas mulheres, mas também a oferecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que moldam as lutas pela terra e pela liberdade do babaçu no

⁸ Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (PPGS/UFPI). Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas - História (UFMA/ Campus Codó). Professora de História da SEDUC-MA. E-mail: joanaalicesilvamelomelo@gmail.com

Maranhão.

Ora, a análise do estado da arte dos conflitos se inicia com um panorama histórico, destacando a relevância econômica e social das quebradeiras de coco babaçu, especialmente nos estados onde a palmeira é mais abundante, como o Maranhão. A atividade extrativista do babaçu tem sustentado comunidades rurais, proporcionando renda e, conseqüentemente, acesso à educação para as futuras gerações.

Contudo, a trajetória dessas mulheres não tem sido isenta de desafios. A implantação da Lei Sarney de Terras na década de 1960 e o subsequente aumento de programas agropecuários e agroindustriais levaram a conflitos territoriais, com muitas quebradeiras sendo expulsas de suas terras e impedidas de acessar os babaçuais.

A própria resistência das mulheres quebradeiras de coco se destaca, não apenas pela defesa de suas formas de vida e preservação do meio ambiente, mas também pela articulação com outros movimentos sociais. A criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) em 1995, resultado da união de grupos nos estados do Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão, representou uma resposta coletiva aos desafios enfrentados.

Sob essa luz, o artigo explora os mecanismos de resistência adotados por essas mulheres, enfatizando as estratégias como alianças com lideranças de outros movimentos sociais, sindicalistas e trabalhadores rurais. A busca por unidade visa fortalecer a voz das quebradeiras de coco diante de ameaças à preservação das palmeiras, aos babaçuais e à própria vida dessas mulheres.

Além disso, o trabalho discute o estado atual dos conflitos, evidenciando o contexto de violência que marcou as décadas de 1985 a 1990, com registros de assassinatos de quebradeiras de coco. A análise se estende até os dias atuais, destacando a relevância contínua da atuação dessas mulheres na defesa de seus direitos e na construção de uma agenda que promova a justiça social e ambiental.

2. ESTADO DA ARTE DOS CONFLITOS POR TERRAS E BABAÇU NO MARANHÃO: Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu em Articulação com Movimentos Sociais no Maranhão

Historicamente as mulheres quebradeiras de coco babaçu possuem sumária relevância nas regiões dos babaçuais nos âmbitos econômico, social, político e cultural, sobretudo nos estados em que o babaçu é mais abundante como Pará, Piauí, Tocantins e Maranhão⁹. Decerto, em meio às famílias rurais, o babaçu desempenha um papel fundamental na manutenção da renda, conseguindo manter as famílias em suas necessidades básicas para manter-se vivo. Com a renda das atividades do extrativismo do babaçu, as mães de família ainda conseguem ajudar na manutenção dos filhos, que se deslocam para outras localidades em busca de estudo, pois depositam no acesso à educação a possibilidade de ter qualidade de vida melhor.

A economia gerada pelo babaçu vem ganhando espaço no mercado, com a comercialização dos subprodutos, tais como: o azeite de coco, sabão, carvão e o mesocarpo¹⁰, que é ingrediente para produção de bolos, mingau e sequilhos. A palmeira também é matéria prima para produção de artigos artesanais.

Nessa perspectiva, esse recurso natural, além da importância cultural para as quebradeiras de coco, foi despertando os olhares de outros sujeitos, como artistas, pesquisadores, poetas, escritores, como também, agentes econômicos, a exemplo do Estado, que ao ver a grande demanda por produtos beneficiados do babaçu, que gera renda para trabalhadores e trabalhadoras do campo, passaram a ter uma visão diferente sobre essa cadeia produtiva, estabelecendo formas de exploração que nem

⁹ Nesses estados foi criado a AQCB através do movimento do MIQCB.

¹⁰ Substância colhida entre o epicarpo e o endocarpo do coco de babaçu, transformada em farinha, rico em ferro, ácido fosfórico, cálcio, potássio e ecolina. Fonte: mfrural, (2021).

sempre respeitam a cultura tradicional das extrativistas.

Desse modo, além de chamar a atenção para a especulação dos negociadores ligados com a comercialização do babaçu, é preciso dar visibilidade aos dilemas e conflitos entre trabalhadoras agroextrativistas, proprietários de terra e o Estado, que ocorreram no final da década de 1960 e início de 1970, com a implantação da Lei Sarney de Terras nº 2.979, implantada em julho de 1969 pelo então governador José Sarney. Essa lei tratava da privatização de territórios públicos do Estado. A essa conjuntura, e com o aumento de programas agropecuários e agroindustriais, muitas mulheres quebradeiras de coco foram expulsas das terras, como também, lhes foram negados os acessos aos babaçuais. (BARBOSA, 2014).

Após a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, o campo entra na agenda nacional pela perspectiva do negócio exclusivamente – essa perspectiva de negócio exaure os recursos naturais da terra. Fazendo assim, os conflitos estenderam-se às terras dos babaçuais, nas quais os que se autodeclaravam donos das terras começaram a proibir a extração do babaçu, provocando assim, as mulheres do campo a se organizarem em forte movimento, como aponta Carvalho e Macedo (2019, p.03)

Tais conflitos estenderam-se à área dos babaçuais, onde fazendeiros e grileiros começaram a proibir a extração do babaçu, desencadeando, em contrapartida, forte mobilização por parte de trabalhadores rurais e comunidades extrativistas. Essa luta significou não só a própria sobrevivência das famílias como também foi uma luta contra a violência imposta aos seus modos de vida. (CARVALHO, MACEDO, 2019, p. 03).

Assim, os conflitos foram marcados por várias lutas, seja pela manutenção de seus modos de vida, contra os donos de terras, contra a violência, contra o mecanismo de exclusão, contra a proibição do acesso aos babaçuais, contra a não preservação da palmeira. Seja qual fosse a causa da luta, as mulheres buscavam enfrentá-la se articulando enquanto movimento social, para buscar estratégias e métodos de resistências cada vez mais organizados, para assim, conseguirem enfrentar com força

e coragem os conflitos em que viviam. (CARVALHO E MACEDO, 2019).

As mulheres foram diretamente envolvidas no combate pela posse das terras, particularmente, pelo acesso aos babaçuais e à preservação das palmeiras. Pois, através da luta em defesa do trabalho extrativista, outras localidades se mobilizaram em movimento e, assim, viabilizaram a luta pela terra.

A luta foi marcada pela violência, principalmente, entre as décadas de 1985 e 1990, onde, os combates no campo abrangeram cerca de 450 mil lavradores, desses, foram registrados, pelo menos, três assassinatos de mulheres quebradeiras de coco. (TEMPOS NOVOS, 1992a, p. 20; 1990b, p.7 *apud* BARBOSA, 2008, p.5). Desde então, no desenvolvimento de estratégias de resistências e alianças dessas mulheres neste cenário de conflitos e lutas pela terra, pela preservação das palmeiras e pelo acesso aos babaçuais, as quebradeiras de coco babaçu perceberam que era preciso buscar alianças com lideranças de outros movimentos, para assim, conseguirem ter força para vencer as adversidades que eram impostas em suas vidas.

Foi motivada pela defesa de suas vidas que quebradeiras de coco babaçu começaram a se organizar enquanto movimento social, principalmente dentro de quatro Estados, Piauí, Tocantins, Pará e Maranhão. E, a partir de grupos de mulheres desses Estados, foi se fundando na década de 1991 a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu - AMQCB, no qual, em 1995 foi dado o nome de Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). (MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, 2020).

Segundo Santos (2019), as mulheres quebradeiras de coco, autodeclaradas como comunidades tradicionais, buscam articular-se além do MIQCB, procurando se unir aos trabalhadores rurais e sindicalistas, isso, porque elas viam que, assim, conseguiriam agregar mais estratégias para conseguir vencer os patrões, fazendeiros, os jagunços, que por diversas vezes ameaçavam seus recursos naturais, como também sua própria vida.

Diante do cenário de grandes confrontos, as mulheres quebradeiras de coco

babaçu foram criando outras articulações para lutar pelos direitos que lhes foram negados, como afirma Carvalho e Macedo (2019).

Nesse cenário de grande conflitualidade, as mulheres que viviam da quebra do coco babaçu criaram um grupo de estudos, promovendo encontros no Médio Mearim¹¹. Tal grupo teve suporte da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), cujo objetivo era atender as necessidades de trabalhadores rurais e extrativistas naquela região, por meio de assessoria técnica e jurídica para associações e cooperativas. Ademais, as mulheres já vinham tendo experiências de articulação e mobilização política junto ao Movimento de Trabalhadoras Rurais do Maranhão (MTRM) e às pastorais e entidades católicas, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (BARBOSA, 2013 *apud* CARVALHO, MACEDO, 2019, p. 03).

Reforçando ainda o que é afirmado pelos autores, é importante argumentar que a partir da criação de grupos, movimentos e encontros, foi possível uma organização, articulação e desenvolvimento de estratégias e táticas que motivassem as mulheres a não desistirem de lutar pela preservação de seus recursos naturais, pelo acesso às terras e aos babaçuais.

Sobre as estratégias e as formas de resistências dessas mulheres nos conflitos pelos seus direitos, destacamos o que é visto por Barbosa (2008), que enfatiza o processo de articulação das quebradeiras de Coco Babaçu

[...]foram importantes para o processo de articulação de quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais a Igreja Católica¹², a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), alguns setores partidários e, mais recentemente, alguns intelectuais. (BARBOSA, 2008, p. 7).

A Igreja Católica, como também, outras instituições, movimentos e órgãos de distintas regiões, foram importantes na construção de articulação, resistência e estratégias de força, coragem e luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, contribuindo para dar visibilidade e encaminhar suas demandas.

¹¹ Localizado no Estado do Maranhão

¹² A Igreja Católica retinha contato com quebradeiras de coco através de padres e missionários, freiras, das Comunidades.

De acordo com Ayres Júnior (2007) essas instituições não apenas ajudavam a reduzir os conflitos, como também estruturaram, prepararam e defenderam publicamente as mulheres lideranças, zelando para não se abaterem emocionalmente diante das dificuldades que estavam enfrentando. Essas entidades encorajavam os grupos a pensar ações favoráveis à execução de suas estratégias.

Para além dos movimentos sociais a articulação do próprio MIQCB com os órgãos do Estado tem garantido acesso a benefícios públicos, conforme aponta Matos, Shiraishi e Ramos (2015).

O MIQCB tem garantido a emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF¹³) para as quebradeiras de coco babaçu, assegurando sua inclusão em programas de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade Brasileira (PGPM-bio), que contribuem para o fortalecimento das lutas políticas, sociais, econômicas e ambientais das quebradeiras de coco babaçu e de suas organizações. (MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória, 2015, p.15-16).

Assim, pode-se perceber que todas essas formas de organizações e articulações impulsionaram esses grupos a lutarem e resistirem às opressões que lhes eram impostas pelos “chefes proprietários”, que as proibiram de ter acesso aos babaçuais e seus recursos naturais.

2.1 Lutas pelo acesso à terra

A extração do coco babaçu pelas mulheres quebradeiras de coco, historicamente é feita em florestas de babaçuais que não possuem a titularidade de posse. São áreas reconhecidas como sendo ora do Estado, ora de fazendeiros, que as privam de suas atividades de coleta e quebra. Com isso, a necessidade de explorar na

¹³ A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é o instrumento jurídico que identifica o agricultor familiar para acessar políticas públicas dentro do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF). (MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória, 2015, p.15)

natureza recursos necessários à sua sobrevivência e de suas famílias, as mulheres quebradeiras de coco babaçu vão sendo identificadas como inconvenientes, sofrendo ameaças físicas e psicológicas para não ocuparem terras “alheias”. Assim, pode-se perceber a forma embrionária da organização em prol da defesa da terra livre, os chamados “conflitos pela terra” que, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra¹⁴ (2006),

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc. (CPT, 2006, p.10).

Todavia, o processo de luta pela terra que essas mulheres passaram e passam, não se encaixa somente em algo visto como um ato de revolução para a redistribuição de renda ou de bens em relação à posse de terras, mas, sim, um ato pela sua sobrevivência, e de seus familiares, que, ao terem esse ofício negado, têm conseqüentemente a diminuição da renda familiar ou, pode acontecer de eliminar a única forma de obtenção de renda da família, agravando a vida de quem já vive em pobreza extrema. Com a “proibição” essa realidade torna-se calamitosa, como podemos ver em Ayres Júnior (2007), citando Reydon (1986).

A luta dos trabalhadores agroextrativistas não foi movida por ideais políticos ou revolucionários (REYDON, 1986: 39), foi movida, isso sim, pelas condições materiais de existência e de reprodução. Se por um lado, o menor favor em relação às áreas de lavouras era compensado pela possibilidade de coleta do coco babaçu nas fazendas, por outro, o desmatamento e a proibição da coleta que se seguiu significou o cerceamento do canal de obtenção de renda que restava ao trabalhador e à sua família. (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 92).

¹⁴ A Comissão da Pastoral da Terra – CPT é uma organização não governamental criada em 1975 por representantes da Igreja Católica, ela tem como objetivo operar coletivamente pelos “direitos da terra e da produção familiar, ecológica e diversificada” (CPT, 2006).

Dentro do contexto historiográfico, os problemas oriundos dos conflitos de concentração de terras (latifúndios) são marcantes no Brasil, desde o século XVI, quando a coroa portuguesa, durante o período de colonização, concede as “capitanias hereditárias”¹⁵ como também o “sistema sesmarias”. Estas duas situações históricas contribuíram na formação dos latifúndios, na distribuição de terra (NASCIMENTOS; SAES; ZYLBERZTAJN, 2010, p. 6).

Mais à frente no percurso histórico, Reydon e Plata (1995), completam que, com a combinação do fator de acúmulo de terra e do crescimento da modernização na agricultura brasileira, principalmente na década de 1990, os conflitos latifundiários se intensificaram mais ainda, devido à redução de empregos, como também o aumento das demandas sociais das mãos de obra dos trabalhadores rurais.

Portanto, esses conflitos ficaram mais complexos a partir da crise econômica das décadas de 1969 a 1990, com implantação de novas leis e regras governamentais onde faziam a proibição de acesso a milhares de hectares de terras públicas tornando-as propriedades privadas, com a justificativa de serem “terras devolutas”. Ora, por conta desse processo de concentração de terras intensificou e “favoreceu” ainda mais as desigualdades sociais da região, já que muitos agricultores familiares e povos tradicionais foram perdendo as terras em que moravam e que era sua única forma de sobrevivência (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015, p. 16).

Em concordância com os autores Nascimento, Saes, Zylberztajn (2010), os conflitos no Brasil transformaram-se ainda em algo mais grave devido às grandes demandas sociais provocadas pela crise econômica em meados dos anos 1980, com investimentos nos programas dos setores agrícolas, assim como mudanças institucionais que modificaram o ambiente de produção brasileira.

De acordo com Barbosa (2014) entre as décadas de 1970 a 1980 foi um

¹⁵ As capitanias eram terras doadas pela coroa aos nobres (primeira divisão foi de 15 lotes dados a 12 donatários em 1534). Dentro do sistema sesmarial, as terras doadas permaneciam como patrimônio do Estado Português e, por isso, os donatários possuíam poderes limitados: tinham o direito de usufruir a terra, mas não eram legitimados com o direito de propriedade (ANDRADE, 1995 apud NASCIMENTOS; SAES; ZYLBERZTAJN, 2010, p.6-7).

período em que houve o aumento nas lutas sociais, o que demandou do campo cada vez mais representatividade desses grupos. Pois, foi especialmente nos anos 1980 que as mulheres conseguiram maior visibilidade nos conflitos sociais do campo. Dentro dessa conjuntura do meio rural brasileiro, as mulheres se puseram a lutar em favor de seus direitos como saúde, educação, moradia e alimentação. E, com isso, foi possível ocupar mais espaço na sociedade. Porém, segundo a CPT (1990) por mais que as mulheres estivessem ali presentes nos conflitos, a representação dessa luta não “favorecia” a sua participação, pois, elas eram vistas sempre como inferior, o que favoreceu naquele período a imagem masculina, que sempre foi vista como superior, ou seja, a representação ainda era exclusivamente voltada para imagem do homem.

Com todas as adversidades, os conflitos pela terra foram momentos marcados por muitas formas de violência simbólicas e físicas. Onde trabalhadores/as rurais, crianças, e, principalmente as mulheres camponesas, sofreram atrocidades, sendo despejadas de suas casas, presenciando cenas brutais onde os capatazes queimam suas residências por ordem dos chefes ou fazendeiros, deixando-as sem moradia, e submetendo-as a trabalhos escravos em suas terras. Como por exemplo: “várias mulheres, juntos com seus companheiros e filhos, foram levados à fazenda Arizona, e ali, todos eles foram submetidos a humilhantes condições de trabalho, maus-tratos, espancamentos, sevícias sexuais e lhes proibiram sair da fazenda”, (CPT,1990, p.14).

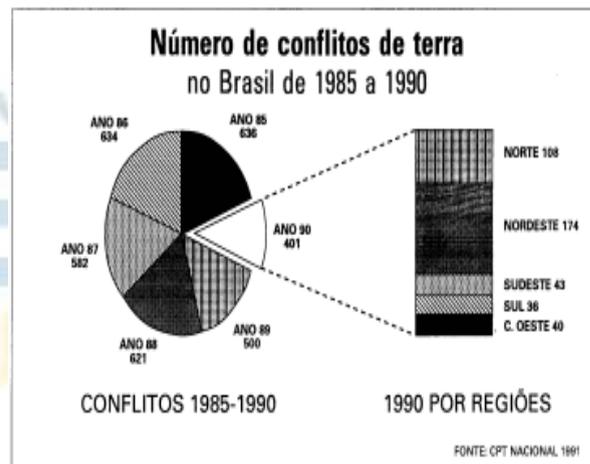
Era comum, além das submissões, de torturas psicológicas, prisões e ameaças, mulheres também sofreram outras ocorrências como os estupros, pois, segundo a CPT (1990, p.14): “Elas são ‘temidas’ por sua persistência e resistência, quando querem lhes quebrar essa força, policiais, pistoleiros e empreiteiros apelam para a violência física e as atingem principalmente por meio da violência sexual”.

Ora, foi se espalhando esses conflitos por todo o território brasileiro, e em especial nas regiões onde as terras dos babaçuais têm maior número de riqueza, como os já citados estados do Pará, Piauí Tocantins e Maranhão. Todavia, em particular,

destaco o estado maranhense onde as “terras férteis” (CPT, 1990, p.15) eram marcadas por grande concentração latifundiária, com pastos para criação agropecuária, o que implica em vasta queima de roças e destruição de palmeiras de babaçu. Tudo isso tem influenciado no desequilíbrio e devastação do meio ambiente, o que também ocasiona a ameaça à sobrevivência das mulheres quebradeiras de coco, pescadores, agricultores familiares, etc.

Segundo Barbosa (2014) ao longo dos anos, a região nordeste, em particular o estado do Maranhão, se constitui em uma das áreas do Brasil com maior número de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. Como podemos observar na estatística abaixo.

Figura 1 : Gráfico com dados sobre o conflito de terra no Brasil nos anos 85/90



Fonte: CPT, 1990, p.18

O crescimento no número de casos de conflito pela terra também foi acompanhado de uma maior violência tanto por parte dos latifundiários, ou seja, dos que se intitulam donos da terra, como também do Estado, resultando em grande número de mortes no país (CPT,1990, p. 19).

Pode-se ver que nas regiões Norte e Nordeste foi onde os conflitos se acirraram com grande intensidade de violência. Ocasionalmente, assim, o aumento de casos de números de mortes. Como exemplo, a região norte que no ano de 1989 a 1990

teve o crescimento no número de assassinatos, passando de 14 para 30 mortes, e, as ameaças passaram de 37 para 50, já as tentativas de assassinatos, que eram 13, aumentaram para 14 pessoas vítimas de tentativas de assassinatos. (CPT, 1990, p. 19).

A região do Nordeste foi uma das que mais sofreu com violência na luta pela terra e afetada pela seca. Como, por exemplo, pode-se citar o estado do Maranhão, que de acordo com a CPT (1990), foram registrados 38 conflitos, contra 26 no ano anterior, ou seja, teve um crescimento de aproximadamente 12% a mais do que no ano de 1989. Como pode-se observar na figura abaixo.

Figura 2: Gráfico sobre o número de assassinatos nas décadas de 1985 à 1990



Fonte: CPT, 1990, p.18

Em concordância com a CPT (1999) Oliveira (2001) evidencia que,

[...] a estatística dos mortos nas batalhas pela terra foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando. Nascia a UDR – União Democrática Ruralista, entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. (OLIVEIRA, 2001, p. 192)

Em suma, os conflitos na luta pela terra foram marcados por várias lutas emblemáticas de muita violência, dores, fome, sofrimentos e mortes. Entretanto, se essas violências geraram a morte de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, elas geraram também formas de resistência pela libertação da terra e, também, contra

a morte, dando força e coragem aos camponeses, para enfrentarem os “chefes e poderosos”, em defesa de seus direitos e pela sua liberdade para viver. Desse modo, os trabalhadores se articulavam e se organizavam, buscando estratégias de enfrentamento para combater todas as atrocidades impostas pelos jagunços¹⁶ e pelo Estado.

Dados mais recentes da CPT apontam que os conflitos por terra cresceram sucessivamente nos últimos anos, e uma das razões desse aumento ocorreu, em boa parte, pelo discurso violento provindo pelo Governo Federal, que se posiciona a favor dos grandes proprietários rurais e grileiros, e contra os Movimentos Sociais do Campo, as extrativistas e trabalhadores/as rurais (CPT, 2020, 101).

Segundo a CPT (2020, p. 101) os conflitos por terra obtiveram 1.254 ocorrências, 12% a mais do que em 2018, na qual computou cerca de 1.124 conflitos. Porém, o número de violência em 2019 ampliou-se consideravelmente contra as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas.

Com base na CPT (2020) as ocorrências de conflitos no ano de 2019, cresceram sucessivamente nas lutas pelo direito a terra, principalmente, devido ao número de pessoas/agentes envolvidas no ato, como bem é apontado pela CPT (2020, p. 101).

O montante de 2019 é dividido em: 1.206 Ocorrências, 25% a mais que no ano anterior, com 964; 43 Ocupações/Retomadas, 70% menos que em 2018; e 05 Acampamentos, que teve uma redução de 71%. O número de famílias envolvidas foi de 144.742, 23% maior que em 2018, com 118.080. O nº de Ocorrências em 2019 foi o maior registrado para a categoria em toda a série histórica documentada pela CPT, e significou uma média de 3,3 conflitos por dia. Outro número que surpreende é o tamanho da área envolvida nos conflitos, 53.312.543 ha, a maior em toda a série histórica documentada e 35% superior à de 2018, que já tinha sido 6% maior que em 2017. (CPT, 2020, pág. 101)

¹⁶ Criminoso contratado para matar; assassino, segurança, guarda-costas de uma pessoa influente, poderosa; capanga. Fonte: Dicionário online de Português, (2021). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/jagunco/>>. Acessado em: 28/12/2021.

De acordo com os últimos dados da CPT (2019/2020), a situação do Maranhão apresenta-se como um dos estados mais conflituosos, com aproximadamente 174 ocorrências de conflitos no campo. Tendo o ano de 2019, marcado como o período onde os conflitos por terra mais sofreram aumento de violências.

Segundo a CPT (2020) aponta que,

[...] Os Conflitos por Terra revelam, em 2019, mais um trágico aumento de violência individual, que a CPT chama de Violência contra a pessoa, por vezes extrema, a promover a eliminação física de camponeses, camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças de suas lutas e resistências. Os dados principais: Assassinatos – 32, 14,3% mais que as 28 em 2018; Tentativas de Assassinato – 30, 7,1% mais que as 28 do ano de 2017; Ameaças de Morte - 201, 21,8% mais que as 165 de 2018. Sendo contabilizada 4 tentativas de mortes no estado do Maranhão. (CPT, 2020, p. 103).

E, importante destacar que dentro desse campo brasileiro de conflitos por terra, as violências contra as mulheres camponesas aumentaram drasticamente no ano de 2019, onde, de acordo com os dados da CPT (2020, pág. 104), “102 camponesas, indígenas, quilombolas e lideranças foram vitimadas por: Assassinato – 3, Tentativa de Assassinato – 3, Ameaça de Morte – 47, Prisão – 5; Intimidação – 15, para além das diversas outras formas de violência.” (CPT, 2020, p. 104)

2.2 Luta pela preservação da palmeira

A palmeira do babaçu é caracterizada por haver frutos (cocos) agregados em forma de cachos, muito resistentes, de forma que preserva amêndoas que tem como uma de suas riquezas naturais a extração do óleo/azeite (Anderson e Balick, 1988; Anderson et al., 1988; May, 1990; Lorenzi et al., 2010 *apud* Silva; Bastos; Neto; Santos; Vieira; Barros, 2017), e normalmente tem alta densidade em vegetação secundária, mostrando-se em menores quantidades nas florestas, sendo constantemente vistas em

áreas antropizadas, onde é conhecida como espécie dominante (Anderson e May, 1985; Peters et al.,1989; Anderson et al.,1991 *apud* Silva; Bastos; Neto; Santos; Vieira; Barros, 2017).

A palmeira também está inserida como um produto florestal não madeireiro de alta relevância ecológica, social e política como produto extrativista, onde, vai oportunizando a sobrevivência de centenas de famílias, com maior incidência nos estados do Maranhão e Piauí (EMBRAPA 1994; Afonso e Ângelo, 2009 *apud* Silva; Bastos; Neto; Santos; Vieira; Barros, 2017).

Figura 3: Palmeira de Babaçu



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A palmeira de babaçu é uma planta nativa, desde do início ela faz parte da vida e da economia das sociedades que habitavam o território maranhense. Efetivamente, as populações tradicionais aproveitam todas as partes das palmeiras. Quando ainda é nova, seu talo é utilizado para fazer cercas ao redor das casas. Os troncos das Palmeiras eram usados para fazer pontes; mais atualmente servem também para produzir adubo orgânico. Suas folhas (palhas) eram muito utilizadas para cobrir as casas e também na produção de artesanato. As amêndoas retiradas do seu coco são riquíssimas em óleo, conhecido como azeite; para além disso, a casca do coco é usada como aproveitamento de combustível; seu mesocarpo, é rico em fibras e

sais minerais, como também é um produto muito usado na alimentação das crianças.

Figura 4: Produções provindos da Palmeira do Babaçu



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

É importante ressaltar que a palmeira carrega consigo grandes significados na vida das mulheres rurais, pois, traz consigo uma fonte de renda e de sustentabilidade para a população. Diante disso, é vista pelas quebradeiras como “mãe”, que não deixa faltar alimento em casa, além, de ser considerada aquela que é provedora do lar, ou seja, para essas mulheres a palmeira é, sobretudo, a maior base de sobrevivência de muitas famílias rurais (BARBOSA, 2008,p. 3).

Ora, “as representações das palmeiras revelam questões acerca das construções de gênero, os significados simbólicos de gênero frequentemente estão relacionados aos significados da natureza” (BARBOSA,2008, p. 03). O simbolismo de afeto visto na palmeira como “ser mãe” ao que tudo indica é colocado pelo fato da criação primeiro de seus filhos, e criá-los quer dizer “alimentá-los”, cuidá-los e “nutri-los”.

Por conta de sua riqueza e de toda a sua representatividade na vida das mulheres rurais, os proprietários das fazendas começaram a proibir a entrada das quebradeiras nos territórios nos quais se encontravam as palmeiras, como também, começaram a derrubá-las e a queimar as terras para que fosse evitado o acesso das mesmas.

Com isso, na segunda metade do século XX, com a expansão das grilagens de terras na região Nordeste, os acessos aos babaçuais se tornam mais restritos, pois, os jagunços ameaçavam de morte as mulheres, caso elas entrassem no território. Todavia, as quebradeiras não se silenciaram mediante às ameaças, mas do contrário, isso as impulsionou a lutarem, pois, se tornava necessário para a sobrevivência ter acesso à terra e aos palmeirais.

Dessa forma as mulheres rurais começaram a se organizar em lutas coletivas para assim garantir seus meios de sustentação de vida e de sua cultura. Portanto, logo no final da década de 1980, inspiradas ainda na luta da terra, como também, pela luta dos seringueiros contra a derrubada dos seringais no Acre, as mulheres camponesas começaram a se organizar em mutirões para impedirem a derrubada de palmeiras de babaçu (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS; 2015).

Em concordância com Matos; Shiraishi; Ramos; (2015), Barbosa (2008) afirma que à tomada de decisão de “enfrentar restrições de fazendeiros/grileiros” surge pelo fato de impedir a derrubada das palmeiras, para isso, elas lutaram contra os proprietários, “tomando a frente em muitas das negociações, o que incentivou a emergência expressiva de um movimento organizado” (BARBOSA,2008, p. 6).

É notório, a importância que tem o movimento social organizado, visto que através dele, essas mulheres começam a ter mais resistência, estratégias e coragem para combater as derrubadas da palmeira. Como é evidenciado por GOHN (1997) quando explica a importância dos movimentos sociais, onde ela diz que tais movimentos partem exclusivamente da cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atos sociais, cotidiano, representações, interação política, entre outras, assim, como o cotidiano

cultural dessas mulheres, que as fizeram se juntar em prol de uma causa em comum, levantando sua bandeira de luta. (GOHN, 1997, p. 15).

A saber, Almeida (2008) coloca que,

[...] foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas. (ALMEIDA, 2008, p.30).

E, de acordo com Nascimento (2020) essas formas organizativas de mobilização das mulheres formavam outras alianças com outras corporações rurais, como por exemplo, os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR. Além disso, elas também seguiram outras formas geradoras de lideranças, entre elas estão as associações de mulheres, abertura de sedes regionais do MIQCB, Centros de Formação e Escola da Terra, dentre outros.

Considerando que os movimentos sociais, resultam de um constructo cultural identitário que representam a história de vida de grupos sociais, no caso das quebradeiras de coco babaçu foi, também, o corte/derrubada, queimada das palmeiras que simbolicamente impulsionaram o movimento.

Ainda na concepção de Almeida (2008),

[...] a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. (ALMEIDA, 2008, p.30)

Portanto, as mulheres camponesas extrativistas lutaram cotidianamente

contra o cercamento dos babaçuais, pela libertação da palmeira como bem da natureza, podendo ser livremente acessada pelas famílias que dela dependiam para sobreviver. (PAULA ANDRADE, 2007).

As lutas originárias do conflito pela terra fizeram com que os grupos de extrativistas conseguissem, a partir dos movimentos organizados, a aprovação de leis estaduais que proibisse a derrubada da palmeira, como bem é explicado por Mattos; Shiraishi; Ramos, (2015).

Em nível estadual, já foram aprovadas uma em Tocantins (nº 1.059, de 14 de agosto de 2008), que “dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências”, e uma no Maranhão (nº 9.428, de 2 de agosto de 2011), que cria o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco e reconhece a autoatribuição como critério válido para o reconhecimento das quebradeiras como povo tradicional. O estado do Piauí também aprovou uma lei criando o Dia da Quebradeira de coco babaçu. (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015, p. 18)

Porém, mesmo com a aprovação dessas leis estaduais, os avanços do agronegócio continuaram com o desmatamento dos palmeirais. O que gera tristeza nas extrativistas que realizam atividades tradicionais de respeito e preservação da natureza. Com isso, diversificaram os métodos de enfrentamento aos latifúndios recorrendo, inclusive, forças espirituais presentes em seu dia a dia, as quebradeiras produziram uma oração oficial que recebe o título “Ave Maria das Quebradeiras”.

Segundo LIMA, (2004) *apud* BARBOSA, (2014) “Ave Palmeira, que sofre desgraça, malditos derrubam, queimam e devastam bendito é teu fruto que serve de alimento, e no leito da morte ainda nos dá sustento. Santa Mãe palmeira, mãe de leite verdadeiro. Em sua hora derradeira, rogai por nós quebradeiras” (LIMA, 2004 *apud* BARBOSA, 2014, p.71). Por meio dessa oração é perceptível a profundidade das relações estabelecidas entre as quebradeiras com as palmeiras de babaçu, relações essas que extrapolam o nível do material, passando para a simbólica, tornando a palmeira em algo sagrado e maternal. Ao mesmo tempo em que roga à Virgem Maria

pela proteção das palmeiras para que não aconteçam mais derrubadas.

A priori as ações de resistências das quebradeiras estão baseadas em suas práticas culturais, como bem é representado em uma melodia musical criada por elas e cantada a partir do II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, 1993.

“Hei! Não derrube esta palmeira/Hei! Não devore os palmeirais/ Tu já sabes que não podes derrubar/ Precisamos preservar as riquezas naturais/ O coco é para nós grande riqueza/ É obra da natureza/ Ninguém vai dizer que não/ Porque da palha só faz casa pra morar/ Já é meio de ajudar a maior população/ Se faz o óleo para temperar comida/ É um dos meios de vida/ Pra os fracos de condição/ Reconhecemos o valor que o coco tem/ A casca serve também para fazer o carvão/ Com o óleo do coco as mulheres caprichosas/ fazem comidas gostosas de uma boa estimacão/ Merece tanto seu valor classificado / que com o óleo apurado se faz o melhor sabão/ Palha de coco serve pra fazer chapéu/ da madeira faz papel/ inda aduba nosso chão/ Tela de coco também é aproveitado/ Faz quibano o cercado pra poder plantar feijão/ A massa serve para engordar os porcos/ Tá pouco o valor do coco/ precisa darem atenção/ Para os pobres este coco é meio de vida/ Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão/ Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!/ Seja um pouco mais corajosa, segura na minha mão/Lutemos juntas com coragem e com amor/ Pra o governo dar valor a esta nossa profissão/ Santa Maria é a nossa companheira/ Grande força verdadeira que protege esta nação/ Que fortalece a nossa luta pouco a pouco/ E a mulher que quebra o coco pede a sua proteção”. (XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO: Arquivos da ASSEMA; Músicas Cantadas no II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, 1993).

A partir da letra da música (xote) percebemos as diversas utilidades da palmeira, desde suas folhas para o artesanato e cobertura das casas, até mesmo o uso do adubo orgânico gerado pelas palmeiras caídas. Podemos notar, também, com a repetição no seu refrão que, elas estão manifestando total oposição aos donos de terras que, mesmo com a aprovação de leis, a exemplo do estado do Tocantins (nº 1.059, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre a proibição de derrubada de palmeiras de babaçu), continuam derrubando as palmeiras. Os demais estados também lançaram as

suas, no Maranhão foi a lei de nº 9.428, de 2 de agosto de 2011, já no Piauí e no Pará foram criadas a mesma lei que consideravam também como o dia das quebradeiras de coco, em homenagem essa data histórica da conquista, em 24 de setembro.

2.3 A Lei do “Babaçu Livre”

Diversas narrativas sobre os conflitos sociais, marcaram significativamente as histórias de lutas das quebradeiras de coco babaçu que desde a década de 1970, quando ainda estavam lutando pelo acesso aos territórios e pela preservação dos babaçuais. A partir da década de 1980 suas lutas ganharam uma nova pauta em favor do acesso aos babaçuais.

A luta por acesso ao babaçu é uma atividade essencialmente coletiva. As quebradeiras de coco praticam ideais de solidariedade e igualdade entre si e com a natureza. Um costume que exemplifica esses ideais é nunca cortar o cacho inteiro do coco, mas coletar o coco que caiu naturalmente, respeitando seu ciclo de vida e permitindo que outras mulheres possam ter acesso. O entendimento dos recursos naturais como um bem comum também faz com que as quebradeiras se organizem para garantir a distribuição justa e solidária do que é coletado. (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015, p.17).

É nessa conjuntura que se origina a ideia do “Babaçu Livre”. De acordo com Shiraishi Neto (2017), veio a partir da movimentação e organização das quebradeiras de coco em busca de direitos de exercer seu trabalho, lutando contra os atravessadores, que compram a amêndoa, *in natura*, por menores valores e revendem para a indústria com valor mais alto, como também em favor da inclusão das demandas das mulheres quebradeiras de coco babaçu no âmbito das organizações públicas do Estado, permitindo a sua representação nas tomadas de decisões, em busca da igualdade e da sua visibilidade nas demais esferas da sociedade.

As Leis do Babaçu Livre, segundo Almeida (2005) “tradicionalmente têm mantido aberto o uso do recurso natural sob a modalidade de uso comum” (ALMEIDA, 2005, p.30), ou seja, para além da garantia dos usos dos recursos naturais provindo da produção sustentável por meio dos babaçuais livres, garante também as

mulheres o direito à existência, como sujeito de direitos políticos.

E, uma das maneiras utilizadas pelas extrativistas para conquistar permanentemente esse direito foi através de suas militâncias e engajamentos políticos como é evidenciado por Matos; Shiraishi; Ramos, (2015)

Uma das formas usadas para conquistar definitivamente esse direito para as quebradeiras foi a incidência política junto a parlamentares para a proposição de um projeto de lei nacional de acesso livre aos babaçuais. O Projeto de Lei nº 1.428 de 1996, conhecido como “Lei de Babaçu Livre”, tramitou regularmente pela Câmara até ser arquivado por força regimental, sendo posteriormente reapresentado três vezes, sem sucesso. Dadas as dificuldades para a aprovação do projeto, o movimento passou a investir na estratégia de proposta de leis em âmbito municipal e estadual, a exemplo de outros movimentos brasileiros, especialmente de povos tradicionais. (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015. P.17)

Para as quebradeiras de coco era muito importante o livre acesso, pois, lhes davam a possibilidade da tranquilidade para realizar as atividades de extração, sem medo de serem surpreendidas por jagunços mandados pelos donos das terras, para retirá-las de lá, como se elas tivessem invadindo, podendo elas entrar e sair sem nenhuma restrição, como é dito por Maria Alaídes: “o livre acesso é aquele que a cancela não tem um cadeado, que o colchete não tem cadeado, esse pra nós é o livre acesso.” (ENXERTO DA ENTREVISTA DE MARIA ALAÍDES, LAGO DOS RODRIGUES, maio de 2015 *apud* NETO, JOAQUIM SHIRAIISHI, 2017, p.150).

A “Lei Babaçu Livre” foi primeiramente aprovada na cidade Lago do Junco no Maranhão, como colocam Matos, Shiraishi e Ramos (2015) e, a partir daí, ela começou a ser aprovada em vários outros municípios, também do mesmo Estado como em outros, sendo ela considerada pelos fazendeiros um problema, pelo fato de darem liberdade de serem explorados recursos naturais, como o babaçu, de forma comunitária, separando tais recursos de suas terras, alegando eles que a Lei do Babaçu Livre afeta o princípio de propriedade privada,

A primeira lei municipal do babaçu livre aprovada foi a nº 005/1997, em Lago do Junco. A partir da incidência política do movimento em municípios nos quais atua, já foram aprovadas pelo menos 14 leis municipais. No Maranhão, além da já citada, foram aprovadas leis em Lago dos Rodrigues (nº 32/1999), Esperantinópolis (nº 255/ 1999), Pedreiras (nº 1.137/2005), Lago do Junco (nº 01/2002); São Luís Gonzaga (nº 319/2001); Imperatriz (nº 1.084/2003), São José dos Basílios (nº 052/2005) e Cidelândia (nº 001/2005). Atualmente, o movimento está elaborando uma proposta para apresentar no município de Matinha. No Tocantins, foram aprovadas leis nos municípios de Buriti do Tocantins (nº 058/2003), Axixá do Tocantins (nº 306/2003), Praia Norte (nº 001/2003) e São Miguel do Tocantins (nº 05/2005). No Pará, foi aprovada uma única lei, em São Domingos do Araguaia (nº 934/2004). No Piauí ainda não foi aprovada nenhuma, mas a coordenação regional está discutindo a possibilidade de apresentar uma proposta no município de Esperantina. (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015, p. 18).

O nível de importância da implantação dessas leis, também, se dá pela representatividade delas, demonstrando a força da luta dessas mulheres, tanto para manterem suas sobrevivências, como pela manutenção da natureza, tornando-a mais sustentável (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS; 2015, p.19). Contudo, avaliam que não devem deixar de lutar, pois, mesmo que se encontre no papel a lei, o descumprimento da mesma, deve ser denunciado, valorizando assim a luta das mesmas.

Somente ao observar o estado da arte das lutas das mulheres quebradeiras de coco babaçu percebe-se o quanto a relação de gênero está presente nas narrativas e nos registros teóricos sobre elas. A luta é representada por mulheres contra os homens fazendeiros e seus subordinados, sendo submetidas à violência física, simbólica, material e psicológica, porém sem recuar na sua auto organização, na defesa de seus direitos, pela preservação ambiental e cultural a que pertencem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o papel das mulheres quebradeiras de coco babaçu na defesa da terra e da cultura em meio a conflitos territoriais no Maranhão, é possível destacar algumas

reflexões cruciais. Primeiramente, a análise do contexto revela a importância primordial das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, não apenas como agentes econômicos essenciais, mas também como defensoras ativas de suas terras e modos de vida tradicionais. A resistência dessas mulheres diante de conflitos territoriais e da exploração do babaçu demonstra uma forte determinação em preservar não apenas seus meios de subsistência, mas também sua identidade cultural.

Nesse sentido, a própria atuação dessas mulheres em articulação com movimentos sociais destaca a necessidade de solidariedade e colaboração para enfrentar os desafios impostos pela privatização das terras e expansão de projetos agroindustriais. A formação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) evidencia a importância de uma resposta coletiva e organizada diante das ameaças à posse da terra e à preservação do babaçu.

Os conflitos identificados, especialmente durante as décadas de 1985 a 1990, enfatizam a persistência da violência enfrentada por essas mulheres na defesa de seus direitos e recursos naturais. A ocorrência de assassinatos de quebradeiras de coco durante esse período é um trágico testemunho das adversidades enfrentadas.

Ora, é importante evidenciar que a resistência dessas mulheres é notável, não apenas na defesa de suas formas de vida e preservação do meio ambiente, mas também na articulação com outros movimentos sociais. Com a criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) em 1995, proveniente da união de grupos em diferentes estados, reflete uma resposta coletiva e unificada aos desafios enfrentados.

Contudo, a resiliência e a capacidade de mobilização das quebradeiras de coco, a busca por alianças com outros movimentos sociais, trabalhadores rurais e sindicatos evidencia uma estratégia inteligente para fortalecer sua luta. O MIQCB, criado como resultado dessa colaboração, representa uma plataforma unificada para articular demandas, amplificar vozes e resistir às pressões que ameaçam suas comunidades.

Com isso, ao se mostrar a vivência dessas e de outras mulheres com histórias semelhantes, estamos indo de encontro ao que predomina em meio à sociedade, o machismo, o racismo e a exclusão de grupos, onde, essas minorias passam a serem ouvidas e tendo voz, se colocam como denunciante desse sistema. Essas histórias de lutas, podem mostrar que essa desvalorização, preconceito e exclusão podem ser quebrados e rompidos.

Assim, o papel dessas mulheres transcende as fronteiras locais, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e políticas que moldam as lutas pela terra e pela liberdade do babaçu no Maranhão. Para além disso, o próprio mecanismo de resistência adotado por essas mulheres mostram as estratégias de alianças com lideranças de outros movimentos sociais, sindicalistas e trabalhadores rurais. Essa busca por unidade e órgão que fortalecesse suas vozes diante das ameaças à preservação das palmeiras, aos babaçuais e à própria vida dessas mulheres, assim, a resistência das quebradeiras de coco não se limita à defesa de suas formas de vida e do meio ambiente, mas se destaca pela articulação com outros movimentos sociais que tornaram muito significativos nas lutas sociais.

Em última análise, o "Estado da arte" desses conflitos no Maranhão não é apenas um registro histórico, mas uma chamada à ação. É um apelo para a conscientização sobre as lutas contínuas de trabalho das quebradeiras de coco babaçu, incentivando a solidariedade, o apoio e a defesa de seus direitos fundamentais à terra e à preservação do babaçu, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto:** Terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: pgsc-a-ufam, 2008.

AYRES JÚNIOR, J. C. (2007). **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis. Recuperado em 14 de março de 2018, disponível em: > <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89908/246851.pdf?sequence=1&isAllowed=y>< Acessado em setembro de 2020

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: Gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão/ Viviane de Oliveira Barbosa**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Histórias de trabalhadores rurais no Maranhão: Gênero, Identidades e Mobilização**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

CARVALHO, A.; MACEDO, J. P. **Insurreições femininas: Resistências de mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu**. Andressa Carvalho; João Paulo Macedo. Rev. Polis e Psique, 2019; 9(3): 77-94.

_____. **Conflitos no campo**. Terra, água e pás: viver é um direito. Goiânia: CPT, 1990.

_____. **Conflitos no campo**. O espinhoso caminho para a liberdade. Goiânia: CPT, 1990.

_____. **Conflitos no campo Brasil**. CPT, 2006.

_____. **Conflitos no campo: Brasil 2019/ o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: Coordenação, Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Paulo César Moreira dos Santos – Goiânia: CPT Nacional, 2020.**

GOHN, Maria da Glória. **As teorias clássicas sobre ações coletivas / Teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais**. In.: **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997, p. 23-68.

MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória. **Acesso À Terra, Território E Recursos Naturais: A Luta Das Quebradeiras De Coco Babaçu**. ActionAid Brasil, junho de 2015.

_____. **Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco Babaçu . Somos Nós**. São Luís, 2020

NASCIMENTO, Viviam Ester; SAES, Maria Sylvia; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direitos de Propriedade, Investimentos e Conflitos de Terra no Brasil: Uma análise da experiência paranaense.** RESR, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 03, p. 705-748, jul/set 2010 – Impressa em outubro 2010.

REYDON, Bastiaan Philip; PLATA, Ludwig Einstein Agurto. **Migrações e os Mercados de terra agrícolas no cone Sul.** In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo. 2.ed., São Paulo: FNUAP, 1995.

SANTOS, Antonio Anderson Ribeiro. **Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão - Luta, Conquistas e dignidade.** Monografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Quebradeiras de coco: “Babaçu livre” e reservas extrativistas.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, p.147-166, janeiro/abril de 2017.

SILVA, Mauricio Eduardo Chaves; BASTOS, Ethyênne Moraes; NETO, José Rodrigues de Almeida; SANTOS, Kelly Polyana Pereira; VIEIRA, Fábio José; BARROS, Roseli Farias Melo de. **Aspectos etnobotânicos da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) Em comunidades extrativistas no Piauí, nordeste do Brasil.** Gaia Scientia , 2017. Volume 11(2): 196-211.

“POR MIM, POR NÓS, POR TODAS!”:

Políticas Públicas de Combate à Violência contra as Mulheres em Turiaçu-MA

Elenice Ferreira Marques¹⁷

Simaria Tavares Sousa¹⁸

Aldina da Silva Melo¹⁹

A vida começa quando a violência acaba.
(Maria da Penha)

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca da violência nos últimos anos, tornou-se objeto de estudo para muitos pesquisadores das diversas áreas do saber. Por ser considerada como um problema complexo, capaz de interferir na qualidade de vida das pessoas e das sociedades, dessa forma, compreendê-la faz-se necessário e urgente. As formas de violência são tão numerosas que é difícil elencá-las de modo satisfatório.

Nesse sentido, trazer uma definição exata de violência é quase inviável, já que o conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. (PAVIANI, 2016 apud MODENA). Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecendo alternativas de solução, porém o que se sabe a este respeito é que a violência vem surgindo a cada dia na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo.

Este trabalho teve como objetivo trazer um panorama da violência contra a

¹⁷ Graduada em Ciências Sociais (UEMA/Programa Ensinar). Professora da SEDUC-MA. E-mail: elenicemarques34@gmail.com

¹⁸ Graduada em Ciências Sociais (UEMA/Programa Ensinar). Professora da SEDUC-MA. E-mail: silariaatavaressousa020@gmail.com

¹⁹ Socióloga, Historiadora e Doutora em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). Professora substituta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/CESPI). Professora do Programa Ensinar (UEMA). E-mail: aldina.smelo@gmail.com

mulher, destacando suas consequências morais e materiais. O tema em questão chamou-nos a atenção, pelo crescente aumento do número de violência que tem atingido mulheres no Brasil, sobretudo durante a pandemia da Covid-19. A escolha deste tema para pesquisa tem relação, ainda, com nossas trajetórias e lugar social. Nascermos e crescemos em uma sociedade machista, racista e classista.

Partimos deste contexto de desigualdade, de machismo, de preconceito e de atos de violência vivenciados por nós, mulheres, em algum momento de nossa vida e em muitos casos de formas não perceptível ou não considerada violência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência contra a mulher tem sido documentada em todos os países e ambientes socioeconômicos e as evidências existentes indicam que seu alcance é muito maior do que se supunha. Em Turiaçu-MA essa realidade não tem sido diferente. Deste modo, a partir desse olhar inquieto buscamos meios de compartilhar informações que são de suma importância para a prevenção, o combate e rompimento do ciclo da violência contra mulher por meio desta proposta pedagógica.

Dito isso, este trabalho foi organizado em três partes. Na primeira parte se constitui como um panorama conceitual e de tipologias da violência contra as mulheres. A segunda parte consiste em um mapeamento das políticas públicas de combate e prevenção à violência contra as mulheres. A terceira, e última parte, apresenta-se um estudo de caso das ações de combate e prevenção à violência desenvolvidas em Turiaçu-MA por meio da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses e do Centro de Ensino Paulo Ramos.

2. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: conceitos e tipologias

A discussão sobre a violência contra as mulheres nos últimos anos tornou-se objeto de estudo para muitos pesquisadores das diversas áreas do saber. Por ser considerada como um problema complexo, capaz de interferir na qualidade de vida

das pessoas e das sociedades, dessa forma, compreendê-la e combatê-la se faz necessário e urgente.

O termo violência “é derivado do latim *violentia*, que significa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos, tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas”. (PAVIANI, 2016 *apud* MODENA).

Já para a Organização Mundial de Saúde (OMS), caracteriza-se a violência pelo uso “intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG et al., 2002).

A violência está diretamente vinculada “ao ato de *fazer, fabricar e produzir e, logo, identifica a violência com o ato de matar e violar*” (ARENDDT, 2002). Portanto, violência não identificaria qualquer ato coativo, mas apenas aquele que opera ou age, no caso das relações sociais, sobre o corpo físico de outrem, matando-o, violando-o” (CARVALHO, *apud* MODENA 2016).

Ora,

é preciso considerar o caráter social dos traços atribuídos a homens e mulheres. Dessa forma, observa-se que a maioria dos traços do feminino e do masculino são construções culturais, são produtos da sociedade e não derivados necessariamente da natureza [...] a violência de gênero é aquela exercida pelos homens contra as mulheres, em que o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente unidos à explicação desta violência. Dessa forma afeta as mulheres pelo simples fato de serem deste sexo, ou seja, é a violência perpetrada pelos homens mantendo o controle e o domínio sobre as mulheres. (CASIQUE; FUREGATO 2006).

O sociólogo Pierre Bourdieu define a violência como algo simbólico para descrever o processo em que se perpetuam e se impõem determinados valores

culturais. Na medida em que seus efeitos tendem a ser mais psicológicos, a violência simbólica se diferencia da violência física, apesar de poder se expressar, em última instância, sob esta forma.

A violência contra as mulheres é um ato costumeiro no casamento, desde há muitos anos, nesse sentido perpassa ao longo da história como um ciclo repetitivo por parte da figura masculina que ainda consideram as mulheres como um símbolo de desvalorização social.

Nesse sentido Silva (et al., 2013, p. 102) enfatiza que:

A violência sofrida pela condição de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino. Tem como finalidade de intimidá-la para que o agressor exerça o papel de dominador e disciplinador. Este termo facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas existentes entre homens e mulheres. É praticada em condições únicas, de forma incoerente, marcada pela influência masculina em uma relação de poder, dominação do homem e submissão da mulher.

A violência contra as mulheres pode ser concebida como “resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres” (SANTOS, 2005, p. 149). A violência é definida como “uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como ‘objeto’ e não como ‘sujeito’, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo”. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”. (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Segundo Rodrigues, Araújo, (2016, p. 06) a perspectiva feminista do patriarcado, introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti, está relacionada a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. A questão de gênero, da opressão às mulheres, é tratada como parte constituinte de um sistema baseado na exploração do ser humano pelo próprio ser humano. De acordo com Saffiot, 1987, p.

50 apud. Rodrigues, Araújo, (2016, p. 06).

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

Nesse contexto do patriarcado, “a mulher era subjugada através dos padrões patriarcais, tendo seu comportamento moldado rigidamente. E isso ainda reflete aos dias atuais, onde vê-se que a mulher não conseguiu libertar-se dos padrões que lhes foram impostos (FARIA JÚNIOR, 2001, p. 207 *apud* ARJONA, 2019). Tal situação decorre do fato de que na maioria das famílias, o homem é o chefe da casa, e que a mulher depende dele para quase tudo, visto que é ele quem sustenta a família, por isso, acha-se dono de todos os seus membros e no direito de violentá-las” (RISTUM, 1996 *apud* ARJONA, 2019).

Comumente se “emprega a expressão violência doméstica como sinônimo de violência familiar e também como violência de gênero. Entretanto, [...] a violência de gênero é o conceito mais amplo que engloba vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (SAFFIOTI).

Já o conceito de patriarcado coloca em “evidência o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” (RODRIGUES; ARAÚJO, 2016).

Vale ressaltar que antes da emergência do movimento feminista Blay, (2003) destaca que:

já havia um grande interesse no seio das universidades, particularmente nos programas de pós-graduação em crescimento nos anos 70, na dita “questão da mulher”. A grande maioria das feministas deste período tinha um “duplo pertencimento”, ou seja, atuava em um grupo feminista e na Universidade (como professora ou estudante, na maior parte dos casos de pós-graduação). Esta *relação* se manteve, pelo menos durante a primeira metade dos anos 80, sendo que parte significativa de artigos e teses sobre feminismo e violência contra a mulher foi produzida neste intenso diálogo entre militância e

Ainda segundo a referida autora, organismos internacionais começaram a se mobilizar mais efetivamente contra a violência contra as mulheres depois de 1975, quando a ONU realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher. Mesmo assim, a Comissão de Direitos Humanos da própria ONU, apenas há dez anos, na Reunião de Viena de 1993, incluiu um capítulo de denúncia e propôs medidas para coibir a violência de gênero.

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em junho de 1993 em Viena, no artigo nº 18 de sua Declaração que afirmou que:

os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher. (MONTEBELLO, 2000, p. 115)

O que se percebe nesse cenário é que os principais documentos internacionais de tutela dos direitos humanos há muito proclamam a igualdade de todos. Porém, não obstante, tal igualdade tem permanecido meramente formal, sendo árdua a tarefa de transformá-la em igualdade real entre mulheres e homens, principalmente quando se constata que a construção histórica dos direitos humanos sempre ocorreu com a exclusão da mulher e o reforço de ideologias patriarcais.

Ao nos reportarmos para o Brasil, acerca da violência contra as mulheres, Eva Alterman Blay ressalta que:

Sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das *Ordenações Filipinas* permitia que o marido matasse a ambos. O Código

Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite. (Blay, 2003, p. 87).

Entretanto, “alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infundáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas” (Blay, 2003, p. 87).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, Grossi, (1994, p. 474) lembra que:

as feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Formou-se um vasto movimento unido de mulheres, se considerarmos que o inimigo era comum. Dentre estes destaca-se o movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos que ocorrera na década de 1970, tendo seu auge após 30 de dezembro de 1976, quando Angela Diniz foi morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar [...].

Quem ama não mata foi um dos primeiros *slogans* do movimento feminista no final dos anos 70 (*slogan* que até virou título de mini-série da TV Globo), quando feministas foram às ruas para protestar contra alguns assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos, companheiros, namorados ou amantes. Foi em outubro de 1979, no julgamento do *playboy* Doca Street pelo assassinato de sua companheira milionária Angela Diniz, que ocorreram pela primeira vez manifestações contra a impunidade em casos de assassinatos de mulheres por seus maridos. Na época, os argumentos utilizados pela defesa permitiram ao assassino merecer uma pena mínima de dois anos com *sursis*.

Nesse contexto de luta “[...] políticas têm sido criadas para erradicar e/ou minimizar o sofrimento das mulheres que estão em contexto de violência. Marco importante para a promoção da emancipação dessa população foi a promulgação da Lei n. 11.340/06 mais conhecida como a Lei Maria da Penha”(SOUZA, REZENDE, 2018). A referida lei

é uma conquista recente que visar criar mecanismos para Coibir, Prevenir, Punir e Erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226, §8º da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana. (ANDRADE, SOUZA, 2021).

De acordo com a referida Lei, em seu artigo 5º, “dispõe que a violência doméstica contra a mulher, se caracteriza a qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. (BRASIL, 2006). Ora, “a Lei Maria da Penha cria mecanismos para reduzir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, estabelecendo medidas de assistência e proteção, além de prever penas mais rígidas para os autores de agressão” (BARALDI, 2009).

Outro marco significativo foi a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres que buscou amparar as mulheres em situação de violência por meio de programas nacionais amplos e articulados, assim como ações dos diversos setores envolvidos com a questão, como a saúde, a segurança pública, a justiça, a educação, a assistência social, entre outros. Tal política tem o intuito de propor ações que desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero, garantindo às mulheres atendimento qualificado e humanizado.

Ademais, apesar da existência de políticas públicas e leis voltadas para essa problemática do enfrentamento da violência contra as mulheres, não obstante foram insuficientes para tal combate, visto que há ainda carência de informações sobre tais políticas públicas, bem como a falta de ações, efetivação e cumprimento das leis de combate à violência sofrida pelas mulheres.

Devido ao cenário vivido durante a COVID-19, e o rápido avanço da pandemia, o aumento de pessoas que passaram a trabalhar na modalidade de Home Office é significativo, e ao adotarem tal modalidade, tiveram por consequência, o convívio familiar mais

frequente e o agravamento das agressões sofridas pelas mulheres. Respeitando as medidas de restrição e isolamento, a fim de diminuir a propagação do vírus, muitas mulheres, apesar de chefiarem suas famílias, enfrentaram o medo de contaminação e o confinamento em casa, um local que deveria ser seguro nesta época de pandemia, mas que infelizmente não é esta a realidade. Ora, apesar de ser uma forma mais prudente e segura para reduzir os casos de Covid-19, o isolamento ocasionou diversas consequências na vida de mulheres, tanto para as mulheres que já sofriam, quanto as mulheres que passaram a sofrer com a violência doméstica, resultante do convívio constante junto ao agressor.

Segundo os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH) para o “*Estadão Conteúdo*” (2020), em abril do ano de 2020, quando o isolamento social imposto pela pandemia já durava mais de um mês, o canal 180, recebeu cerca de 40% a mais de denúncias de violência contra a mulher em relação ao mês de abril em 2020. No entanto, ainda não é possível mensurar o real número de casos, pois muitas mulheres têm medo de fazer a denúncia ou são impedidas pelo agressor. (ANDRADE, SOUZA, 2021).

A violência contra a mulher é uma questão social que se intensificou com a pandemia da Covid-19. A violência doméstica, em sua grande maioria, tem como o principal agressor o próprio marido/parceiro íntimo da mulher. Vivendo em um ambiente vulnerável e inseguro, o compartilhamento de um mesmo espaço durante as 24 horas do dia com o companheiro, foi motivo de medo para muitas mulheres durante a pandemia.

A violência doméstica na pandemia é um movimento global que aconteceu em quase todos os países que decretaram a quarentena, em razão das medidas restritivas, que, embora sejam necessárias para o combate à doença, trouxeram uma série de problemas para as mulheres. As medidas acabaram por impor uma limitação à locomoção e um convívio muito mais duradouro e hostil da vítima com seu agressor, que na maioria das vezes é o companheiro, namorado e marido”. (SILVA *apud* PIMENTEL, 2020)

É necessário que sejam tomadas políticas públicas para combater todos os tipos de violências contra as mulheres, em todas as esferas, de modo que as mesmas possam sentir-se seguras e empoderadas.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

As políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres têm como objetivo principal garantir a proteção e o acesso aos direitos fundamentais das mulheres, além da promoção da igualdade de gênero e o combate à violência sofrida pelas mulheres.

As políticas públicas são de suma importância na sociedade brasileira, especialmente para as mulheres que, historicamente, foram excluídas da sociedade e violentadas. Elas proporcionam o fortalecimento das mulheres contribuindo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Temos políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres formuladas e implementadas tanto em âmbito internacional como nacional, estadual e municipal.

Parte essencial do processo histórico de construção dos direitos das mulheres tem como marco de referência a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, patrocinada pela ONU, em 1975, na Cidade do México. A esse evento seguiu-se o lançamento da Década da Mulher (1975–1985), quando os governos foram convocados a “promover a igualdade de homens e mulheres perante a lei, igualdade de acesso à educação, à formação profissional, além de igualdade de condições no emprego, inclusive salário e assistência social (COELHO... [et al]. 2014, p. 12).

Na década de 1970 foi aprovada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Essa convenção representou um novo marco histórico para o compromisso dos governos com a promoção e a proteção dos direitos das mulheres. “Entretanto, foi somente em 1990 que o setor de saúde começou a assumir oficialmente a violência não só como questão social, mas de saúde pública” (MINAYO, 2004 *apud* COELHO; [et al], 2014).

Segundo Coelho (2014), os eventos mais emblemáticos desse período foram

os seguintes:

- Conferência de Viena e seu Programa de Ação (1993): enfatizou o reconhecimento dos direitos das mulheres como parte dos direitos humanos, nomeando a violência contra a mulher como violação de direitos humanos;
- Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993): definiu a violência em suas múltiplas formas de manifestação e reconheceu sua prática no âmbito público e privado;
- Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e sua Plataforma de Ação: especialmente por considerar que “a humanidade não é um todo homogêneo, o Plano se debruça sobre a existência de desigualdades sociais, destacando grupos tradicionalmente mais atingidos por tais desigualdades, dentre eles as mulheres”, e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como parte dos direitos humanos;
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará (1994): essa importante convenção foi impulsionada pela ação decisiva dos movimentos feministas de diversos países com o objetivo de tornar visível a violência contra a mulher e para exigir seu repúdio e sua eliminação. Trouxe como ganho a incorporação do conceito de gênero à definição de violência contra a mulher, explicitando que esta pode ser de diferentes tipos e ocorrer tanto na esfera pública como na privada, apresentando um amplo conceito de violência doméstica e intrafamiliar (PANDJIARJIAN, 2006);
- IV Conferência da Mulher em Beijing e a Plataforma de Ação Mundial da Mulher (1995): impulsionou novo enfoque sobre os direitos das mulheres tomando por base o conceito de gênero. (COELHO... [et al]. 2014, p.13-14).

No Brasil, dada a questão, a advogada Marianna Montebello, afirma que atualmente existem dois documentos internacionais que tem por finalidade promover a proteção aos direitos da mulher. Sendo o principal e mais importante documento em defesa dos direitos da mulher o documento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1979. O segundo é a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher Convenção de Belém do Pará. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos

Estados Americanos em 9 de junho de 1994. Sendo que o mesmo é o mais importante acordo internacional de combate à violência contra a mulher.

De acordo com esses documentos, os Estados partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a:

- a) promover o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência e o direito da mulher a que se respeitem e protejam seus direitos humanos;
- b) modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbam a violência contra a mulher;
- c) promover a educação e treinamento de todo pessoal judiciário e policial e demais funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como do pessoal encarregado da implementação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher;
- d) prestar serviços especializados apropriados à mulher sujeitada a violência, por intermédio de entidades dos setores público e privado, inclusive abrigos, serviços de orientação familiar, quando for o caso, e atendimento e custódia dos menores afetados;
- e) promover e apoiar programas de educação governamentais e privados, destinados a conscientizar o público para os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados com essa violência;
- f) proporcionar à mulher sujeita a violência acesso a programas eficazes de recuperação e treinamento que lhe permitam participar plenamente da vida pública, privada e social;
- g) incentivar os meios de comunicação a que formulem diretrizes adequadas, de divulgação que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e enaltece o respeito pela dignidade da mulher;
- h) assegurar a pesquisa e coleta de estatísticas e outras informações relevantes concernentes às causas, consequências e frequência da violência contra a mulher, a fim de avaliar a eficiência das medidas tomadas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como formular e implementar as mudanças necessárias; e
- i) promover a cooperação internacional para o intercâmbio de ideias e experiências, bem como a execução de programas destinados à proteção da mulher sujeitada a violência. (DECRETO N° 1.973, de agosto de 1996).

Ainda nessa perspectiva, no Brasil, segundo Luciana Pinheiro Fonseca (2021) a década de 1980 foi o período de grande relevância para o surgimento das primeiras políticas públicas relacionadas à igualdade de gênero, como a criação do SOS - Mulher de São Paulo. Ele possibilitou uma visibilidade e atendimento diferenciado às mulheres vítimas de violência por todo país, tendo como objetivo

denunciar as violências sofridas, principalmente as relacionadas aos assassinatos de mulheres pelos seus parceiros íntimos; mobilizar a sociedade para os atos públicos realizados pelo movimento femininas pelo enfrentamento a violência contra a mulher e temas relacionados com a desigualdade de gênero, e, atender às mulheres vítimas de violência doméstica. (FONSECA *apud* MEDEIROS, 2021, p. 9).

O SOS-Mulher teve grande repercussão no Brasil. Proporcionou muitos avanços em prol aos direitos das mulheres violentadas. O país passou a ter um olhar e atendimento diferenciado a essas mulheres. O SOS-Mulher serviu de referência para a implantação de medidas para enfrentar a violência contra as mulheres, como a criação de delegacias de defesa da mulher, casas de apoio, casas-abrigos e centros de orientação social, jurídica e psicológica.

No que diz respeito às Delegacias das Mulheres (DMs), estas foram criadas na década de 1980. Elas

são órgãos especializados da Polícia Civil, criados como política social de luta contra a impunidade e para dar atendimento mais adequado às mulheres vítimas de violência conjugal e crimes sexuais. A Delegacia da Mulher possui um acolhimento diferenciado e específico para as mulheres violentadas; proporciona um trabalho com equipe multidisciplinar qualificada através de psicólogos, assistência social e orientações jurídicas. Ao longo dos anos de 1980-1990, as DMs foram instaladas em todas as grandes cidades brasileiras. A primeira Delegacia da Mulher foi criada na cidade de São Paulo, em 1985, e dois anos depois, começou a funcionar a de João Pessoa (SILVA, et. al; 2013, p.102).

Atualmente, em uma matéria publicada pelo G1 em 08/04/2023, existem 492 delegacias especializadas no atendimento à mulher no Brasil, porém apenas 60 (ou 12,1%) funcionam 24 horas por dia. Vale destacar que a nova Lei Nº 14.541/23 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa nova lei “garante atendimento 24 horas, inclusive em feriados e fins de semana, às mulheres vítimas de violência. Nos municípios onde não houver DEAM, a delegacia existente deverá priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por agente feminina especializada” (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Em relação aos mecanismos institucionais de gênero Coelho ... [et al]. 2014, p.18-19) esclarece que:

Ocorreu um avanço importante em 2003 com o reconhecimento de status ministerial dado pelo Governo Federal à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Essa secretaria resgatou a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) na década de 1980, intensificou sua interlocução com os movimentos de mulheres e foi reconhecida, por esses movimentos, como aliada na defesa de políticas públicas com a perspectiva de gênero. A atuação dessa secretaria, em sintonia com os movimentos de mulheres e em interlocução com o Congresso Nacional, foi de grande importância na aprovação da Lei Maria da Penha. No plano nacional a SPM foi, no período de 2003 a 2010, um importante mecanismo de defesa dos direitos das mulheres. No plano estadual, mesmo considerando a ampliação desses mecanismos, no final de 2010 existiam secretarias de políticas para as mulheres em 23 estados brasileiros, grande parte deles estavam sem força capaz de impulsionar políticas locais mais significativas.

Por outro lado, ainda segundo estas autoras,

esses mecanismos locais, em articulação com movimentos de mulheres, foram de grande importância para a realização de conferências municipais e estaduais de mulheres. Em 2004, fruto desse processo, o MS elaborou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que admite como um dos principais temas a promoção da atenção às mulheres e aos adolescentes em situação de violência. O plano tem como objetivo organizar as redes de atenção integral a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. (COELHO... [et al]. 2014, p.18-19).

Cabe destacar que

Em 2004, por intermédio da Portaria GM/MS nº 936/2004, o Ministério da Saúde (MS) iniciou a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde com a implantação de Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde. O objetivo dos Núcleos foi discutir a temática e fortalecer as ações de intervenção locais, bem como melhorar a qualidade da informação sobre acidentes e violência. Em seguida, estabelece a notificação compulsória de violência contra a mulher, conforme dispõe a Portaria GM/MS 2.406/2004. (COELHO; [et al]. 2014, p. 15).

Já o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, (Brasil, 2004, *apud*. BIGLIARDI [et al]. 2016) são enfatizados que:

a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta por Centros de Referência que consistem em serviço de acolhimento e de articulação e encaminhamento da mulher à atendimento jurídico e demais serviços. Casas-Abrigo que consiste em uma moradia protegida temporária. Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) que são unidades da Polícia Civil especializada no atendimento de situações de violência contra a mulher. Defensorias da Mulher que fazem a defesa e oferecem a assessoria jurídica durante o processo. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para julgamento das causas que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

Outro importante mecanismo criado via política pública de combate à violência contra as mulheres foi a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Ela

é uma central telefônica que recebe as denúncias de violência, orienta e encaminha as mulheres vítimas de violência para os demais serviços. Ouvidorias que fazem a aproximação da cidadã aos serviços. Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) destinados a realizar ações preventivas de situação de vulnerabilidade social. Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) que consistem em serviços responsáveis pela proteção de indivíduos e famílias e indivíduos cujos direitos foram violados. Centro de Educação e Reabilitação do Agressor para atendimento,

acompanhamento e reeducação de autores de violência. Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual, Polícia Civil e Militar e Instituto Médico” Legal (Brasil, 2004, *apud*. BIGLIARDI [et al]. 2016).

Vale ressaltar que uma das principais políticas públicas no Brasil voltadas para o combate à violência contra as mulheres é a Lei Maria da Penha, na qual as diretrizes colocadas nesta lei (n. 11.340/2006) preveem ações articuladas entre União, estados, municípios e órgãos não-governamentais no combate da violência contra a mulher. Assim, deve ocorrer um trabalho contínuo para a desconstrução de culturas que visem à opressão à mulher, desde programas e campanhas educacionais, bem como a coibição da violação da dignidade da mulher.

De acordo com a ONU, a Lei Maria da Penha é considerada como uma das três leis mais avançadas do mundo no tema, atrás apenas das leis da Espanha e do Chile. Além de inovadora, a lei teve grande repercussão social e hoje é considerada como uma das leis mais conhecidas pelos brasileiros (MARANHÃO, 2018, *Apud*. ARJONA, 2019).

Nesse sentido, é importante destacar que a Lei Maria da Penha, foi uma das políticas públicas em que houve uma grande resistência por parte do Estado brasileiro “em reconhecer os direitos humanos específicos às mulheres, isso ficou evidente no caso de Maria da Penha Fernandes, uma das tantas vítimas da violência doméstica deste país. Tendo em vista que a punição do agressor de Maria da Penha ocorreu somente em 1991”. Conforme a narrativa de Maria Berenice Dias (2012, p.16 *apud*. SANTOS, WITECK. 2015, p.20) sobre o caso:

Recorreu em liberdade e, um ano depois, o julgamento anulado. Levado a novo julgamento, em 1996, foi-lhe imposta a pena de dez anos e seis meses de prisão. Recorreu em liberdade e somente 19 anos e 6 meses após os fatos é que foi preso. Em 28 de outubro de 2002, foi liberado, depois de cumprir apenas dois anos de prisão. [...] O Brasil foi condenado internacionalmente, em 2001. O Relatório n. 54 da OEA, além de impor o pagamento de indenização no valor de 20 mil dólares, em favor de Maria da Penha, responsabilizou o Estado brasileiro por

negligência e omissão frente à violência doméstica. Em face da inércia do Brasil frente a esse caso, foi formalizado um pedido pelo Centro de Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), fazendo uma petição contra o Estado brasileiro, relativa ao caso paradigmático de violência doméstica sofrido (caso Maria da Penha n. 12.051).

Desse modo, a Lei Maria da Penha surge:

Na tentativa de minimizar os atos de violência sofridos pela mulher, foi criada a lei Nº 11.340, ou Lei Maria da Penha, que foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006 e entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Vale destacar que em seu artigo primeiro esta cria mecanismo com o intuito de coibir a violência doméstica como também prevenir com medidas protetivas visando assegurar a integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial da mulher. (DIAS, 2013, p. 112, *Apud.* ARJONA, 2019).

A Lei Maria da Penha vem atender ao disposto em diversos documentos internacionais, os quais visam coibir a violência contra a mulher, tratando-a como violação da dignidade humana. Baseando-se na Declaração dos Direitos Humanos (1948), está a convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Violência contra a Mulher (1979), documento que trata da questão da (des)igualdade existente entre os sexos, tratando de forma ampla a discriminação contra a mulher, seja no lar, no mercado de trabalho, na escola.

É importante destacar também a Lei do Feminicídio (Lei Nº 13.104/2015) que foi sancionada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, em nove de março de 2015, definindo feminicídio como assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou discriminação de gênero. A Lei do Feminicídio altera o Código Penal brasileiro e torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, tornando a pena mais duras, as quais podem chegar a até 30 anos de reclusão. Na justificativa do projeto, foi destacado o índice de homicídio de 43,7 mil mulheres no Brasil entre os anos 2000 e 2010, em que mais de 40% das vítimas foram assassinadas dentro de suas casas, muitas

destas, pelos companheiros ou ex-companheiros.

De acordo com Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, uma lei que inclui a prevenção à violência contra a mulher no currículo escolar. A referida Lei Nº 14.164, de 10 de junho de 2021 também institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que será celebrada todos os anos no mês de março. Sendo assim, as instituições de educação infantil e ensinos fundamental e médio passarão a abordar conteúdos sobre o enfrentamento à violência contra a mulher. É o que define a Lei nº 14.164. A norma, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada todos os anos no mês de março.

No que diz respeito ao Estado de Maranhão, “a pressão exercida pelo movimento feminista possibilitou a instalação, em 1986, da primeira DEM (Delegacia Especial da Mulher), criada para ser um centro de apoio à mulher em situação de violência e exercer papel punitivo, repressivo, educativo, informativo e profilático”. (FERREIRA, 2016, p. 50). Vale ressaltar que, “a primeira ação do Fórum Maranhense de Mulheres, foi em prol da criação da DEM. Essa luta refletia uma ação iniciada desde finais dos anos setenta no Brasil, quando as mulheres intensificaram seu descontentamento com índice de violência que atingia mulheres de toda faixa etária, classes sociais, raça e etnias”. (FERREIRA, 2016, p. 50).

No caso do Maranhão, segundo Ferreira (2016, p. 52), ao longo dos últimos trinta seis anos, ações de denúncia e combate à violência foram inúmeras. A maior parte delas foram protagonizada pelos Grupos: Mulheres da Ilha (1980), Mãe Andresa (1986), Fórum Maranhense de Mulheres (1986), União de Mulheres, 08 de Março, Espaço Mulher, Grupos de Mulheres Negras Maria Firmina (1992); além de vários Núcleos de Pesquisas nas universidades maranhenses que hoje estão articulados no Fórum Maranhense de Mulheres. A essa luta somaram-se organizações como: Coordenações como: Coordenação de Mulheres da Fetaema, CUT, e vários núcleos de

gênero de sindicatos maranhenses.

De acordo com a Agência Notícia (2023), durante a realização do Fórum Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, o Governo do Maranhão anunciou uma série de políticas e ações para o enfrentamento à violência e a garantia dos direitos das mulheres maranhenses. Onde foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense, lançado o III Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres e anunciada a implantação de mais 17 unidades da Casa da Mulher Maranhense. Também foram assinados três termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e outros órgãos estaduais.

Nesse sentido a Agência Notícia esclarece que:

a Casa da Mulher Maranhense é um espaço integrado e especializado no atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, ofertando os serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha e os demais órgãos e serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Também foi assinado o decreto que institui o programa Viva Mulher Maranhense para promover a oferta de serviços públicos para a prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da articulação com os sistemas de Justiça e com as políticas públicas de saúde, segurança, educação, assistência social, trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e lazer para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Outra ação do governo estadual para a garantia dos direitos das mulheres foi o lançamento do III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres 2022-2023 para a implantação de políticas prioritárias na promoção da igualdade entre mulheres e homens no estado com o objetivo de fortalecer as mulheres social e politicamente, com a interiorização e municipalização das ações de gênero, garantindo oportunidades de autonomia econômica, educação, saúde e enfrentamento da violência.

Vale ressaltar que este plano

é resultado de um trabalho realizado de forma coletiva sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher (Semu) e do Conselho Estadual da Mulher (CEM), com a participação da sociedade civil, dos

movimentos sociais e de mulheres, de entidades e órgãos de proteção à mulher, de vários setores governamentais e em parceria com a ONU Mulheres (AGÊNCIA NOTÍCIA, 2023).

Nesse sentido, percebe-se que “as políticas públicas têm um papel fundamental no enfrentamento à violência contra a mulher.” Todavia, “apesar dos avanços neste setor, os altos índices de agressão à mulher e de feminicídios nos últimos anos, demonstram que estas políticas e sua forma de execução não estão sendo suficientes” (FONSECA, 2021). Ademais, para amenizar e solucionar esta questão, “é importante que o Estado brasileiro adote políticas públicas que sejam acessíveis, de forma concreta, às mulheres vítimas de violência, por isso torna-se relevante a discussão acerca das políticas públicas” (FONSECA, 2021), já que, através das mesmas têm-se algumas garantias significantes de direitos conquistados pelas mulheres.

3. AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: a experiência da SMPMT e CEPR, em Turiaçu - MA

A Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses é um órgão que foi criado pela Lei Nº 722 em 26 de setembro de 2018 na cidade de Turiaçu-MA. A secretaria fica localizada na praça São Francisco Xavier, s/n Bairro – Centro, e tem como responsável a Secretária Gisele Elvira Ribeiro. Quanto ao espaço físico deste órgão, a mesma possui: 01 sala de recepção, 01 sala da secretaria, 01 cozinha, 01 salão para realização de reuniões e palestras e 02 banheiros, sendo que apenas um está em condições de usos.

Figura 1: Fachada da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses.



Fonte: Arquivo de pesquisa (2023).

Vale destacar que a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses é um Órgão da Administração Municipal Direta, que tem como finalidade de assessorar, coordenar, articular e implantar políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, visando à sua plena integração social, política, econômica e cultural junto à Administração. Segundo a secretária Gisele Ribeiro, este órgão desenvolve ações em sua maioria intersetoriais, tais como: Secretaria de Assistência Social, o CREAS, Secretaria de Saúde, Delegacia, Promotoria e entre outros.

A partir de 2021 a Secretaria passou a receber denúncias tanto de forma presencial como de forma anônima, sendo as mulheres vítimas de violência acolhidas, orientadas e encaminhadas para os órgãos responsáveis que possuem estrutura e condições para às necessidades das vítimas como; atendimento com psicólogo, atendimento com assistente social outros atendimentos essenciais para determinados casos. A secretaria de mulheres turienses tem desenvolvido diversas ações no que tange às políticas voltadas para as mulheres, a exemplo da *Campanha Março Mulher*, em 2022, marcado pela realização de vários serviços oferecidos para as mulheres, com ações de saúde, momento beleza, exposição mulheres artesãs, momento cultural, roda de conversa sobre violência contra a mulher e saúde mental pelas profissionais do CREAS, e encerramento com Grupo de Zumba.

Realização da Campanha na praça principal de Turiacu-MA.



Fonte: Relatório situacional do exercício de 2022 (Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses).

Em agosto de 2022 foi realizada uma ação relacionada à Campanha Agosto Lilás, em parceria com o CREAS, Ministério Público e Defensoria Pública. A ação contou com palestra sobre o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. A campanha AGOSTO LILÁS teve início com panfletagens nos órgãos públicos e movimentos sociais de Turiacu-MA. E o encerramento ocorreu com parceria do CREAS, Ministério Público e Defensoria Pública, com uma Palestra sobre o Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.



Fonte: Relatório situacional do exercício de 2022 (Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses).

Em alusão ao *Outubro Rosa* foi solicitada pela Secretaria da Mulher a presença da Carreta da Mulher, ação desenvolvida em prol da comunidade. Tal ação onde a Secretaria contou com o apoio de vários setores, tal como; o setor de saúde, Assistência Social, (CRAS e CREAS), no que diz respeito às atividades relacionada a saúde da mulher, foram realizados preventivos, mamografias, transvaginais, aferição pressão, testes rápidos, testes de glicemia, sendo assim, a participação deste setor fez-se mister nesse processo, de prevenção e promoção à saúde. A ação contou ainda com palestras e entrega de panfletos como também outras atividades. A Carreta da Mulher esteve em Turiacu nos dias 13, 14 e 15 de outubro, onde realizou 1.800 atendimentos no total.

Foram realizados ainda pela secretaria a campanha *Julho das Pretas*, em parceria com o Fórum Turienses de Mulheres e do Grupo de Mulheres Quilombolas Gladiadoras Vip do Quilombo Jamary dos Pretos, em parceria com a Secretaria de Saúde, com atividades sobre beleza das Mulheres Quilombolas, Roda de Conversa “Mulheres Negras Quilombolas no Poder, construindo o Bem Viver” e Momento Cultural com Tambor de Crioula.

Em relação as práticas de combate a violência contra as mulheres no ambito

educacional, precisamente na disciplina de Sociologia, foi possível mapear ações no Centro de Ensino Paulo Ramos, na cidade de Turiacu-MA, com professores(a) atuantes na área de conhecimento e o diretor escolar.

O Centro de Ensino Paulo Ramos pertence a rede Estadual do Maranhão, fundada no ano de 1948 com o nome de Grupo Escolar Dr. Paulo Ramos. Na época da sua fundação a escola oferecia apenas o ensino Fundamental Menor e séries iniciais. A mesma sofreu várias alterações no decorrer dos anos, tanto na sua estrutura física como no seu nome social e com a modalidade de ensino ofertada.

Fachada da Escola Pública Estadual



Fonte: <https://www.educacao.ma.gov.br/escola-digna-muda-vida-de-quase-1-400-estudantes-em-turiacu/>

Em março de 2002, passou a ser localizada na Rua Luthgard Oliveira, 164, Centro da cidade. Passou a oferecer o Ensino Médio, na modalidade " Científica". Passando a ser denominada Centro Educacional de Ensino Fundamental e Médio Dr. Paulo Ramos. Passou a oferta o Ensino Médio, pela grande demanda de estudantes na escola, assim fez se necessário ampliar a oferta para três turnos: matutino, vespertino e noturno. Atualmente, o Centro de Ensino Paulo Ramos oferece o Ensino Médio regular, e o Novo Ensino Médio durante os três turnos de aula. Também está ofertando a Educação para Jovens e Adultos – EJA, somente no turno da noite. E com o Novo Ensino Médio a escola já disponibiliza a disciplina: projeto de vida.

Durante a entrevista realizada com o diretor desta escola, Celso Afonso

Veloso, o mesmo relatou que “a escola em si não tem nenhum projeto voltado a violência contra mulher na escola”. Mas ressaltou que no ano de 2022 e, durante o primeiro semestre de 2023, a escola recebeu alguns estagiários da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, e estes trabalharam a temática da violência contra mulher em forma de palestra em algumas turmas do primeiro, segundo ano – EJA e terceiro ano, com distribuição de cartilha informativa e panfleto para os estudantes.

Quanto aos professores atuantes da disciplina de sociologia da “escola campo”, ressaltaram que foi trabalhado durante este ano a questão de gênero em sala de aula, especificamente nas turmas do terceiro ano. Uma das professoras ressaltou que “é um tema complexo e delicado de se abordar, porque, como se sabe a escola recebe alunos que trazem consigo uma bagagem de conhecimento, onde muito deste acabam trazendo suas pré noções a respeito do assunto, alguns discordam com o tema, mas é um tema que sempre gera um debate em sala de aula”.

Em um dos depoimentos da professora de Sociologia, ressaltou o seguinte:

Quando abordei o tema de gênero em sala de aula com os alunos, percebi que em sua maioria são mulheres que participam da discussão, elas expressam o que presenciam em jornais, tvs, ou até mesmo relata alguns casos que ocorrem na localidade, muitas delas estão atualizadas nos debates que reverberam na mídia. Quanto aos alunos do sexo masculino, estes participam minimamente sempre com reflexo das ideologias adquiridas da cultura patriarcal. Como se o reflexo dessas lutas feministas, desse novo a ser construído, mudaria o papel do homem, ou seja, imaginam que a partir de então são os homens que vão ter que cozinhar, cuidar dos afazeres da casa... mas não são todos, vejo que alguns desses, já tem um pensamento diferenciado dessa relação de gênero.

Quanto a metodologia utilizada para trabalhar o tema em sala de aula, a professora ressaltou ainda:

Primeiramente abordei o tema em questão, trouxe um vídeo “Acorda Raimundo, acorda...” para discutirmos o assunto e para as próximas aulas, propus para os alunos a realizarmos um festival de músicas, com intuito de se aprofundarem mais a respeito do assunto. Nesse sentido,

dividir os alunos da sala em grupos de 7 componentes, ressaltando que neste festival de músicas, eles iriam usar a imaginação sociológica, ou seja, deixei em aberto para que os mesmos pudessem apresentarem os trabalhos por meio exposições de vídeos, músicas, poemas, dramatização, mas contextualizando a questão de gênero. Foi um trabalho bem proveitoso, e rico, pois os alunos se aprofundaram no assunto, além de trazerem o tema em forma de músicas, e vídeos, alguns elaboraram maquetes, outros, paródias.

Um fator importante a ser destacado o qual foi ressaltado pela professora, trata-se da repercussão do tema em sala de aula:

É fato que ainda, tem aquela problemática em sala de aula no que diz respeito a questão religiosa com alguns alunos, isso foi percebido quando uma equipe que estava apresentando a maquete elaboradas pelos os mesmos, trouxeram o contexto histórico dessa construção de gênero, e período em que se fez com mais fervor, como na idade média, quando trataram que a inquisição da igreja católica fora responsável pelas mortes de muitas mulheres, teve um dos alunos que repudiou a ideia do grupo, ressaltando que eles não deveriam julgar que a igreja era responsável por tal crime. Mas, a equipe que estava apresentando eles estavam bem seguros quanto a pesquisa que realizaram, ressaltando que não eram eles que estavam julgando, mas sim são estudos históricos que retratassem sobre essa realidade.

Outra informação a respeito da questão de gênero e violência contra as mulheres no ensino de Sociologia se deu por parte de outro professor do turno noturno, atuante na área de conhecimento, onde o mesmo ressaltou que já trabalhou o tema, mas não foi possível ser um trabalho aprofundado por conta do tempo que é curto pra abordá-lo durante o período avaliativo, mas enfatizou que trabalhou sobre o conceito do assunto em sala de aula.

Considerando o exposto e considerando ser de suma importância levar ações de combate a violência contra as mulheres que venha ser desenvolvida no âmbito educacional, é que propusemos a cartilha a seguir. Ressaltamos que, embora a cartilha tenha como público-alvo estudantes do Ensino Médio, a mesma pode ser usada em ações mais amplas, por exemplo, das secretarias de mulheres e demais órgãos públicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres é um problema histórico que tem atingido as mulheres no mundo inteiro. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo trazer um panorama deste cenário e contribuir no combate e prevenção à violência contra as mulheres.

Diante disso, destacou-se nesta pesquisa o conceito, tipologias de violência, como também políticas públicas existentes de amparo às mulheres vítimas de violência, bem como órgãos de apoio à essas mulheres. O estudo aqui desenvolvido foi dividido em três partes. A primeira parte buscou problematizar e conceituar a violência contra as mulheres; na segunda parte, apresentamos as tipologias da violência enfrentada pelas mulheres; A segunda parte versou sobre as políticas públicas de combate e prevenção à violência contra as mulheres. A terceira parte, realizou-se uma pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses e na escola Centro de Ensino Paulo Ramos, ambas na cidade de Turiaçu-MA, onde foi possível mapear as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres formuladas e implementadas por esses órgãos.

Assim, no que concerne a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres Turienses, observou-se que esta tem desenvolvido diversas ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, mas que apesar da existência destas ações e campanhas voltadas a prevenção da violência contra as mulheres, o combate a violência não pode parar. Afinal, é sabido que as mudanças na sociedade pós-moderna ocorrem de um modo acelerado, nesse sentido, esta luta deve ser constantemente realizada, já que, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança tomando sempre novas qualidades, e é nesse tempo de mudança que lutamos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres.

Com relação as práticas educacionais de prevenção e combate à violência contra as mulheres no Centro de Ensino Paulo Ramos, esta ficou claro que ainda há muito a se fazer por parte desta instituição. Logo, é por meio da educação que é

possível transformar as vidas das pessoas e estas por meio dela podem transformar o mundo, como bem ressaltado pelo nosso educador brasileiro Paulo Freire, a educação é, sem dúvida, a base para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Logo é por meio dela que é possível alcançar uma cultura de respeito às mulheres como também de trabalhar conscientização das futuras gerações sobre os impactos e consequências da violência contra a mulher em nossa sociedade.

Sendo assim, as mudanças precisam ser dimensionadas por meio de ação educativas, seja estas na instituição educacional ou até mesmo no próprio ensino da sociologia. Uma vez que a proposta desse processo educacional requer o desenvolvimento de uma consciência crítica das causas deste problema. Logo, a consciência é portanto, um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. Destarte, é também com esse produto social de trabalhar a consciência crítica das pessoas que a sociologia se revela mais claramente e comprometida com a transformação da sociedade.

Ademais, pretende-se que este estudo não se esgote em si, que este trabalho colabore para denunciar as várias violências sofridas pelas mulheres, e construir uma sociedade que seja mais igualitária e justa com as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Delegacias de atendimento à mulher terão funcionamento ininterrupto. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/delegacias-de-atendimento-mulher-terao-funcionamento-ininterrupto#>. Acesso em: 04/04/23.

_____. Governo do Maranhão anuncia novas ações para o enfrentamento à violência e garantia dos direitos das mulheres. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/governo-do-maranhao-anuncia-novas-acoes-para-o-enfrentamento-a-violencia-e-garantia-dos-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 25/06/2023.

ALBUQUERQUE, Anderson. A violência física contra mulher. Ano 2023. Disponível em: <https://www.andersonalbuquerque.com.br/artigo&conteudo=a-violencia-fisica->

contra-a-mulher Acesso em: 11/04/2023.

ALBUQUERQUE, Neimar de Figueiredo. *Violência doméstica e familiar: o impacto na relação com a Lei Maria da Pena*. Ano 2019.

ANDRADE, Aline Ricelli Gonçalves; SOUZA, Thalita Grazielle Pereira. *O impacto da violência doméstica na vida da mulher que exerce o trabalho remoto em tempos de pandemia de covid-19*. Ano 2021.

ARJONA, Reciane Cristina. **Violência Doméstica Contra Mulher**. Artigo publicado em 06/2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74965/violencia-domestica-contra-mulher>. Acesso em: 26/04/2023.

BARROS, Jussara. *Violência doméstica*. Ano 2023. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/sugestoes-pais-professores/violencia-domestica.htm> Acesso em: 13/04/2023.

BLAY, Eva Altermam. *Violência contra a mulher e políticas públicas*. Estudos avançados17 (49), 2003 87.

BIBLIARDE, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina; WANDEBROOCHE, Ana Cláudia N. S. *O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a psicologia social comunitária*. Ano 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000200003 Acesso em: 29/04/2023.

BORGES, Andréia. *Violência contra mulheres pela internet*. Ano 2023. Disponível em: <https://www.andreiaborges.adv.br/violencia-contra-mulheres-pela-internet/> Acesso em: 06/04/23.

CAMÕES, L. V. "Sonetos 18" In: *Camões; verso e prosa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 42.

CARVALHO, Alan Silva. **Violência e agressividade**. In: *Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena*. – Caxias do Sul, RS: Educ, 2016.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. *Violência contra mulheres: Reflexões teóricas*. Ano 2006.

COELHO, Elza Berger Salema; BOLSONI, Carolina Carvalho; CONCEIÇÃO, Thays Berger; VERDI, Marta Inês Machado. *Políticas públicas no enfrentamento da violência*.

Ano 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Forma de violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em: 12/04/23.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Violência institucional. Ano 2022. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/defesadasvítimas/vítimas/violencia-institucional> Acesso em: 10/05/2023.

CORREIO FORENSE. A violência moral contra mulher. Disponível em: <https://www.correioforense.com.br/colunas/a-violencia-moral-contra-a-mulher/> Acesso em: 28/04/2023.

ESCOLA DE PAIS DO BRASIL. Violência em família. Disponível em: <https://escoladepais.org.br/violencia-em-familia/> Acesso em: 08/04/2023.

FERREIRA, Maria Mary. DIAS, Marly Jesus Sá, et al. **Direitos iguais para sujeitos de direito:** empoderamento de mulheres e combate à violência doméstica/Maria Mary Ferreira... [et al.]. - São Luís: EDUFMA: Fórum Estadual de Mulheres, 2016.

FONSECA, Luciana Pinheiro. A importância das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher. Artigo científico. Guanambi - BA. Ano 2021.

GALVÃO E SILVA. Violência patrimonial: o que é? Como denunciar? Ano 2022. Disponível em: <https://www.galvaoesilva.com/violencia-patrimonial/> Acesso em: 17/04/2023.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS Lúcia Rolim Santana de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/ velhas violências contra a mulher no Brasil. Rev. Estud. Fem. vol.02 supl. especial Florianópolis July/Dec. 1994.

G1. globo. Apenas 12% das delegacias da mulher do país funcionam 24 horas. Ano 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/08/apenas-11percent-das-delegacias-da-mulher-no-pais-funcionam-24-h.gh.html>. Acesso 29/ 05/ 23.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Cidades e Estados. Ano 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>

estados/ma/turiacu.html Acesso em: 12/07/2023.

KRUG, Etienne G; DAHLBERG, Linda L; MERCY, James A; ZWI, Anthony B; LOZANO Rafael. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. 2002.

LOPES, Lília dos Reis. Violência intrafamiliar: suas formas e consequências. Ano 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/violencia-intrafamiliar> Acesso em: 22/04/2023.

MARQUES, Elenice Ferreira; GOMES, Eunice Pinto Barbosa; MELO, Aldina da Silva. EVASÃO ESCOLAR EM TURIACU-MA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: ALGUMAS REFLEXÕES. In: Formação e atuação docente no Paraná e no Maranhão em tempos de pandemia [livro eletrônico] / organizadores/as: Helciane de Fátima Abreu Araújo...[et al.]. – Londrina Madrepérola, 2021.

MARTINS, Robson Campos. Turiaçu de ontem e de hoje. Turiaçu: [s.l], 1959.

MASUIDO, Mariane. Você conhece os tipos de violência contra a mulher? Ano 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/voce-conhece-os-tipos-de-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em: 15/04/2023.

MENESES, Pedro. Violência: o que é, principais formas e tipos? Disponível em: <https://www.significados.com.br/violencia/#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20por%20priva%C3%A7%C3%A3o%20ou,v%C3%ADtima%20que%20baseia%20esta%20viol%C3%Aancia> Acesso em: 30/05/23.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Lei inclui a prevenção à violência contra a mulher no currículo escolar. Ano 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/lei-inclui-a-prevencao-a-violencia-contra-a-mulher-no-curriculo-escolar>. Acesso em: 17/05/2023.

MONTEBELLO, Marianna. A proteção internacional aos direitos da mulher. In: Revista da EMERJ, v.3, n.11, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Silvério. Crimes sexuais pela internet: a violência contra a mulher entre o real e o virtual. Ano 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/361963/crimes-sexuais-pela-internet-a-violencia-contra-a-mulher> Acesso em: 04/04/2023.

MULHER, não se cale! Disponível em: <https://palotina.ufpr.br/ebook/> Acesso em: 20/06/2023.

NÃO SE CALE. Quais são as formas de violência contra a mulher, conforme a Lei

Maria da Penha?

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. In: [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2016.

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. O que é violência doméstica? O que é feminicídio? Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/o-que-e-a-violencia-domestica-e-o-femicidio#:~:text=Femic%C3%ADdio%20%C3%A9%20o%20assassinato%20de,como%20%C3%A9%20o%20caso%20brasileiro>. Acesso em: 19/04/2023.

PORFÉRIO, Francisco. Cyberbullying. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cyberbullying.htm> Acesso em: 18/04/2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DIREITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS- TJDF. Violência psicológica contra a mulher. Ano 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-femicidio-faz-cinco-anos/> Acesso em: 20/04/2023.

POLITIZE. O que é violência de gênero e como se manifesta? Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/> Acesso em: 16/04/2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 1973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

RODRIGUES, Hosana Suelen Justino; ARAÚJO, Carla Dayanne Montenegro Honorato de. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA DISCUSSÃO DE GÊNERO. In: II Congresso Internacional de Educação Inclusiva/ II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Ano 2016.

ROSA, Marcia. A violência física contra a mulher não acontece isoladamente e precisa ser denunciada. Ano 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/cidadaniaejustica/noticias/a-violencia-fisica-contra-a-mulher-nao-acontece-isoladamente-e-precisa-ser-denunciada/1udjxzujrtyj> Acesso em: 08/04/2023.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência contra a mulher e violência doméstica.

SANTOS, Ana Coelho Abreu dos Santos; WITECK, Guilherme. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. In: XVIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2016.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Ano 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES TURIENSES – SMPMT. Relatório situacional do exercício de 2022.

SILVEIRA, Sonia Vaz da. A inquisição e a violência contra a mulher. In: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2016.

SILVIA, Ana Cláudia Gonçalves da; FILHO, Josélio Soares de Oliveira; SANTOS, Karla Patrícia Ferreira dos; BARRÊTO, Anne Jacqueline Roque; BEZERRA, Cíntia Almeida; ALMEIDA, Sandra Aparecida de. Violência contra mulher; uma realidade impropria. Ano 2013.

SOUZA, Renee do Ó. Contrários ao novo crime de violência institucional- art. 15- A da Lei 3869/2019. Ano 2023. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2022/04/04/comentarios-ao-novo-crime-de-violencia-institucional-art-15-a-da-lei-13-869-2019/> Acesso em: 25/05/23.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; REZENDE, Fernanda Ferreira. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v9n1p21. p. 21-38, ago. 2018.

MULHERES E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL:

Perfis familiares, trajetórias e percepções de beneficiárias do Município de São Bernardo/MA²⁰

Isabelle Gonçalves de Souza²¹

Wheriston Silva Neris²²

1. Introdução

Antes da lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a Medida Provisória (MP) que dispõe acerca do Auxílio Emergencial²³, o Bolsa Família (BF) era o maior programa de transferência de renda e enfrentamento da pobreza implementado no Brasil ao longo das últimas décadas (Silva, 2010). Mobilizando diversas posições no espaço público, esse programa tem despertado interesse de diversos estudiosos, que têm procurado dimensionar o seu impacto não apenas em termos de contribuição para a redução da desigualdade social no país, como também sobre os efeitos que produz em configurações familiares empobrecidas, com particular atenção ao novo papel assumido pelas mulheres, ao rompimento com padrões tradicionais de dominação e às condições de exercício da cidadania e direitos sociais (Pinzani; Rego, 2014).

Inscrito neste último eixo de discussão, o objetivo da presente dissertação é analisar as percepções de beneficiários a respeito do impacto e significado desses modos de regulação estatal, tomando como foco os programas sociais Bolsa Família e o seu substituto Auxílio

²⁰ O capítulo em tela é parte de uma pesquisa mais ampla que culminou na dissertação “DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO AUXÍLIO BRASIL: Uma análise das percepções dos beneficiários camponeses bernardenses acerca dos programas”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz (PPGS/CCIM).

²¹ Mestra em Sociologia (PPGS/UFMA) e Professora efetiva de Sociologia pela Secretaria de Estado do Maranhão. E-mail: isaaa.belle25@hotmail.com

²² Doutor em Sociologia. Professor permanente dos Mestrados em Letras (PPGLB/UFMA) e Sociologia (PPGS/UFMA) da Universidade Federal do Maranhão e docente adjunto do Curso de Ciências Humanas – Sociologia (CHBA/CCEL). E-mail: wheriston.neris@ufma.br

²³ Apoio financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados que tem por objetivo prover proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

Brasil,²⁴ cuja regulamentação ocorreu no final do ano de 2021. Da perspectiva assumida neste estudo, a análise das percepções sobre o impacto dessas políticas públicas nos padrões de vida e condições de existência de arranjos familiares empobrecidos, na visão dos próprios sujeitos concernidos - para uma abordagem semelhante, consultar Alerth (2013) - constitui oportunidade ímpar para compreender não apenas o seu alcance, como também em que medida essas iniciativas “portam consigo algum poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo, devido às dimensões morais e éticas, inerentes às dotações monetárias feitas pelo Estado” (Rego; Pinzani, 2014 p.217).

Com efeito, a análise de programas sociais e, particularmente, a respeito da forma como seus beneficiários os concebem e até se apropriam dos mesmos, enseja uma pluralidade de eixos de análise. A começar pela ampla tradição de estudos sobre a avaliação de políticas públicas no Brasil, a qual, desde a década de 1980, vem constituindo uma efetiva agenda prolífica de investigações com várias questões na produção de indicadores de efetividade, eficiência e eficácia (TREVISAN; BELLEN, 2008; PINTO, 2010; ARRETCHE, 2013). Nacionalmente caberia destacar o trabalho de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, pois juntos desenvolvem uma pesquisa cujo objetivo principal era ouvir as vozes de inúmeros beneficiários espalhados pelo país acerca do PBF, resultando no livro de referência acerca dos programas de transferência de renda no país, intitulado de *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania* (Pinzani; Rego, 2014).

Regionalmente, por exemplo, caberia aqui ainda um destaque ao conjunto de pesquisas coordenadas desde o Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza – GAEPP -, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e que tem em Maria Ozanira da Silva e Silva (2014) uma relevante referência nacional. Embora construída em diálogo contínuo com estas referências, a presente pesquisa não parte dos mesmos referenciais teórico-metodológicos e tampouco seria adequadamente definida como uma pesquisa avaliativa.

Da mesma forma, são consideradas valiosas as referências da antropologia dos grupos de baixa renda em contextos urbanos, notadamente daquelas que explicitam as categorias de entendimento do mundo e da própria moral dos pobres (Zaluar 1985; Sarti, 1994; Ahlert, 2013).

²⁴ O Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.

Regionalmente, cabe destacar o importante trabalho de Martina Ahlert (2013) que analisa o uso do benefício do Bolsa Família em um grupo de mulheres quebradeiras de coco da cidade de Codó, levantando questões instigantes a partir das categorias família e gênero. Com base neste estudo, a autora pôde demonstrar o quanto o significado desses programas depende do conjunto de experiências concretas e do cotidiano de vida dos sujeitos, assumindo uma série de significados variáveis. Trata-se aqui, pois, de uma rica tradição que oferece aportes para compreender as experiências e modos de apropriação heterogêneos realizados pelas camadas populares a respeito do modo como o estado interfere e tenta regular suas vidas.

Embora úteis à construção do presente trabalho, as principais bases teóricas desta pesquisa inspiram-se em dois trabalhos sociológicos igualmente importantes. Em primeiro lugar, as perspectivas exploradas por Bourdieu e sua equipe, as quais geraram o livro *A Miséria do Mundo* (Bourdieu, 2008). Deste, em particular, retemos o desejo de recuperar através das experiências concretas e dos depoimentos de sujeitos sociais submetidos a diversas formas de exclusão, as particularidades de uma posição no mundo social e de um ponto de vista sobre a mesma. Em segundo lugar, as proposições fundamentais de análise encontradas em Serge Paugam (2002, 2016), que sugere que a análise sociológica não estaria completa se permanecesse apenas na fase do debate social, dos métodos aplicados para efetivação de uma política social e da cadeia de atores que intermediam a relação do Estado com comunidades.

Em *La société française et ses pauvres: L'expérience du revenu minimum d'insertion* de Paugam (2002), encontra-se o principal modelo de estruturação desta pesquisa em seus diferentes níveis de análise, como ficará mais claro adiante. Com este trabalho, aprendemos que a construção de uma postura sociológica sobre os modos de regulação estatal das vidas de populações mais pobres, exige combinar não apenas as abordagens quantitativas regularmente empregadas em estudos sobre avaliação de políticas públicas - os quais ameaçam fazer da pesquisa sociológica um empreendimento mais administrativo e gerencial - como "deve também considerar os efeitos diretos ou indiretos que essa ação política pode ter sobre as pessoas a quem se destina" (2002, p. 19). O que essas políticas realmente trazem para as famílias que se beneficiam delas?

O laboratório de observação dessa questão é delimitado pelo recorte temporal 2021-2022 e pelo universo de beneficiários que possuíam alunos matriculados na escola em que leciono a disciplina de Sociologia, o Centro de Ensino Deborah Correia Lima, localizado na

Travessa Alexandre Mendes, nº 03 no centro de São Bernardo- MA²⁵, região leste maranhense. Segundo uma das gestoras da instituição, em 2019 essa escola atendia 956 alunos; destes, 747 eram beneficiários do programa, inúmeros deles camponeses, moradores de povoados, isto é, alunos situados nos arredores do município de São Bernardo - MA.

Segundo Silva (2008), o Bolsa Família iniciou beneficiando 3,6 milhões de famílias em 2003, conforme o Ministério da Cidadania (MC), e em 2019 já beneficiava mais de 13.716.766 (treze milhões setecentos e dezesseis mil e setecentos e sessenta e seis) famílias em todo território nacional. Ainda no mesmo ano, no Maranhão, 962.041 (novecentos e sessenta e dois mil e quarenta e uma) famílias eram beneficiadas, constando um quantitativo de 5.259 (cinco mil duzentas e cinquenta e nove) famílias atendidas no município de São Bernardo – MA. Portanto, no referido ano, dos 956 alunos matriculados na escola alvo da presente pesquisa, 747 eram beneficiários do programa.

Nesse contexto, o principal questionamento que direcionou e subsidiou esta pesquisa foi: Quais os impactos e os significados do Bolsa Família e Auxílio Brasil na vida de familiares e/de alunos do Centro de Ensino Deborah Correia Lima atendidos pelo programa? Quais as percepções desses sujeitos a respeito dos programas em pauta?

Considerando o recorte da problemática esboçada, o foco do presente estudo recaiu especialmente sobre as famílias da zona rural beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, que possuem alunos matriculados no Centro de Ensino Deborah Correia Lima, escola localizada no município de São Bernardo, leste maranhense.

Além da necessária revisão bibliográfica, a perspectiva metodológica deste trabalho e sua operacionalização, baseiam-se em três momentos interconectados e complementares da análise: no primeiro, examinamos a própria construção dessa política pública no Brasil, seus modos de estruturação e os dados quantitativos produzidos a respeito do perfil das famílias beneficiárias (Pinto, 2010; Zimmermann; Espínola 2015, Santos, 2020). Para complementar essas informações, recorreremos ainda a dados recolhidos junto a Agentes de Saúde, Assistentes Sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), os quais exercem papel importante na cadeia de atores que intermediam a execução dessas políticas em nível local, com o que seguimos as pistas trilhadas por Paugam (2002) em seu estudo. Porém, muito

²⁵ Mantida pelo Estado do Maranhão através da Secretária Estadual de Educação do Maranhão - SEDUC E - Gerência Regional do Baixo Parnaíba, microrregião de Chapadinha-MA. Além da sede, a escola ainda tem dois anexos que funcionam no período noturno, situados nos povoados do município: Coqueiro e Mamorana.

embora esses instrumentos tendam a apresentar um perfil populacional bastante homogêneo, consideramos útil recuperar algumas particularidades da história familiar dos beneficiários, sua escolaridade, condições de vida, experiências sociais e formas de vínculo social.

Por fim, e não menos importante, para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa de campo, com o intuito de ouvir as palavras daqueles que, por definição, tem suas palavras negligenciadas (Beaud, Weber, 2007). Tratando-se de uma pesquisa participante, de análise qualitativa (Becker, 1993), realizamos entrevistas com cinco chefes de família de estudantes do Centro de Ensino Deborah Correia Lima, que cursavam o 3º ano do Ensino Médio em 2022, todas elas moradoras de comunidades rurais do município. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas aprofundadas com tópicos previamente estabelecidos, utilizando como ambiente de entrevistas as casas dos interlocutores, com o intuito de facilitar o contato tanto com os familiares quanto com o cotidiano dos investigados (Haguete, 1987).

É válido ressaltar que além do diário de campo, com anotações datadas e localizadas acerca do andamento da pesquisa (Beaud; Weber, 2007), todas as entrevistas foram gravadas no celular. Quanto a manipulação dos dados, respeitou-se a íntegra da fala dos entrevistados. Portanto, essa interlocução com os educandos beneficiários e suas famílias permitiram, por um lado, a análise das experiências e representações formuladas pelos sujeitos de pesquisa, e, por outro, a construção dos impactos dos programas no perfil social dos agentes em pauta.

A hipótese principal, claramente inspirada nas pesquisas de Serge Paugam (2002), bem como nas pesquisas antropológicas supramencionadas, é de que o modo como cada um dos agrupamentos familiares avalia os significados desses programas, depende tanto de condicionantes estruturais associados ao mercado de trabalho e a precarização das condições laborais no Brasil (de onde a caracterização do município e das comunidades rurais retira todo o seu sentido), quanto das particularidades associadas às condições de vida e intensidade de laços com os diferentes grupos sociais: pertencimentos sociais, relação com a família, com instituições, bem como os projetos e expectativas de vida que os mesmos têm. Quer dizer, o desenho dos instrumentos de pesquisa apresentados no apêndice, não deriva somente dos condicionantes para inserção no campo, ligados à própria vida da autora, como também carregam consigo a perspectiva de colocar em relação diferentes esferas e trajetórias de vida para recobrar a complexidade dos seus pontos de vista

2. Recomposições das Políticas de Transferência de renda no Brasil: panorama recente

Para analisar especificamente as políticas de transferência de renda no Brasil, apropriamo-nos de autores Brasileiros que refletem sobre o impacto desses programas na diminuição da pobreza extrema, como Silva e Lima (2010) que discutem a unificação, focalização e os impactos do Programa Bolsa Família; Pinzani e Rêgo (2014) que analisam os impactos desses tipos de programas, como o Bolsa Família na autonomia, no acesso ao dinheiro e no direito de cidadania dos beneficiários. Paralelamente analisamos os diferentes decretos²⁶ ao longo do Bolsa Família e do seu substituto, para apreender as alterações que poderiam ocasionar nos valores e nas famílias beneficiárias. Por fim, para a análise do Programa Auxílio Brasil, detemos-nos nas informações contidas principalmente no site do Ministério de Cidadania "<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>", pois se trata ainda de um elemento novo que requer estudos e análises.

O Programa Bolsa Família foi inserido como Política de Transferência Renda no Brasil em 2003, através da medida provisória nº 132, de 20 de outubro do mesmo ano e regulamentado no início de 2004 através da Lei nº 10836, de 9 de janeiro de 2004 (Silva, Lima 2014). Entretanto, programas como esse já estavam sendo desenvolvidos no contexto Europeu desde 1930 e presentes nas discussões sobre as políticas públicas para o enfrentamento da pobreza e da miséria no Brasil desde 1990. É o que demonstra Silva e Lima (2014) ao situar o Bolsa Família enquanto programa de transferência de renda condicionada

No Brasil, segundo as autoras, essa temática tem se desdobrado em seis momentos que serão reproduzidos no quadro analítico a seguir, porém com os recentes adendos ocorridos posteriormente ao ano de 2014: o pagamento do 13º salário do PBF, o surgimento do Auxílio Emergencial e a transformação do PBF em Auxílio Brasil.

TABELA 1. Desenvolvimento Histórico das Políticas de Transferência no Brasil:

Momento	Característica	Ano da criação
1º	O senador Eduardo Suplicy (PT/SP) apresenta o Projeto de Lei n.80/1991, instituindo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para todo o	1991

²⁶ Sites dos Ministérios responsáveis.

	Brasileiro a partir de 25 anos de idade.	
2º	O economista Brasileiro José Márcio Camargo propõe uma transferência de renda as famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos em escolas públicas.	1991 a 1993
3º	Implementação pioneira das políticas de transferência de renda nas cidades de Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP, Santos/ SP e em Brasília/DF.	1995
4º	Expansão dos programas federais criados em 1996 (BPC; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [PETI]), e criação de outros programas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros.	2001
5º	Criação do Programa Bolsa Família	2003
6º	Criação da Estratégia Brasil Sem Miséria, constituída de três eixos programáticos: transferência de renda, inclusão produtiva e ampliação de serviços básicos.	2011
7º	Pagamento do 13º salário do Bolsa Família	2019
8º	O surgimento e pagamento do Auxílio Emergencial	2020-2021
9º	A substituição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil	2021-

Fonte: (SILVA; LIMA, 2014 p. 29-31).

Percebe - se através do quadro analítico que o PBF surge depois de mais de uma década de discussões relacionadas à importância da intervenção estatal para a diminuição das desigualdades sociais no país, sobretudo a de renda monetária. Em relação a esse primeiro momento, tratava-se de um elemento muito importante para o contexto das políticas de transferência de renda, pois problematizava a relevância de um auxílio universal para todos os indivíduos com idade acima de 25 anos. Embora aprovado no Senado naquele ano, nunca foi concretizado, mas ao menos ensaiou as discussões sobre um sistema de garantia que pudesse aliviar as disparidades existentes no Brasil. Nessa mesma linha, o autor da lei,

Eduardo Suplicy, cria outro Projeto em 2001, tratava-se da “Lei n.266, de 4 de dezembro de 2001, que propõe a instituição de uma renda básica incondicional ou a renda de cidadania para todos os Brasileiros” (Silva; Lima, 2014 p.30). Cujas temáticas tiveram uma ampliação nos debates dos especialistas em políticas públicas, sobretudo nesses últimos anos, em que as receitas dos países foram absorvidas pelas problemáticas trazidas pela pandemia.

Ainda sobre as políticas de transferência de renda, destacamos a proposta do economista José Márcio Camargo durante os anos de 1991-1993, que articulava a sugestão de uma renda monetária com a inserção de crianças no sistema educacional. Quanto a isso, conforme Silva e Lima (2014), há a introdução de duas inovações: a família como beneficiária, ao invés do indivíduo, e a política compensatória. Isto é, para a família receber o benefício, existe uma condição: ter filhos entre 5 a 16 anos regularmente matriculados em escolas públicas. Sendo a última, uma das condicionalidades utilizadas também pelo Bolsa Família e, conseqüentemente, pelo Auxílio Brasil. Por isso, justificamos que mobilizamos a proposta de Camargo por acreditarmos ser ele considerado com um dos grandes percussores da ideia de políticas de Transferência de Renda Condicionada no país.

Vale lembrar que no contexto Brasileiro, até a década de 1990, a inclusão de políticas de transferência de renda no país ainda ocorria timidamente. Embora já se tenha, em 1995, a sua disseminação em alguns municípios Brasileiros, como demonstra o quadro analítico. Portanto, a sua expansão ocorre especialmente no último ano do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Bolsa Escola, destinada a famílias com crianças entre 7 a 15 anos, que estivessem matriculados em escolas públicas; Bolsa Alimentação, destinada a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, que tivessem mulheres gestantes ou nutrizes, e ainda que tivessem crianças entre 6 meses a 6 anos; Bolsa Renda, instituído para os agricultores e familiares atingidos pela estiagem nos municípios ou em estado de calamidade pública; Vale Gás, entre outros. Este último destinado às famílias de baixa renda para a compra de gás de cozinha. Cabe destacar que o benefício do gás de cozinha vigora nos dias atuais. O mesmo é distribuído a cada família bimestralmente, constando em valores monetários a cifra de R\$53,00 (BRASIL, 2022)²⁷. Assim, segundo Silva e

²⁷ Brasil, 2022. Governo Federal inicia nesta sexta o pagamento do Auxílio Gás a 5,68 milhões de famílias. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-inicia-nesta-sexta-o-pagamento-do-auxilio-gas-a-5-68-milhoes-de-familias>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

Lima (2014), nesse quarto momento (vide tabela 06) há uma ampliação do debate sobre a relevância de políticas de renda mínima para a diminuição da pobreza extrema.

O quinto momento das políticas de transferência de renda condicionada no país consistiu na criação, em outubro de 2003, e na regulamentação, em 2004, através da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, do Bolsa Família. Sob o comando do mais novo presidente da época, Luís Inácio Lula Silva, que no início de seu governo presidencial instituiu o Programa Fome Zero cujo maior expoente é o cartão do PBF.

O Programa Fome Zero tinha como objetivo principal “promover segurança alimentar e nutricional visando combater as causas estruturais da pobreza. Suas iniciativas englobavam diversos ministérios, as três esferas, federal, estadual e municipal e a sociedade civil” (Aranha, 2010 p. 50). Estrategicamente, o Fome Zero consistia em diferentes intervenções que pudessem contribuir na erradicação da fome causada pela má distribuição dos alimentos e pela negligência estatal, como:

A implantação de restaurantes populares; a realização de sacolões e investimentos em hortas e cozinhas comunitárias; a implantação do repasse de merenda na pré-escola, nas creches e nas escolas indígenas; a distribuição de cestas básicas a grupos específicos, acampados sem-terra, quilombolas e indígenas; a instituição, em parcerias com órgãos nacionais e locais, do serviço do registro civil gratuito; a criação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar; a realização de convênios para implantação do programa de aquisição e incentivo à distribuição de leite; a realização de convênios para construção de cisternas; e a criação de banco de alimentos, uma iniciativa para redução do desperdício dos alimentos (ARANHA, 2010 p.50).

O PBF consistia na unificação dos inúmeros programas de transferência de renda condicionado “criados no Brasil por iniciativa de governos municipais, estaduais e do governo federal” (Silva, Lima 2014). Especialmente os mencionados no parágrafo anterior, criados durante o último ano do governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso, assim como versava em consolidar “o grande censo da população de baixa renda”, o Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico).

Essa unificação dos programas existentes é uma das principais marcas do PBF, afinal, unificou programas importantes que trabalhavam separadamente, portanto “eliminou lacunas, sobreposições e ineficiências” (Campello, Neri ,2014 p.16). A reestruturação do

Cadastro Único é uma outra marca importante para mencionar, pois favoreceu um melhor detalhamento e eficiência na coleta de dados de famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. Esses dados são tanto utilizados para concessão do PBF, quanto para outros programas sociais, como Tarifa social de energia elétrica, Benefício de Prestação Continuada, entre outros (BPC) (Brasil, 2022). Essa base de dados pode ser utilizada tanto pelo Governo Federal, quanto pelos Governos Estadual e Municipal na implementação de políticas públicas que tenham o intuito de realizar ações voltadas para a diminuição das vulnerabilidades sociais.

Um outro elemento fundamental para a consolidação do PBF, foi a criação em janeiro de 2004, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) responsável em gerir o PBF, “as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Inclusão Produtiva” (Aranha, 2010 p.49) e que substituiu o Ministério da Assistência Social (MAS). Entretanto, também foi substituído pelo Ministério da Cidadania em 2019²⁸.

Silva e Lima (2014) chamam a atenção para o processo longo de unificação dos programas, pois segundo as autoras, enquanto os programas federais concluíram a unificação em 2007, os programas similares, porém estaduais e municipais, continuaram independentes. Alguns com valores acima do PBF, repercutindo em alguns casos na participação de uma mesma família em diferentes programas federal, municipal e estadual ao mesmo tempo.

Em relação a classificação das famílias, em extremamente pobres e pobres, os valores são reajustados desde a implementação do programa, pois são baseados no valor de uma cesta básica que atenda às necessidades nutricionais (Rocha, 2006). Em 2003, famílias com renda per capita de até R\$50,00 eram consideradas extremamente pobres e famílias com renda per capita de R\$50,01 a R\$100,00 como pobres. Atualmente esses valores são: até R\$105,00 para a primeira categoria, e de R\$105,01 a R\$210,00 para a segunda.

É importante destacar que, ao alterar o que se entende por linhas de pobreza, há também uma alteração nos valores do Bolsa Família. Simultaneamente, é perceptível como algumas dessas alterações acontecem próximo às eleições presidenciais. Entretanto, as modificações em relação aos valores, obviamente, ocorreram e ocorrem inúmeras outras vezes, sem que se tenha qualquer relação eleitoral. Portanto, sendo direcionadas às famílias beneficiadas, de acordo com a renda, tamanho e composição familiar.

Inicialmente, vale ressaltar, não havia o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ),

²⁸ Através da Medida Provisória nº 870, publicada em primeiro de janeiro de 2019.

que englobam jovens na faixa etária de 16-17 anos, que estejam regularmente matriculados no sistema de ensino e que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esse benefício foi inserido quase cinco anos depois da criação do Bolsa Família, em dezembro de 2007. Com o objetivo de diminuir a evasão escolar dessa faixa etária, pois entre o principal motivo do abandono nas redes de ensino pelos jovens, estava a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da casa. Justamente por isso, o benefício baseava-se na disponibilização de uma renda, mesmo que mínima, na vida desses indivíduos.

Segundo Campello e Neri (2014 p.26), ao analisar o impacto do PBF, percebe-se a sua efetividade quanto a manutenção do aluno no universo escolar, pois “a taxa de abandono no ensino médio é menor para os estudantes do PBF em todas as regiões” Brasileiras. Portanto, a participação no programa reforça o acesso e a permanência na educação básica dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Em relação ao Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), este também foi inserido muito posteriormente, em 2011. Que se enquadra no sexto momento do Bolsa Família, com a criação do Plano “Brasil sem Miséria” do governo presidencial de Dilma Rousseff (Silva; Lima, 2014). O Plano Brasil sem Miséria foi desenvolvido em torno de três eixos: o primeiro envolvia a transferência de uma renda mínima, o segundo envolvia esforços de inclusão produtiva e o terceiro a melhoria do acesso aos serviços sociais básicos, principalmente educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2014). Nesse sentido, como o primeiro eixo estava centrado no PBF, nesse momento há uma elevação dos valores do Bolsa Família, perceptível no quadro analítico 8; e o surgimento do BSP para as famílias que mesmo sendo beneficiadas por outros benefícios e que ainda se encontravam em situação de extrema pobreza, demonstrou uma expansão no número de beneficiados, “ultrapassando a 14 milhões de famílias em 2014” (Yasbek; Giovanni, 2012 apud Silva; Lima, 2014 p.31).

Por conseguinte, com o BSP, o PBS possui seis diferentes benefícios: o Básico, para todas as famílias em contexto de extrema pobreza ou pobreza; os Variáveis, que dependem do arranjo e situação familiar, além do contexto da renda, como gravidez, nutrizes (até seis meses), a presença de crianças e adolescentes de até 15 anos, e jovens de 16 -17 anos, sendo que cada família só pode receber até cinco destes diferentes benefícios variáveis; e por último o BSP aos que continuam em situação de extrema pobreza, mesmo recebendo tais benefícios, analisado no parágrafo anterior (Brasil, 2017). Entretanto como se trata de um programa de

transferência de renda condicionado há contrapartidas para permanecer no PBF.

No caso das mulheres gestantes, para receber as nove parcelas que correspondem ao Benefício Variável à Gestante (BVG), é necessário que as mesmas façam o pré-natal, isto é, realizem exames periodicamente, ultrassonografias e tenham as vacinas em dias. Para dar continuidade no programa, porém recebendo um outro benefício até os seis meses de vida do bebê, o Benefício Variável à Nutriz (BVN), é necessário também o acompanhamento da carteira de vacinação, peso e altura do bebê, condicionalidades que se estendem também para as demais crianças menores de 7 anos, inseridas nos outros benefícios variáveis. No que concerne aos serviços de educação são as exigências para as crianças de 6 a 15 anos a frequência escolar mínima de 85% das aulas em cada mês e de 75% para os adolescentes que recebem o BVJ (Brasil, 2022).

Os períodos de acompanhamento das condicionalidades do PBF e de registro das informações nos sistemas ocorrem na área da Educação, bimestralmente, excluindo-se os meses de dezembro e janeiro, destinados às férias escolares; e na área da Saúde, semestralmente (BRASIL, 2015). Portanto, percebe-se como o programa é importante para incentivar o acesso básico à Saúde e Educação dos beneficiários. Com as condicionalidades não só as famílias são desafiadas a estarem mais presentes, tanto nas unidades de saúde como nas educacionais, mas também no poder público, no sentido de estender e aperfeiçoar esses estabelecimentos. Em relação ao descumprimento das condicionalidades por parte das famílias, as penalidades são desde uma advertência a suspensão do benefício (Brasil, 2022).

Vale mencionar que diversos trabalhos têm analisado os efeitos do PBF e suas condicionalidades na diminuição da mortalidade infantil (Rasella et al, 2014), na menor ocorrência de baixo peso ao nascer (Santos, 2014), na frequência escolar (Oliveira; Soares, 2014), no desempenho e percurso escolar (Cireno; Silva; Proença, 2014), e na diminuição do trabalho infantil (Silveira; Campolina; Horn, 2014).

Além disso, é perceptível o envolvimento de diferentes atores sociais na efetivação da focalização e atualização cadastral: como dos Agentes Comunitários de Saúde, do coordenador municipal do PBF na Saúde; o registro da frequência escolar pelos professores, o monitoramento dos gestores escolares, e ações do gestor municipal do PBF na Educação; e indubitavelmente, as ações dos profissionais do CRAS. Inclusive há o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M), responsável em medir mensalmente as

Taxas de Atualização Cadastral e de acompanhamento das Condicionalidades de Saúde e Educação. Baseado neste índice, “que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério da Cidadania realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família” (Brasil, 2022 p.4).

Em relação aos efeitos para os que descumprirem as condicionalidades, cinco medidas são aplicadas e ocorrem de forma gradativa, entre uma etapa e outra são considerados um intervalo de seis meses, e dependem do histórico da família quanto ao descumprimento. Primeiro, há advertência, se configurando em um alerta para a família acerca do que pode acontecer, caso se mantenha a atitude. Se persistir a inadimplência nos 6 meses seguintes, há o bloqueio. Nesse sentido, a família fica sem receber durante um mês, mas o valor mensal pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela, isto é, assim que o problema é solucionado. O terceiro efeito é a suspensão, o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período; e por último há o cancelamento, a família deixa de participar do programa (Brasil, 2015)²⁹.

Com a pandemia causada pelo Coronavírus - Covid-19 -, inúmeros decretos foram ratificados por diferentes municípios, estados e países, contendo uma série de medidas sanitárias e de controle social. O uso de máscaras, álcool em gel, o fechamento de comércios, escolas, bares, restaurantes e instituições religiosas, o número reduzido de indivíduos em ambientes fechados, toque de recolher e tantas outras medidas que reacenderam tanto o debate acerca do poder estatal, quanto quais as ações estatais deviam ser tomadas para aliviar os efeitos drásticos da Pandemia na vida de pessoas, que sem trabalho não teriam como garantir materialmente o sustento de suas famílias e conseqüentemente gerir a economia. Afinal, “qualquer pandemia é sempre discriminatória, mais difícil para certos grupos sociais do que para outros” (Santos, 2021 p.103).

Nesse sentido, as políticas de transferência de renda são acionadas como uma opção para salvaguardar a vida dos cidadãos, familiares, por conseguinte, a economia. No Brasil foi implementado o Auxílio Emergencial que inicialmente gerou inúmeros debates tanto sobre os valores que deveriam ser pagos, como sobre as categorias dos trabalhadores que deveriam receber o benefício, porém, desde o princípio estavam inclusos automaticamente todos os

²⁹ BRASIL, 2015. SECRETÁRIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. CONDICIONALIDADES. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em 20 de julho de 2022.

beneficiários do Bolsa Família. Eis, o oitavo momento do PBF.

Com a implementação do Auxílio Emergencial em abril de 2020, através da Lei 13.982/2020³⁰, os valores do PBF são suspensos e passam a valer os do Auxílio Emergencial. Portanto, as famílias beneficiárias do PBF passaram a receber R\$600, 00 mensais durante os meses de abril a agosto do mesmo ano e R\$300,00 mensais entre os meses de setembro a dezembro. Assim como indivíduos que se encaixassem inicialmente nos seguintes perfis:

Maiores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes; que não tenha emprego formal ativo; que não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos dos §§ 1º e 2º, o Bolsa Família; IV - cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos; que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e que exerça atividade na condição de: a) microempreendedor individual (MEI); b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social (Brasil, 2020 p.01).

Aos beneficiários do PBF o cadastro acontecia automaticamente e o valor monetário era recebido no próprio cartão do PBF. Entretanto aos demais indivíduos, o cadastro acontecia por intermédio de um aplicativo Brasileiro denominado Caixa Auxílio Emergencial, lançado em 07 de abril de 2020, disponível para Android, iOS e em versão web. No cadastro a pessoa inseria a conta bancária que gostaria de receber o benefício, caso não tivesse criava uma conta poupança digital e gratuita pela Caixa Econômica.

Lamentavelmente, nos meses seguintes, esbanjavam nos noticiários as contradições Brasileiras, havia uma profusão de depoimentos de pessoas que não conseguiram fazer o cadastro por desconhecimento das tecnologias ou por erro no próprio aplicativo, outros até fizeram, porém ainda não haviam recebido o auxílio; além disso, um número alarmante de pessoas em contexto de extrema pobreza foram identificadas, pois essas não recebiam sequer o PBF, sendo as mesmas classificadas como “os invisíveis Brasileiros”. Não bastando, noticiou-se que indivíduos de classe média, servidores públicos, artistas, militares, entre outros que

³⁰ BRASIL, 2020. LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm#view>. Acesso em 09 de junho de 2022.

mesmo sem se encaixarem nos perfis de vulnerabilidade social, burlaram as informações e receberam o Auxílio Emergencial. Confirmando tanto as enormes disparidades, como o “jeitinho Brasileiro³¹” nas diferentes camadas sociais.

Inicialmente a medida de concessão do Auxílio Emergencial se referia para os três primeiros meses; abril-junho de 2020 (Brasil, 2020). Entretanto a disseminação do novo coronavírus se revelava cada vez mais devastadora, havendo a necessidade da extensão das medidas protetivas, entre eles, o confinamento e, conseqüentemente, da continuidade do PAE, estendendo-se até dezembro daquele ano, pois a própria lei previa a possibilidade de prorrogar o programa enquanto durasse o estado de calamidade pública.

Nos primeiros meses do ano de 2021, o PBF retoma ao pagamento dos valores anteriores ao PAE, pois este último programa foi suspenso entre janeiro-março. Entretanto, com a segunda onda da pandemia de Covid-19, os debates foram reacendidos acerca da necessidade de dar continuidade ao programa, porém os valores foram alterados. Nesse sentido, os valores variavam entre R\$150, 00 a R\$375,00 dependendo do contexto familiar (AGÊNCIA BRASIL, 2021)³².

Vale mencionar que no mês de abril de 2021 o PBF alcançou um total de 14,6 milhões de famílias beneficiárias, destes: 9,7 milhões de famílias recebiam o Auxílio Emergencial respectivo a 2021, via público Bolsa Família, 413 mil recebiam o Auxílio Emergencial relativo a 2021, via público Cadastro Único ou Público Geral (BRASIL, 2021)³³.

É válido destacar que durante o ano de 2020, a pessoa provedora da família monoparental recebia o valor duplicado do benefício, sendo assim a titular do PBF que era mãe-solteira também recebia duplicadamente o valor do programa (BRASIL, 2020). Sendo considerado violência patrimonial, caso a mulher tivesse o valor do benefício detido ou recebido por outro genitor.

³¹ Termo utilizado pelo antropólogo e filósofo Brasileiro Roberto Da Matta em seu livro *Carnavais, malandros e heróis* (1980). Segundo o autor, o jeitinho caracteriza os diferentes artifícios de corrupção utilizados pelos sujeitos Brasileiros para obter alguma vantagem, seja da máquina pública ou privada.

³² AGÊNCIA BRASIL, 2021. Caixa encerra pagamento do auxílio emergencial após setes meses. Disponível em <[³³ BRASIL, 2021. Informe Bolsa e Cadastro nº 783 • abril de 2021. Disponível em <](https://agenciaBrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-setemeses#:~:text=De%20setembro%20a%20dezembro%20de,%24%20150%20e%20R%24%20375>”. Acesso em 09 de junho de 2022.</p></div><div data-bbox=)

O Perfil do sexo dos beneficiários do Auxílio Emergencial foram predominantemente femininos em todas as faixas etárias, na grande maioria mulheres entre 18- 34 anos de idade (Brasil, 2022)³⁴. Mas isso não significa que há mais mulheres no Brasil nessa faixa etária do que homens, pois, a pesquisa do IBGE mostra o contrário. Portanto, percebe-se como as mulheres Brasileiras são mais vulneráveis socialmente do que os homens (Idem 2022).

O Programa Auxílio Emergencial vigorou até setembro de 2021. Entretanto, antes do seu fim, entra em vigor a Medida Provisória de Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021³⁵, instituindo o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, os substitutos do PBF e do Programa de Aquisição de Alimentos, pois até o prazo de noventa dias estes últimos seriam extintos. Nesse sentido, com o fim do PAE no mês de setembro, em outubro os beneficiários do PBF voltaram a receber os valores relativos ao mesmo. Porém, a partir de novembro do mesmo ano iniciou-se os pagamentos do PAB. As famílias que já eram beneficiárias do PBF passaram a receber um valor médio de R\$224,41 e, a partir de dezembro, o valor mínimo de R\$400,00, do mais novo Programa de Transferência de Renda do país.

A Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil³⁶, em substituição ao Programa Bolsa Família e ao Programa de Aquisição de Alimento. Portanto, se uma das marcas do último ano de governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso foi o Bolsa Escola, do lulismo o Bolsa Família, o bolsonarismo também quer ser reconhecido por uma política de transferência de renda, mesmo que implementando às pressas, trata-se do Auxílio Brasil, cujo Ministério responsável é o da Cidadania.

Se o Programa Bolsa Família incluiu os programas já existentes, alterando os valores e aperfeiçoando-os, o Programa Auxílio Brasil também dá continuidade aos benefícios financeiros presentes no PBF, alterando os nomes, valores, abrangendo o número de participantes e inserindo alguns outros que se enquadram na modalidade denominada de

³⁴ BRASIL, 2021. Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: quem são e onde estão? Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidania_3_2202.pdf. Acesso em 09 de junho de 2022

³⁵ BRASIL, 2021. Medida Provisória de Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>>. Acesso e 09 de junho de 2022.

³⁶ BRASIL, 2021. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2022.

Incentivos ao Esforço Individual e à Emancipação Produtiva, cujas ações serão direcionadas para os itens: “IV - ao incentivo ao esforço individual; e V - à inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã” (Brasil, 2021 p.01).

Todos os benefícios financeiros se destinam às famílias em contexto de pobreza e extrema pobreza. Entretanto, enquanto o Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 130,00, destina-se às famílias que tenham crianças de 0 a 36 meses incompletos, o Benefício Composição Familiar, no valor de R\$65,00, se destina às que possuem em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade entre 3 (três) e 21 (vinte e um) anos incompletos. Vale destacar que, no que se refere aos jovens, se antes a idade limite de adolescentes era 17 anos, houve um acréscimo de quase 5 anos, mas em contrapartida esses jovens entre 18 a 21 anos precisam ter terminado o Ensino Básico ou estarem matriculados para receberem o benefício. Havendo um limite de repasses por família em ambos os benefícios como acontecia no PBF, isto é, até cinco.

Entretanto, o Benefício Composição Familiar, para fins operacionais foi desmembrado em fevereiro de 2022, através Portaria MC Nº 746, de 3 de fevereiro de 2022, que estabelece normas e procedimentos para a gestão do PAB. Nesse sentido, foi desmembrado em:

I - Benefício Composição Criança (BCC): concedido às famílias com crianças e adolescentes idade entre 3 (três) anos e 16 (dezesesseis) anos incompletos; II - Benefício Composição Adolescente (BCA): concedido às famílias com adolescentes com entre 16 (dezesesseis) anos e 18 (dezoito) anos incompletos; III - Benefício Composição Jovem (BCJ): concedido às famílias com jovens com idade entre 18 (dezoito) anos e 21 (vinte e um) anos incompletos; IV - Benefício Composição Gestante (BCG): concedido às famílias com gestantes; e V - Benefício Composição Nutriz (BCN): concedido às famílias com crianças que ainda não tenham completado 7 (sete) meses de idade (BRASIL, 2022 p.03)³⁷.

Portanto, além das alterações dos valores e da possibilidade de maior ganho monetário das famílias que tenham crianças de 0 a 36 meses, pois podem participar tanto do Benefício Composição Nutriz, quanto do Benefício Primeira Infância, há essa possibilidade do jovem de 18 anos e 21 anos incompletos participarem, o que pode repercutir no retorno desses jovens

³⁷ BRASIL, 2022. Portaria MC Nº 746, de 3 de fevereiro de 2022 <<https://ww.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-746-de-3-de-fevereiro-de-2022-378317083>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

para a escola, contudo, como se trata de um elemento novo, o que se tem na realidade são apenas cogitações, mas que no futuro próximo poderá demonstrar seus efeitos sociais na vida desses jovens que não terminaram o Ensino Básico e que se encontram fora do âmbito escolar.

Em relação ao Benefício de Superação da Extrema Pobreza, destinado às famílias que mesmo recebendo os benefícios citados acima, ainda continuam nesse contexto, ainda não foi afixado um valor fixo por parte do governo, especialmente porque a cifra depende da composição familiar. Já o Benefício Compensatório de Transição, direciona-se às famílias que perderam financeiramente com a transição do PBF para o AB. Nesse sentido, também não tem um valor fixo, pois depende do contexto de cada família inserida e do valor que recebiam antes do AB. Segundo o Ministério da Cidadania³⁸, o benefício será concedido até que o valor recebido pela família no Auxílio Brasil seja igual ao valor recebido no Bolsa Família, ou até que a família não se enquadre mais nos critérios de elegibilidade do AB.

Aos benefícios da modalidade de *Esforço individual e a Emancipação Produtiva* apresentados na imagem 4, estão: o Auxílio Esporte Escolar, o Bolsa de Iniciação Científica Junior; Auxílio Criança Cidadã; Auxílio Inclusão Produtiva Rural; Auxílio Inclusão Produtiva Urbana.

O Auxílio Esporte Escolar, destina-se a adolescentes que se destacam em competições oficiais do Sistema dos Jogos Escolares Brasileiros. Consiste em 12 parcelas no valor de R\$100 para o atleta escolar que tenha entre 12-17 anos incompletos, mais uma parcela única no valor de R\$1.000,00 para a família dele. Segundo o Ministério da Cidadania³⁹, 1.404 estudantes o recebem na atualidade. Além disso, 1.373 famílias beneficiárias foram contempladas porque seus filhos se destacaram de alguma maneira nos Jogos Escolares no ano de 2022, adolescentes que conquistaram até a terceira colocação em modalidades individuais ou coletivas. Destes, 34 alunos são do Maranhão.

Os três Estados que mais possuem alunos que recebem o auxílio são: São Paulo com

³⁸BRASIL,2021. Benefício Compensatório de Transição. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilioBrasil/beneficiocompensatorio#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,renda%20para%20o%20Aux%C3%ADlio%20Brasil>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

³⁹ BRASIL, 2021. Auxílio Esporte Escolar vai contemplar 1.404 estudantes neste mês. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-esporte-escolar-vai-contemplar-1-404-estudantes-neste-mes>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

136 atletas, Alagoas com 118 e Pará com 92 atletas. E os Estados com o menor número são: Rio Grande do Sul com apenas 9 atletas, Paraná com apenas 12, seguidos de Rondônia e Bahia com apenas 16 atletas. Entretanto, vale ressaltar que os Estados que tiveram um menor número de participantes não se configuraram como os piores Estados nos Jogos Escolares. Se pode afirmar apenas que talvez esses estados possuam o menor número de atletas inseridos no contexto de pobreza e extrema pobreza, que são um dos requisitos também necessários para receber o Auxílio Esporte Escolar. Outro fato a ser destacado é que o presente auxílio contempla apenas as competições estaduais e nacionais, portanto não se estende aos jogos escolares municipais, o que beneficiaria um número maior de estudantes em contexto de vulnerabilidade social, algo que precisa ser pensado e aprimorado nos próximos anos.

Outra novidade é a Bolsa de Iniciação Científica Junior, que assim como o Auxílio Esporte Escolar, consiste em 12 parcelas no valor de R\$100 para o adolescente entre 12-17 anos incompletos, mais uma parcela única no valor de R\$1.000,00 para a família do estudante. Entretanto o requisito nessa modalidade é o destaque do adolescente em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional (Brasil, 2021). Segundo o Governo do Brasil⁴⁰, em abril deste ano, 2.384 estudantes foram indicados pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a continuidade do pagamento da BICJ. No Maranhão são 69 alunos beneficiários, totalizando 68 famílias beneficiárias, contemplando 34 municípios, porém nenhum desses pertencem ao município de São Bernardo- MA (Brasil, 2022)⁴¹.

O Auxílio Criança Cidadã é um benefício destinado ao acesso de crianças de 0 a 4 anos incompletos em tempo integral ou parcial, a creches regulamentadas ou autorizadas, que ofertem educação infantil. Diferentemente dos benefícios anteriores, cujos pagamentos caem na conta do beneficiário, este se destina a instituição educacional que a criança está matriculada (BRASIL, 2021). O auxílio financeiro se destina às famílias que não encontram vagas em creches públicas ou privadas conveniadas próximas à residência ou ao endereço de

⁴⁰ BRASIL, 2022. Bolsa de Iniciação Científica Júnior: reconhecimento de conquistas e porta para novas oportunidades. Disponível em < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/05/bolsa-de-iniciacao-cientifica-junior-reconhecimento-de-conquistas-e-porta-para-novas-oportunidades>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

⁴¹ BRASIL, 2022. Jornada do Auxílio Brasil. Disponível em < <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/ri-app/#/relatorio/1/211060/pdf>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

trabalho do responsável, que deve ser autônomo, empreendedor individual ou profissional liberal. Os valores correspondem a R\$ 200,00 para crianças que estão matriculadas em creches de tempo parcial e R\$300,00 para a integral, tendo até três crianças cadastradas de uma mesma família, caso haja mais de uma bebê por gestação, sendo o limite três gestações.

O Auxílio Inclusão Produtiva Rural é um benefício complementar do Auxílio Brasil. “Além dos R\$ 400 que a família recebe usualmente, prevê um valor mensal de R\$200, por até 36 meses, as famílias que tenham em sua composição agricultores familiares. O incentivo pode ser acumulado a outros benefícios” (Brasil, 2022 p.01⁴²). Entretanto, só pode ser cadastrado um agricultor por família. Segundo o Ministério da Cidadania, o benefício é concedido a cidadãos que vivem na zona rural e que não têm condições financeiras de investir em pequenas produções. Segundo o portal, são “660 mil famílias de agricultores beneficiários do Auxílio Brasil indicadas pelo Ministério da Cidadania aos municípios” (Brasil, 2022). O intuito é apoiar e incentivar financeiramente esses sujeitos que subsistem da agricultura familiar.

Paralelamente ao Auxílio Inclusão Produtiva Rural, foi criado o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, também no valor de R\$200,00 por família, entretanto, destinado aos trabalhadores urbanos que comprovarem vínculo de emprego com carteira assinada. Esse auxílio é gerido pelo Ministério do Trabalho e Previdência em conjunto com o Ministério da Cidadania.

Uma das novidades do Programa Auxílio Brasil consiste na permanência das famílias que tiveram um aumento da renda familiar per capita. Pois no antigo programa, uma família formada por quatro pessoas, por exemplo, cujo um dos membros conquistasse um emprego formal, esse devia ser automaticamente cancelado do programa. Inclusive analisado pelo sociólogo Brasileiro Charles dos Santos (2017) em sua tese de doutorado intitulado de “A construção social da meia sola: trabalho, pobreza e o Programa Bolsa Família na Zona da Mata Canavieira de Alagoas”. Na tese, como o próprio título sugere, Santos (2017) analisa as condições de vida dos agricultores do setor canavieiro em duas cidades de Alagoas, e percebe

⁴² BRASIL, 2022. Auxílio Brasil Inclusão Produtiva Rural incentiva agricultores baianos a buscar emancipação. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-econteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-Brasil-inclusao-productiva-rural-incentiva-agricultores-baianos-a-buscaremancipacao#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20Rural,se%20a%20cumulado%20a%20outros%20benef%C3%ADcios>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

a insatisfação das pessoas em contexto de vulnerabilidade social com esses “cortes” do benefício, pois muitos trabalhos formais são temporários, “consequência de um trabalho sazonal e em vários casos até em localidades distantes do local de residência da família” (Santos, 2017 p.184). Situação identificada também nesta pesquisa, através do relato de uma das famílias entrevistadas por nós, a família da Aninha, cuja mãe relatou alguns “cortes” que recebeu no benefício do PBF durante algumas vezes em que o marido arranhou um emprego formal, embora intermitente, em São Paulo e Goiânia.

Portanto com a mudança, as famílias que podem receber o benefício do Auxílio Brasil, são: 1) Famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$105,00; 2) famílias em situação de pobreza, com renda per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00; 3) famílias em regra de emancipação que tenham em sua composição gestantes ou pessoas com idade até 21 (vinte e um) anos incompletos, que tiverem aumento da renda familiar mensal per capita que ultrapasse o valor da linha de pobreza em até duas vezes e meia, isto é, que tenham uma renda per capita de até R\$ 525,00, sendo mantidas no Programa pelo período de até vinte e quatro meses (Brasil, 2021). Portanto, é uma mudança que vai impactar positivamente a vida de inúmeros subproletariados que vivem de trabalhos sazonais.

Em relação as condicionalidades dos benefícios financeiros do PAB, também denominados de cesta raiz, permaneceram as mesmas do PBF: é necessário a realização de pré-natal, o cumprimento do calendário nacional de vacinação e ao acompanhamento do estado nutricional, assim como a frequência escolar mínima (Brasil, 2021).

A Caixa Econômica Federal continua sendo a responsável pelos pagamentos. E os beneficiários advindos do Programa Bolsa Família continuam recebendo pelo mesmo cartão. Aos que não tem o cartão do PBF, podem receber pela Poupança Social Digital, que consiste numa poupança simplificada aberta automaticamente em nome dos responsáveis pela família, sem necessidade de solicitação ou comparecimento a uma agência da CAIXA, chamada de Caixa Tem (Caixa, 2022)⁴³; Conta Corrente de Depósito à vista; Conta Especial de Depósito à vista; e Conta Contábil (plataforma social do Programa) que faz o pagamento aos que não tem acesso à internet, nas Lotéricas e pontos de atendimento da Caixa (denominadas de Caixa

⁴³ CAIXA, 2022. Auxílio Brasil. Disponível em <<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/paginas/default.aspx>>. Acesso e 14 de junho de 2022.

Aqui) com apenas a senha do cidadão, caso este não tenha a senha, o mesmo poderá sacar na própria Agência da Caixa Federal (BRASIL, 2022)⁴⁴. Entretanto, essa última opção é mais laboriosa, visto que em muitas cidades, como São Bernardo - MA, por exemplo, não possuem Caixa Econômica Federal, apenas Lotérica e Caixa aqui.

Inicialmente, o Governo argumentou que até dezembro de 2022 todos os que foram inscritos em 2022 no PAB receberiam o cartão magnético específico do programa, mas depois modificou o argumento afirmando que seriam todas as famílias cadastradas, até mesmo os que estão recebendo pelo cartão do PBF. Isso repercutiu em inúmeras críticas, visto que nem os que foram cadastrados haviam recebido o cartão até meados de maio, apenas uma carta parabenizando pela inserção no programa; além da despesa desnecessária que isso poderia gerar, já que muitos cartões do PBF ainda estariam válidos por um bom tempo. A atitude mais plausível seria como pensada a priori, entregar para os que não advém do PBF ou que estejam com os cartões vencidos e assim fazer essa modificação por etapas, o que possibilitaria a redução de custos e facilitaria o processo.

Os pagamentos seguem a mesma estratégia do PBF, a data do pagamento é concernente ao número final do Número de Identificação Social (NIS), que é recebido quando o indivíduo faz a inscrição no Cadastro Único, presente também no cartão do PBF e também estará no cartão do PAB.

Depois que havia escrito este presente capítulo uma nova mudança acontece no PAB, O Congresso Nacional promulga a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 1/2022), que institui o Estado de Emergência no país até o final do ano, em decorrências das crises econômicas mundiais provocadas pela atual Pandemia e pela guerra da Ucrânia, aumentando o valor mínimo do PAB para R\$ 600,00, entre outras medidas de ampliação dos benefícios sociais (Brasil, 2022)⁴⁵. Entretanto, tratava-se muito mais de uma estratégia para angariar votos dos cidadãos menos favorecidos.

Nesse mesmo sentido eleitoral, entre o primeiro e segundo turno presidencial, foi

⁴⁴ BRASIL, 2022. Ministério da Cidadania: Auxílio Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-Brasil>>. Acesso em 14 de junho de 2022.

⁴⁵ BRASIL. Congresso Nacional Promulga PEC que aumenta o valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 600,00. Disponível: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/congresso-nacional-aprova-pec-que-aumenta-o-valor-minimo-do-auxilio-Brasil-para-600>. Acesso em 28 de julho de 2022.

liberado o empréstimo consignado para os recebedores do PAB. Porém essa medida recebeu tanto críticas favoráveis, quanto contrárias, inclusive o governo recebeu inúmeros pedidos de veto das entidades de defesa do consumidor. Uma das justificativas dos pedidos eram os juros altos e o comprometimento da renda de famílias em contexto de vulnerabilidade social, ocasionando um superendividamento dos beneficiários. O valor do empréstimo poderia comprometer até 40% dos 400 reais advindos do PAB, sendo distribuídos em 24 parcelas, com um teto de juros de 3,5% ao mês.

Com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, o PAB volta a ser chamado de PBF. A equipe do atual governo propôs a suspensão do empréstimo consignado, diante das preocupações já mencionadas no parágrafo anterior. Mas que já está retornando com alterações no teto do empréstimo, parcelas e juros. Além disso, outras modificações também continuam acontecendo, como a garantia mínima de 600 reais por famílias, as famílias com crianças de até 6 anos ganham um acréscimo de 150 reais por criança; também ganham um adicional de 50 reais todas as mulheres grávidas e crianças de 7-18 anos. Isto é, melhorias que vão impactar diretamente a vida de milhares de famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade social. Portanto, os programas de transferência de renda no Brasil permanecem em processo de ampliação, regulamentação e ajuste.

3. Perfis de Famílias Beneficiadas em São Bernardo- MA

Antes de analisar as trajetórias e percepções de mães beneficiárias, caberia explorar o perfil das famílias bernardenses, situando com maior clareza o município em que essas famílias residem. São Bernardo é um município Brasileiro da região Leste do Estado do Maranhão, que foi desvinculado de Brejo há 87 anos, quando foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº875, em 15 de julho de 1935 (VAZ, 2016). Possui uma área territorial de 1.005,824 km², e população estimada de 28.825 em 2021 (IBGE, 2022). Sendo que 17.679 pessoas eram diretamente beneficiadas pelo PBF, isto é, 61% da população, representando naquele ano em 5.259 famílias beneficiadas (Brasil, 2022).

Segundo Sousa (2018), a história da formação do município nos discursos oficiais

remete as primeiras investidas dos padres jesuítas em catequizar os povos indígenas, que aliados aos portugueses fundavam vilas em diferentes localidades do Baixo Parnaíba,⁴⁶ que posteriormente se transformaram em cidades. Entretanto, tanto Sousa (2018), quanto Vaz (2016) advertem que historicamente assim como a área que situa São Bernardo, como todas as demais cidades do Baixo Parnaíba, foram habitadas, a priori, pelos povos indígenas de Anapurus e Tremembés, que no século XIX já se encontravam extintos pelo processo selvagem dito civilizatório. Aliados a isso, Sousa (2018) destaca a presença maciça de negros na formação do município, porém silenciada pelo discurso dominante, contudo visível nos grupos sociais na formação de vilas e povoados.

Figura I. Mapa da localização da microrregião do Baixo Parnaíba



Fonte: WIKIPÉDIA, 2022⁴⁷.

Atualmente o município de São Bernardo possui inúmeros povoados, entretanto não foi encontrado nenhum dado com o número exato dos mesmos, apenas dos povoados que foram catalogados pelo IBGE em 2010. Segundo uma funcionária do IBGE do município, foram catalogados apenas 14 povoados, mas a mesma acredita que a estimativa irá aumentar no

⁴⁶ “A região engloba os municípios de São Bernardo, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiões, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, Tutóia e Urbano Santos, uma área com quase 20 milhões de quilômetros quadrados e que abriga mais de 410 mil habitantes, dos quais 53% vivem na área rural” (AGENCIA SENADO, 2018)

⁴⁷ LISTA DE MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DO MARANHÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Maranh%C3%A3o&oldid=63432877>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Censo de 2022. No entanto, ainda com a ausência dos números exatos de povoados no município, é possível afirmar que São Bernardo, trata-se de um município rural, pois das 26.476 pessoas que haviam em 2010, 11.800 pessoas viviam na área urbana, enquanto 14.676 indivíduos viviam na área rural (IBGE, 2010). Portanto, trata-se de um município composto, maiormente, por indivíduos do campesinato, com apenas 4,1% da população total do município com ocupação formal em 2020, tendo um percentual de urbanização de vias públicas de apenas 1,5% (2010), de esgotamento sanitário de apenas 11,1% (2010) e 7.152 domicílios (IBGE, 2010). Entretanto, além de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ser 0,572. Nesse sentido, trata-se de um município de subproletariados, cujos cidadãos convivem com a pobreza extrema e relativa e sem acesso a oportunidade de empregabilidade. Pois, mais de 53,8% da população vive com uma renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, advindos dos pequenos comércios, algumas são antigas quitandas, assim como de prestação de serviços, agricultura familiar, pecuária, suinocultura, pescaria e das políticas de transferência de renda e outros benefícios sociais (IBGE, 2010).

Vale ressaltar que a agricultura familiar e a pescaria são as principais atividades de muitos moradores, principalmente do campesinato, pois a localização geográfica do município, fica entre muitos rios e lagos. Por essa riqueza fluvial, cujo Rio Buriti é uma de suas principais marcas naturais, recebeu nos séculos XIX e XX números massivos de migrantes nordestinos oriundos principalmente dos estados do Ceará e Piauí que fugiam das secas avassaladoras para essas regiões maranhenses que simbolizavam riqueza e fertilidade, constituindo assim juntamente com as raízes indígenas, negras e europeia a diversidade étnica e racial do município (ASSUNÇÃO, 2008; VIANA, 2014).

A partir de agora nos deteremos no perfil específico das famílias bernardenses: aquelas que são beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como principal subsídio teórico, os relatórios extraídos, tanto via aplicativo do PBF, como por meio do site do Ministério da Cidadania sobre o PAB⁴⁸, assim como os dados obtidos no CRAS do município, por intermédio de questionários, conversas enviadas e colhidas por WhatsApp, mediados por um dos principais funcionários que se dispôs gentilmente a colaborar com a presente pesquisa, cujo contato foi intermediado por uma tia que trabalha justamente nesse estabelecimento e que indicou a pessoa exata que poderia me auxiliar nas informações.

⁴⁸ <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#>

Segundo os dados colhidos no CRAS, o PBF foi implementado no município em janeiro de 2014, com 2.314 famílias beneficiárias no primeiro mês de implementação do programa. Isso implica dizer que ao longo dos 17 anos do PBF no município, houve um aumento de mais 227% de famílias beneficiárias. Isto é, ao passo que o programa ia sendo disseminado, mais famílias que se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade social iam sendo implementadas. Segue o quadro com os números específicos das famílias beneficiadas nos diferentes programas de transferência de renda implementado no município de 2019-2022.

QUADRO 01 - Número de famílias beneficiadas nos Programas de Transferência de Renda no Brasil

Número de famílias beneficiadas no PBF (2019)	Número de famílias beneficiadas do AE (1º trimestre de 2020)	Número de famílias beneficiadas do AE (últimos três meses do programa-2021)	Número de famílias beneficiadas do PBF (2021)	Número de famílias beneficiadas no PAB (2022)
5.259	9.446	5.634	5.259	5.901

Fonte: BRASIL, 2019; BRASIL, 2022; CRAS, 2022.

Percebe-se que os números de famílias beneficiárias do PBF continuam os mesmos entre 2019-2021. Tendo um aumento significativo de famílias beneficiárias de auxílios financeiros advindo de políticas de transferência de renda no ano de 2020, como aconteceu em todos os municípios Brasileiros com a inserção do AE, que tinha o intuito de conter os efeitos drásticos da Pandemia, mas que acabou revelando um número elevado de Brasileiros que mesmo se encaixando nos perfis de acesso ao PBF se encontravam fora do CadÚnico e, conseqüentemente, do programa. Repercutindo no aumento de beneficiários do PAB, que no município teve uma elevação de 11% das famílias beneficiárias, que deriva também do que foi

apontado nos subtópicos anteriores, da abertura do programa para as famílias com renda per capita de até R\$525,00 que tenham em sua composição gestantes ou pessoas com idade até 21 (vinte e um) anos incompletos.

Em relação ao AE fica evidente os cortes no benefício em 40% comparado os últimos meses do programa em 2021 ao primeiro trimestre de 2020. Segundo os dados disponibilizados no aplicativo do PBF, das 5.259 famílias beneficiárias do programa no município em outubro de 2021, 2.497 estavam com o benefício liberado, 4 estavam com o benefício bloqueado, e 2.758 estavam com o benefício suspenso, mas integradas no AE.

Quanto aos responsáveis familiares pelo PBF, o município seguia a mesma predominância nacional, dando preferência ao sexo feminino, pois 90% das famílias beneficiárias tinha como responsáveis legais do benefício, as mulheres; como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - Distribuição dos responsáveis legais bernardenses do benefício, segundo o



Fonte: BRASIL, 2022.

Não foi possível averiguar nas Informações Municipais para a Jornada do Auxílio Brasil se essa predominância continua a mesma, pois não havia esse dado na plataforma. Entretanto, segundo as informações prestadas pelo Cras, essa hegemonia continua no Auxílio Brasil. Ainda sob essa perspectiva de sexo, porém abordando a distribuição de todos os beneficiários bernardenses, temos o seguinte resultado disponibilizado pelo Cras: das 10.129 pessoas analisadas pelo Cras, 47% são do sexo masculino, enquanto 53% são do sexo feminino. Portanto, temos uma predominância feminina entre os beneficiários. Entretanto não se pode

afirmar que o sexo feminino compõe a população mais pobre do município, pois seria necessário perceber se há uma hegemonia do sexo masculino ou feminino no município nos dias atuais. Pois os dados que apontam a predominância masculina em relação ao número geral de moradores do município são de 2010. Ou seja, não há como comparar, pois são 12 anos de diferença e não se sabe se durante esses 12 anos houve alguma alteração na taxa de natalidade quanto ao sexo, que implica justamente entre a faixa etária que possui mais beneficiários.

Quanto a quantidade de famílias nos diferentes tipos de benefícios recebidos pelas famílias bernardenses, será analisado dois quadros abaixo: o primeiro referente ao último mês do PBF (outubro de 2021); e o segundo referente a maio de 2022 do PAB.

QUADRO 02 - Quantidade de famílias bernardenses conforme os diferentes tipos de benefícios do PBF (2021).

Quantidade de famílias conforme os diferentes tipos de benefícios do PBF em 2021.

Benefício Básico (R\$89,00)	Benefício Variável à Gestante (BVG) (R\$41,00)	Benefício Variável à Nutriz (BVN) (R\$41,00)	Benefício variável (crianças de 0 a 6 anos) (R\$41,00)	Benefício variável (crianças de 7 a 15 anos) (R\$48,00)	Benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ) (R\$48,00)	Benefício para superação da extrema pobreza (BSP) (R\$89,00)
5.220	47	0	2.375	4.113	1.391	3.932

QUADRO 03 - Quantidade de famílias bernardenses conforme os diferentes tipos de

<i>Quantidade de famílias conforme os diferentes tipos de benefícios do PAB em 2022.</i>							
Primeira Infância (Até 36 meses de idade) (R\$130,00)	Benefício composição familiar (R\$65,00)					Benefício para superação da extrema pobreza (BSP)	Compensatório de transição (BCOMP) (Complementação da renda para um valor mínimo de R\$400,00)
	Gestante (BCG)	Nutriz (BCN) (Criança até 7 meses incompleto)	Criança (BCC) (3-16 anos incompletos)	Adolescente (BCA) (16-18 anos incompletos)	Jovem (BCJ) (18-21 anos incompleto)		
844	306	130	5.828	1.118	1.101	5.519	1.290

Através dos dois quadros é possível averiguar os diferentes tipos de benefícios e valores, que já foram comentados no capítulo anterior somados aos números de famílias com crianças, adolescentes e jovens que estão inseridos nos programas, assim como o número de famílias com gestantes; e em situação de extrema pobreza no município. Estes dois últimos tiveram um salto significativo do PBF para o PAB. O número com gestantes saltou de 47 para 306, um aumento de 651%. O que deve ser apontado como um reflexo da Pandemia, em que inúmeras pessoas independentemente da renda adiaram o sonho de ter filhos, devido ao medo e a insegurança causados pelos dois anos críticos da Pandemia no Brasil: 2020-2021. Pois pesquisas tem demonstrados que o “impacto da pandemia no número de recém-nascidos foi maior até mesmo que o do surto de zika e microcefalia que afetou o país entre 2015 e 2016”

(CNN, 2021⁴⁹). Nesse sentido, na medida que o cenário pandêmico foi se revelando em ritmo decrescente, as famílias foram se sentindo mais confortáveis em retomar os planos de obterem filhos. Sendo reafirmado tal assertiva, inclusive ao ser analisado o número de nutrizes nos dois quadros, pois não havia nenhuma mulher participante do Benefício Variável à Nutriz (BVN) em outubro de 2021, enquanto atualmente há 130 nutrizes recebendo o PAB.

No que diz respeito a faixa etária de beneficiários nutrizes, crianças, adolescentes e jovens entre os dois programas, é preciso observar uma alteração nos benefícios e nas divisões dessas faixas etárias nos programas. Sendo didaticamente mais viável analisar separadamente. No PBF a faixa etária que mais recebia o Benefício Variável eram as crianças entre 7-15 anos (4.113), seguidas por crianças de 0-6 anos (2.375 crianças) e por último 1.391 adolescentes entre 16-17 anos, pois como foi mencionado no parágrafo anterior, não havia nenhuma criança de 0-6 meses de idade.

Em contraposição, no que se refere ao PAB, temos os seguintes dados: as crianças entre 3-16 anos são o público com maior número de beneficiários, cerca de 5.828, seguidos por crianças de até 36 meses que recebem um valor maior de todos os benefícios R\$ 130 reais, são 844 crianças nessa categoria; depois são as nutrizes (130 mulheres com crianças de 0-7 meses de idade incompleto), depois pelos adolescentes de 16-18 anos incompletos (1.118) e por último pelos jovens de 18-21 anos de idade incompleto (1.101), faixa etária que não era contemplada no programa anterior. Portanto são mais de mil jovens sendo incentivados por meio do auxílio financeiro a concluírem o Ensino Básico, pois como mencionado no capítulo anterior ainda é uma das faixas etárias que é mais afetada pelo abandono escolar.

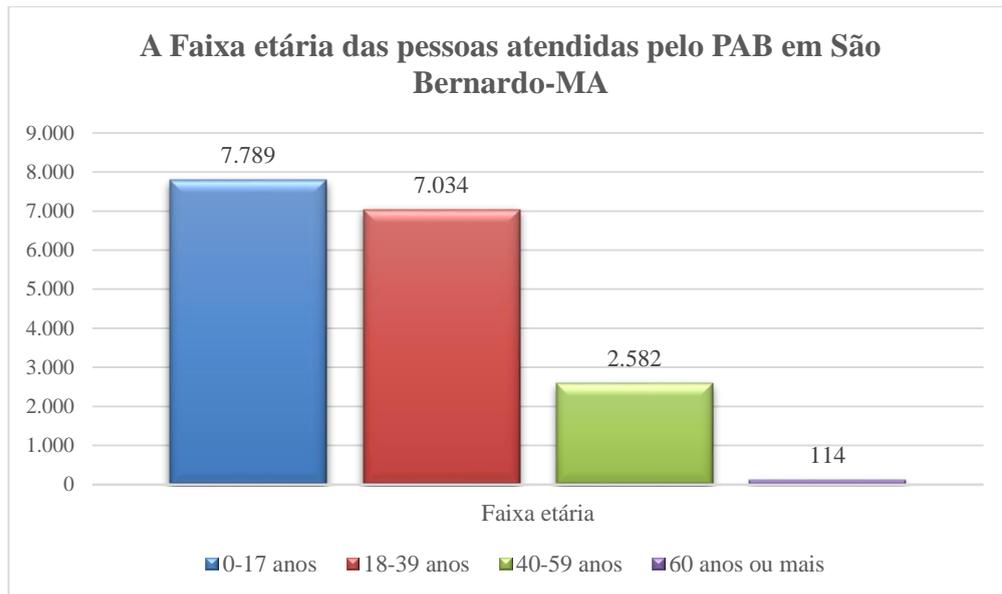
Em relação ao número de benefícios destinados as famílias em situação de extrema pobreza que equivalia a 75% do total de beneficiários, subiram para 93%. Este indicador representa por um lado uma elevação de famílias que tiveram suas rendas diminuídas e por outro da inserção de pessoas que mesmo em situações de extrema pobreza estavam fora das políticas de transferência de renda nos anos anteriores.

Importa ainda ressaltar as 1.290 famílias que recebem a complementação da renda para um valor mínimo de R\$400,00 no PBF. Pois segundo os dados divulgados pelo Relatório do Auxílio Brasil no município, o valor médio do programa no município é de R\$422, 00.

⁴⁹ Com pandemia, número de nascimentos no país em 2020 é o menor em 26 anos. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-pandemia-numero-de-nascimentos-no-pais-em-2020-e-o-menor-em-26-anos/>. Acesso em 11 de julho de 2022.

Ainda sobre a perspectiva da faixa etária, entretanto abordando a distribuição dos beneficiários de 0- 60 anos ou mais, foi investigado no Cras qual o perfil etário do município nesse aspecto, obtendo os seguintes resultados abaixo:

GRÁFICO 2. Faixa etária das pessoas atendidas pelo PAB em São Bernardo- MA



Fonte: Cras (2022).

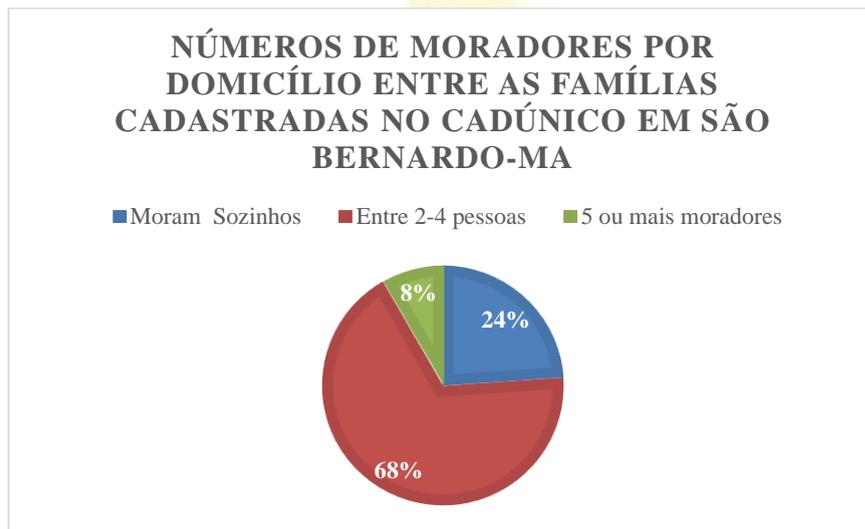
Portanto, percebe-se que, como o público-alvo dos Programas de Transferência de Renda no Brasil são crianças, adolescentes e mais recentemente jovens de até 21 anos de idade, grande parte das pessoas atendidas pelo PAB no município se encontram nessas faixas etárias. Em contraposição um número bem pequeno de pessoas com 60 anos ou mais, que se explica pelo fato de muitos já estarem inseridos no sistema previdenciário, como também representa os pais cujos filhos são adultos, consequentemente, “não se enquadram no público prioritário do programa” (Silva, Lima, 2014).

Quanto a renda monetária dos beneficiários, foi conseguido os seguintes dados no Cras acerca das famílias cadastradas no CadÚnico e não especificamente das famílias beneficiárias do PAB. Entretanto, esses dados são reveladores para compreendermos o perfil monetários dessas famílias bernardenses. Segundo o Cras, são 7.868 famílias cadastradas no CadÚnico, destas 81% são famílias com renda per capita de até R\$100,00; 2% com renda per capita entre R\$ 100, 01 e R\$200,00; 8% com renda per capita entre R\$ 201, 00 e ½ salário mínimo; 0,83% com renda per capita de um salário mínimo (R\$ 1212,00); 6% com renda per capita entre R\$1.212,00

e R\$2.424,00; e 2% das famílias cadastradas com renda per capita entre R\$ 2.425,00 e R\$3.636,00. Nesse sentido, a grande maioria são famílias que vivenciam a extrema pobreza e que são atendidos pelo PAB.

Quanto ao número de moradores por domicílios, repete o mesmo aspecto metodológico, não se obteve dados específicos dos beneficiários, mas do que estão cadastrados no CadÚnico. Demonstrados no gráfico abaixo.

GRÁFICO 3. Números de Moradores por domicílio entre as famílias cadastrada no CadÚnico em São Bernardo- MA



Fonte: CRAS (2022).

Como se pode notar a predominância dos domicílios são de uma configuração familiar pequena entre 2-4 pessoas, seguidas de pessoas que moram sozinhas. Apenas 8% das famílias são consideradas extensas com 5 ou mais moradores. O número maior de moradores por domicílio no município é de 15 pessoas, entretanto são raríssimas as famílias com essa configuração.

Em relação aos benefícios de PAB na modalidade de Esforço Individual e a emancipação produtiva, não há nenhum aluno e conseqüentemente nenhuma família recebendo o benefício de Auxílio Esporte Escolar, como também a Bolsa de Iniciação Científica Junior. Dos municípios que compõe o Baixo Parnaíba, próximo a São Bernardo, somente Santa Quitéria tem aluno bolsista nessa última modalidade. Em relação ao Auxílio Criança Cidadã, Auxílio de Inclusão Produtiva Rural e Auxílio de Inclusão Produtiva Urbana ainda não foram

disponibilizados nenhum dado concernente ao município pelo Ministério da Cidadania, apenas dados nacionais.

No que tange ao Cadastro Único, haviam 7.543 famílias cadastradas no mês de abril de 2022, destas 6.072 viviam em condição de extrema pobreza, 165 viviam em situação de pobreza e 593 em condição de baixa renda (Brasil, 2022). Mediante esses dados, percebe-se que há cerca de 10% das famílias bernardenses em condição de extrema pobreza que não estão recebendo o PAB.

Segundo os dados disponibilizados sobre o último mês do PBF referente aos grupos prioritários que englobam Indígenas, Quilombolas, Famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo, Famílias com pessoas catadoras de material reciclável, Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil, não havia nenhuma família beneficiária com esse perfil.

Em relação ao Auxílio Gás, são 3.201 famílias beneficiárias que recebem a cada dois meses o benefício no valor de R\$51,00. Sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica do Governo Federal que possibilita para essas famílias beneficiárias um desconto na conta de luz, são 3.868 famílias incluídas (Brasil, 2022).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, no município haviam 5.672 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação que precisavam ter a frequência escolar acompanhada no quinto período (out/nov) de 2019. Cujo acompanhamento resultou em 96,03%, portanto acima do resultado nacional que é de 93,07%. Nesse sentido, o PBF possibilitou 96,03% de crianças e adolescentes bernardenses o acesso à educação, que talvez sem o benefício cairiam nas amarras do trabalho infantil para complementar a renda familiar.

Quanto ao acompanhamento na área da saúde, 10.371 beneficiários (as) tinham perfil para o acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2021. O município conseguiu um acompanhamento de 83,61%. Isto é, 13,83% a mais da média nacional (Brasil, 2022).

No que tange a distribuição das famílias beneficiárias por área urbana ou rural. A maior parte destas estão na área rural do município, cerca de 54%, contrapondo - se aos dados nacionais do PBF em 2013, em que 73,3% dos domicílios eram localizados na área urbana (Silva, Lima, 2014). Entretanto as mesmas autoras alertavam que o Nordeste era a região com

o maior número de beneficiários campestres e com menores taxas de urbanização. Utiliza-se esses dados comparativos, diante da ausência na atualidade de dados nacionais sobre esse aspecto. Dos povoados com o maior número de beneficiários está o Coqueiro com 309 beneficiários (CRAS, 2022), mas que também é o maior povoado do município com 935 residentes, segundo o Censo de 2010. O povoado com o menor número de beneficiários é Madeira Cortada com 4 beneficiários (não foi possível averiguar o número de residentes do povoado, pois este não aparece no Censo de 2010).

4. Mães beneficiárias: itinerários e variedades de pontos de vista sobre o programa

Nesse tópico é descrito quem são os nossos informantes do segundo grupo, os responsáveis pelos alunos e/benefício assim como o percurso escolar de cada um deles. É uma parte muito importante que auxilia na compreensão das vozes dos mesmos ao relatarem as suas percepções acerca dos programas. Optamos então por combinar o exame dos seus perfis, intercaladas com falas registradas nas entrevistas que realizamos.

Dona Ana: O trabalho infantil e o abandono dos estudos

Dona Ana tem 38 anos, se autodenomina como parda e abandonou os estudos aos 14 anos, quando cursava a 5ª série. O histórico familiar anterior ainda é mais precário nesse sentido, pois a mãe também parou ainda no ensino fundamental, na 3ª série, e o pai é analfabeto. Ao ser questionada acerca de seus irmãos, a realidade também não foi diferente, todos os três irmãos não terminaram sequer o ensino fundamental menor. Esse percurso escolar da família de dona Ana é muito similar das demais famílias que foram investigadas, assim como de muitas famílias Brasileiras que antes do surgimento das políticas de transferências de renda e de outras políticas sociais não tinham como manter os seus filhos na escola, forçados pela miséria, enviava-os para o trabalho infantil.

Dona Ana afirma que teve que abandonar os estudos para se tornar babá no próprio município, aliás ressalta que esse foi o seu primeiro emprego. “Eu tinha 10 anos (risos), eu acho, aos 17 que me casei, muito antes de casar, eu já tinha parado de estudar” (Ana, 2022). Ao ser questionada sobre qual profissão gostaria de exercer na atualidade, caso tivesse o poder de escolher, a mesma disse que nunca havia parado para pensar em exercer outra função que

não fosse a que exerce na atualidade, doméstica/diarista e lavradora. Mas a resposta de dona Ana não quer dizer que ela ama ser diarista, até porque em outros momentos ela deixa nítido quanto ao objetivo de exercer tal função: complemento da renda, já que o marido não conseguiu um emprego formal desde que voltaram de Goiás em 2020. Mas a falta de perspectiva de dona Ana denota como a pobreza extrema “limita a possibilidade e a vontade de construir projetos ambiciosos” (Paugam, 2002. p. 241).

Dona Ana é casada e tem três filhos, duas meninas e um menino, todos adolescentes e jovens entre 17- 20 anos, dois já concluíram o Ensino Básico. A filha de 18 anos que já terminou o ensino médio, estava fazendo o curso técnico de enfermagem, mas infelizmente a instituição acabou fechando o curso por não ter uma quantidade relevante de alunos. O filho mais velho de 20 anos, atualmente está morando em São Luís com a sua tia. Ressalta que como o filho já terminou o ensino médio foi para a capital para ver se consegue algum emprego e dar continuidade nos estudos. Aliás esse é um dos sonhos de dona Ana, “se tivesse como, eu queria morar no lugar melhor que oferecesse mais oportunidade de estudo e emprego para eles (filhos)”. Portanto, se por um lado, a destinatária não tem projetos ambiciosos para si, não é o mesmo em relação aos filhos, pelo contrário, denota-se uma preocupação em relação ao futuro dos filhos.

Dona Ana afirma que sempre morou nas comunidades rurais do município, mas que em 2017 teve a experiência de morar numa cidade de Goiás durante três anos e que só vieram embora, porque o marido estava muito preocupado com a saúde dos pais idosos, reiterando que enquanto os pais forem vivos não irão se aventurar em outras cidades. Porém, destaca que era muito feliz, “era muito bom morar em Goiás”, pois o marido ganhava razoavelmente bem como pedreiro numa firma registrada, com carteira assinada, inclusive o PBF foi suspenso enquanto moravam lá em decorrência da renda ser superior ao estipulado para permanecer no programa. É importante mencionar que na fala de dona Ana e sua filha acerca do período que passaram em Goiás é sempre de muita empolgação, referindo sempre como um período de muita prosperidade, pois o marido ganhava razoavelmente bem e ela também fazia alguns bicos como diarista. Portanto, essa experiência com o mundo regular do trabalho do seu cônjuge, aliada a um salário melhor que outrora, criou uma visão muito positiva, de oportunidades, morar em grandes centros urbanos, que, por sua vez, difere da visão de outras entrevistadas. Assim como desmitifica que as famílias preferem receber as políticas de

transferência de renda ao invés de um trabalho regulamentado.

A entrevista de dona Ana aconteceu na casa da mãe dela, na área urbana do município, pois como se tratava de um período chuvoso, em nossas conversas pelo Whatsapp, ela esclareceu que eu não conseguiria chegar em sua casa, em decorrência da estrada precária. E como ela trabalha em duas casas distintas na cidade, suas filhas sempre ficam com a sua mãe até ela retornar do serviço. Vi a sua mãe de forma distante, já que não saiu da cozinha, pois estava tratando peixe. Quando estava no meio da entrevista, o marido de dona Ana chegou, vindo de um serviço como pedreiro, com sudorese, mas muito alegre, tirando diversas brincadeiras com uma outra filha e sobrinha que estavam na cozinha com a avó.

Dona Ana é uma das entrevistadas que mais tenho contato, por ter o mesmo pertencimento religioso que a pesquisadora, (evangélica, membra da Assembleia de Deus) inclusive foi no templo religioso, que a encontrei pela primeira vez, falei da pesquisa e tentei pegar o seu contato para marcar o encontro, que não foi possível naquele momento porque ela não recordava do número de celular. Mas que foi facilitada por eu conhecer a cunhada dela que prontamente me passou o número do marido dela. Quando a entrevistei, ela não estava participando ativamente dos cultos religiosos porque se congregava na área urbana, e por estar em períodos chuvosos, a estrada ficava muito perigosa e de difícil acesso, especialmente a noite. Mas na atualidade, mudou-se para outra comunidade rural, mais distante da área urbana, porque ela, o marido e conseqüentemente as filhas estão trabalhando como missionários, morando numa casa missionária, ao lado de um templo religioso. Por isso, estão bem mais ativos na instituição religiosa, exercendo diferentes cargos que vão desde ao canto-professores de EBD, e contam com uma renda-extra paga pela instituição.

Dona Ana recebe o PBF desde 2004, quando o seu filho mais velho tinha dois anos de idade. Sua percepção acerca dos programas de transferência de renda é vista como uma solução em tempos de crise, como um escape, uma dádiva:

Ah ser beneficiária é bom demais, uma maravilha, a gente tem aquele dinherin certo pra comprar os alimentos pros filhos, muitas vezes eles pedem, aí no momento a gente não tem, mas no dia de receber o dinheiro, a gente vai ali e compra, é uma benção (Ana, 2022).

A nossa outra entrevistada foi a Dona Beatriz. Houve uma dificuldade de manter um contato antes da entrevista, porque o aluno Bernardo não estava frequentando a escola e o número de celular deixado pelo mesmo, não funcionava. Nesse sentido, o primeiro contato foi realmente na casa de nossa entrevistada, sem aviso prévio, mas que foi facilitada por eu ser a professora de Sociologia do Bernardo, inclusive fomos muito bem recebidos por dona Beatriz ao falar que era da escola e que estava à procura do Bernardo tanto para entrevista, como para saber os motivos da ausência do mesmo na instituição de ensino. Mas infelizmente, ele não se encontrava, e no momento da entrevista dona Beatriz estava apenas com o seu filho mais novo, de 4 anos de idade assistindo televisão.

Dona Beatriz tem 43 anos, recebe o PBF desde 2004, se autodenomina como parda, católica e cursou até a 2ª série do Ensino Fundamental. Em relação a situação escolar de seus pais, dona Beatriz afirma “eles fizeram só a Carta de ABC, o pai da mamãe não deixava ela estudar porque queria mesmo é que ela trabalhasse na roça, ainda leu a Carta de ABC”. A fala de dona Beatriz nos revela o quanto muitos sujeitos das gerações anteriores que dependiam exclusivamente da lavoura não viam a educação como uma porta de saída da precariedade ou como um direito de cidadania, mas como um destino/direito dos ricos, dos que não tinham o que fazer, já que não conseguiam manter os filhos no sistema educacional, diante do contexto de extrema miséria. Sendo esse tipo de pensamento moldado pela presença de um programa de transferência de renda condicionado aliado a outras políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

Dona Beatriz se casou um pouco mais jovem que dona Ana, aos 15 anos e atualmente tem 11 filhos com idades entre 04-25 anos. É a família mais extensa entrevistada nesta pesquisa, assim como a mais visível em relação as carências e as consequências nefastas da pobreza extrema. Dos cinco filhos acima de 18 anos, apenas dois terminaram o Ensino Básico. Dona Beatriz denota preocupação por Bernardo não ir à escola, e reafirma diversas vezes “de uns tempos pra cá, ele só quer viver no quarto, não quer sair pra nada, por isso estamos levando ele para se consultar no psicólogo, porque parece que ele está com depressão”. Bernardo é o mais novo filho de dona Beatriz a abandonar os estudos, pois não foi mais a escola.

Dona Beatriz denota muita preocupação tanto com o Bernardo quanto em relação a

saúde de seu marido, que segundo ela, se encontra com um problema na pele de tanta exposição ao sol como lavrador. Explicou que ela e o marido sempre trabalharam na lavoura desde criança, e quando casaram continuaram exercendo a função, aliada a criação dos filhos. O casal sempre viveu na comunidade rural. Ao ser questionada acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres no PBF/PAB, dona Beatriz deu muitas gargalhadas, demonstrando muita satisfação: “eu achei muito bom porque as mulheres assim entendem né, rá sabe né, quando vai pegar, quando vai tirar, já sabe o que precisa rá pá comprar e aí dar certo”.

Entretanto ao ser questionada se na casa dela mudaria o destino dos recursos, caso fosse o marido que recebesse, dona Beatriz, reitera: “no meu caso, acho que não porque ele também é controlado, fazia a mesma coisa também (risos)”. O controlado de dona Beatriz, significava que o seu marido, quando pode sempre compra o necessário para o sustento da família e que não é viciado em bebidas alcoólicas. Porém essa última percepção não é a mesma das demais entrevistadas. Por exemplo, na percepção de dona Ana “(risos) aí num é discriminando os homens, não, mas acho que as mulheres tem mais assim controle”. Portanto, na casa dela, o destino do recurso seria sim mudado, caso fosse o seu cônjuge que recebesse, embora ele não faça uso de bebidas alcoólicas.

Dona Carla e a titularidade dos cartões nas mãos das mulheres

A terceira entrevistada e responsável pela titularidade do cartão do PBF/PAB tem uma realidade peculiar em relação as demais, porque além do seu marido estar viajando para São Paulo, trabalhando numa firma (porém não quis dar detalhes em qual função ele trabalhava), afirmou que ele estava voltando nos próximos dias. Entretanto, ao ser questionada acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres ao invés dos homens, ela é bem incisiva: “porque as mulheres assumem tudo mesmo dentro de casa, aí tem que ser no nome delas, porque elas que sabem o que falta e o quê que não falta, os homens (risos) não pensam muito nessa área”. E ao ser questionada se na casa dela mudaria o destino, caso fosse o seu cônjuge que recebesse, respondeu dando muitas gargalhadas: “(risos) ah acho que sim, no caminho gastaria logo a metade (risos)”. Essa resposta da entrevistada, assemelha-se as respostas dadas por boa parte das pesquisadas dos trabalhos de Rêgo e Pinzani (2014). Segundo as autoras essa questão da titularidade dos cartões era percebida positivamente, pois

consideravam as mulheres como “melhores gestoras da economia doméstica e de que seus maridos normalmente são incapazes de fazer compras adequadas às necessidades familiares ou gastariam o dinheiro em bebidas (Idem, 2014 p.200).

Dona Carla tem de 37 anos, autodenomina-se como parda, é evangélica da Assembleia de Deus e cursou até o 9º ano do Ensino Fundamental. Sempre morou em comunidades rurais, trabalhando como doméstica e lavradora desde os 10 anos. Casou-se aos 18 anos e tem três filhas com idades entre 16-19 anos. A filha mais velha, no dia da entrevista, estava arrumando as malas e se despedindo de familiares e amigos, pois viajaria no dia seguinte para o Estado de Goiás, havia recebido uma proposta de emprego de uma amiga da escola, que também era da mesma comunidade rural, mas estava trabalhando em Goiás desde o início do ano. Algo que é muito recorrente nessas comunidades rurais, ao terminarem o ensino básico, muitos jovens se veem obrigados a deixar suas comunidades em busca de maiores oportunidades empregatícias. Inclusive uma das dificuldades em morar em comunidades rurais, ressaltadas por dona Carla é, que os serviços são sempre árduos, relacionados a lavoura: “os trabalhos são sempre braçais, no sol né, é difícil encontrar outro emprego (Carla, 2022).

Portanto, ao ser questionada sobre a ida da filha mais velha para um outro Estado, dona Carla argumenta: “ela quer ir, a gente não tem o suficiente pra manter ela aqui, mas quando ela for, o pai dela volta, não quer deixar eu sozinha com as meninas (risos), ele já tá voltando”. Vale ressaltar, que é muito recorrente nessas comunidades rurais, a migração dos cônjuges masculinos em busca de emprego para outros estados como Goiás, São Paulo, Paraná e Pará entre outros estados, tendo como principais funções exercidas por eles na atualidade, servente de pedreiro e pedreiro. Entretanto também tem crescido, embora com menos intensidade, homens em busca de trabalho nos garimpos.

Na entrevista, dona Carla manifestou interesse em retornar aos estudos, já que o Ensino Médio está sendo ofertado em sua comunidade rural, “talvez eu volte a estudar nos próximos anos, ai termino o ensino médio (risos)”.

Dona Danielle: de babá à pedagoga

Por sua vez, a quarta beneficiária entrevistada tem um percurso escolar distinto das demais, dona Danielle tem 36 anos, se autodenomina como preta, não é adepta a nenhuma religião e terminou recentemente a graduação em Pedagogia numa instituição privada.

Inclusive um de seus projetos é exercer a função como professora de educação infantil.

A entrevista foi realizada no final da tarde de uma sexta-feira, marcada antecipadamente por Whatsapp, contudo foi adiada algumas vezes em decorrência da precariedade da estrada, que estava inviável no período chuvoso, principalmente em decorrência da construção de algumas boeiras no povoado. Entretanto foi uma das entrevistadas mais fáceis de contatar, por quatro razões, além de ser professora do filho de Dona Danielle, somos colegas de turma do Ensino Básico, moramos em povoados bem próximos uma da outra e indubitavelmente por a entrevistada ter alguma familiaridade com pesquisa na graduação, portanto em nenhum momento mostrava desconfiada ou achava que se tratava de uma fiscalização do CRAS, como as demais.

A história de vida de dona Danielle em relação ao mundo do trabalho, assemelha-se das demais entrevistadas. Pois afirma que o seu primeiro emprego também foi como babá aos 13 anos de idade, e tornou-se mãe solteira aos 16 anos. Entretanto, nesse último momento, a sua mãe já exercia a função de serviços gerais na instituição de ensino que ofertava o ensino básico, o que possibilitou continuar os estudos, obtendo tanto o apoio emocional como o financeiro de sua mãe.

Dona Danielle mora no povoado desde 2009, quando foi morar com o seu cônjuge e possui três filhos entre 3-17 anos de idade. Mas, apenas mudou-se de povoado, sendo oriunda de um outro povoado mais próximo da área urbana, inclusive morou na cidade do município quando exerceu a função de babá. Seu cônjuge é efetivo em serviços gerais no município, o que possibilita uma vida menos onerosa que as demais entrevistadas. Pois, dona Danielle afirma que o responsável pelas compras e pagamentos é o seu cônjuge. Mediante isso, ela ressalta que não mudaria o destino dos recursos, caso fosse ele que recebesse os programas de transferência de renda. Entretanto ressalta a relevância dela receber esse dinheiro advindo dos programas, já que não possui uma renda fixa, “sem esses programas a vida seria muito ruim, pois não teria como eu comprar as coisas para eles (filhos)” (Danielle, 2022).

Tendo como referência os questionamentos empregados por Rego e Pizanni (2014), uma das questões empregadas em todas as entrevistas era se os programas de transferência de renda era um favor do governo ou um direito do cidadão, Dona Danielle com toda a sua eloquência respondeu: “eu acho que é um direito, porque eu vejo assim, as coisas estão muito caras, querendo ou não, os nossos impostos geram esse dinheiro, trazendo um pouquinho do

que a gente paga de imposto”. Portanto, percebe-se que dona Danielle entende os programas, como PBF/PAB, como um direito e não um favor. Coadunando com todas as percepções das demais entrevistadas, que também disseram ser um direito, embora algumas não explicitando exatamente os motivos.

Dona Esmeralda: o empreendedorismo, o PBF no contexto de mãe-solo e o “milagre”

A quinta e última entrevistada é dona Esmeralda, de 38 anos, uma mulher elegante, com o dom da eloquência, que se encontrava com dificuldades para andar, em decorrência de estar recém-operada, pois retirou os ovários. Autodenomina-se como parda, católica, pais lavradores e cursou até a 6ª série. Advém de uma família bem extensa, 9 irmãos, destes apenas um conseguiu terminar o ensino básico. Destaca como principais atividades exercidas por ela, a de vendedora de roupas e raspagem de mandioca, desde os 12/13 anos, sem nenhuma perspectiva de exercer outra atividade que não esteja aliada a vendas ou lavoura.

Entretanto destaca em lágrimas que tinha uma filha muito esforçada, que cursava o ensino superior, mas que morreu ano passado, aos 22 anos, com complicações de Lúpus, uma doença autoimune que foi diagnosticada quando a filha ainda era criança. Nesse sentido, a entrevista de dona Esmeralda foi uma das mais difíceis de fazer, pois estava diante de uma mulher que havia passado recentemente pelo impacto de uma perda irreparável, além da cirurgia.

Dona Esmeralda possui mais três filhos entre 18-21 anos de idade, dois meninos e uma menina. O mais velho terminou o ensino básico, o de 20 anos não concluiu o ensino médio, e a mais nova cursa o último ano do ensino médio. A entrevistada não mora com o pai dos filhos, que a abandonou quando os filhos ainda eram crianças. Portanto, ela destaca as dificuldades de criar quatro filhos sozinha, e a importância dos programas de transferência de renda nesse processo, que em decorrência da idade dos filhos, antecede ao PBF, pois afirma que recebe desde o ano 2001. Dona Esmeralda relata:

Eu tinha o terceiro menino, já, ave era pouco, mas se tornava tão bom, mermã o José tinha um comerciazinho, e a gente ia, eu pegava uma bicicletinha velha e me mandava, vinha com tanta sacolinha pendurada com as coisinhas, era tão bom, hoje a gente recebe 400 reais e nem se compra o que a gente comprava antes (Esmeralda, 2022).

O “milagre” que conseguiam fazer no início dos programas de transferência de renda

ao fazerem as compras, é algo recorrente nas falas de algumas das entrevistadas. O que nos faz entender o quanto é importante está aliado aos programas de transferência de renda, as políticas de preço relacionadas aos alimentos e serviços básicos, pois com a inflação em alta, embora o valor seja superior ao que era dado anteriormente, o poder de compras ainda é inferior para a manutenção familiar. Entretanto, quando se analisa os dados disponibilizados pelo DIEESE (2022), em relação ao nº de cestas básicas que o salário-mínimo podia comprar entre 1995-2021, obtém os seguintes resultados: no ano de 2021 a quantidade de cestas básicas é superior, em relação aos anos que remetem a criação do Bolsa Escola lembrado por dona Esmeralda, e do próprio PBF. Eis, portanto um questionamento: o que gerou essa sensação em algumas das responsáveis pelos benefícios, que a primeira vez que receberam o programa de transferência de renda podiam comprar mais elementos do que agora, embora atualmente recebam um valor superior?

Não sabemos ao certo, mas uma das alternativas talvez seja o impacto tão profundo dessas políticas de transferência de renda, no contexto de pobreza extrema vivenciadas por essas mulheres, que pela primeira vez estavam indo as redes de comércios para comprar várias sacolinhas de elementos básicos para a sua sobrevivência, conscientes que não era algo esporádico, mas uma realidade mensal, algo impensável na condição anterior. Portanto o antes e o depois de se tornarem beneficiária tem um efeito moral ainda maior, imbuídos de valores simbólicos do que ser beneficiária, e continuar beneficiária, entretanto recebendo um valor superior.

Atualmente, dona Esmeralda tem um companheiro, que no momento da entrevista demonstrava muito atencioso com ela, sempre dando água/suco para hidratá-la, já que a mesma não andava com facilidade, como ressaltado em parágrafos anteriores. Inclusive, a entrevistada ressalta a relevância do companheiro no auxílio das atividades domésticas e também nas despesas com os seus serviços autônomos, assim como o auxílio de seus pais e familiares que moram ao lado, portanto evidenciando as redes de solidariedades e a riqueza dessas relações sociais em meio a pobreza material.

5. Semelhanças e complementaridades nos olhares de mulheres beneficiárias.

Ao serem questionados acerca de suas condições na atualidade como beneficiários do PAB, as mães responsáveis que participaram das entrevistas destacaram como uma condição boa e satisfatória. Na prática, as chefes de famílias sempre faziam um comparativo com a sua condição anterior, “está melhor do que era” (Beatriz, 2022). Essa percepção de uma vida mais preferível que o passado, é também ressaltada nos depoimentos das mulheres investigadas por Rego e Pinzani (2014 p.123), quando são questionadas acerca do que mudou em suas vidas após o ingresso no PBF, “Acho ótimo, ótimo, porque se não fosse o Bolsa Família, eu não sei o que seria da família pobre”. Assim como entre as quebradeiras de coco dos estudos de Ahlert (2013 p.79), que veem a sua condição atual como “uma possibilidade de comprar itens de consumo que seus filhos necessitam, assim como dar-lhes um pouco de ‘luxo’”.

Em relação ao que achavam acerca dos programas de transferência de renda, se um favor do governo ou um direito do cidadão, 100% das mães investigadas, ressaltaram ser um direito. Dona Danielle, resalta que o dinheiro advém dos impostos, portanto é um direito da população que mais precisa, receber esse retorno financeiro. Dona Ana destaca, “eu acho que é um direito nosso, porque nós votamos neles, nós botamos eles lá, então eu acho que em compensação nós pobres temos o direito de receber algo do governo”. Por sua vez, Aninha destaca “eu acho que é um direito porque, tipo, como eles estão governando, como eles estão mais na alta, eu acho que eles deveriam dar uma ajuda para quem necessita mais”. Sei que o número de investigados é bem menor do que os da pesquisa de Rego e Pinzani (2014), cujos 75% afirmaram ser um favor do governo. Mas, percebe-se um alinhamento na maioria dos investigados que as políticas de transferência de renda é um direito do cidadão, que em contexto de vulnerabilidade social deve receber um auxílio estatal para sua autonomia básica (Rego, Pinzani, 2014).

Ao serem questionadas acerca da preferência da titularidade dos cartões serem as mulheres ao invés dos homens, as mães afirmaram que concordam com tal ação. Pois, em outras palavras, ressaltam que as mulheres têm mais responsabilidade, conhecimento das prioridades que estão faltando na casa, cuidado. Aliás, vale ressaltar os risos e felicidades dessas mulheres nesse questionamento sobre as titularidades, todas demonstraram muita satisfação em ter um cartão com o seu próprio nome. Essa mesma situação é destacada na dissertação de Livia Maria de Paula Abreu do Amaral intitulada de “*Um incentivo a mais para mandar os filhos para a escola: apreensão da condicionalidade da educação em famílias beneficiárias do*

Bolsa Família no conjunto São Miguel” que também entrevista cinco famílias beneficiárias de um bairro urbano do Ceará, e percebe a afeição e os valores simbólicos imbuídos nessas mulheres. Pois, com a chegada do PBF, “as cinco mães/cônjuges deixaram de ser apenas as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos e passaram a representar suas famílias como Responsáveis Legais (RL) junto ao programa, e a deter o poder aquisitivo recebido mensalmente” (Amaral, 2015 p.47).

Com o intuito de continuar percebendo os significados dados por essas famílias a esses tipos de programas, também foi questionado se essas políticas de transferência de renda ajudavam em suas vidas e em qual sentido. Todas as mães afirmaram que sim, destacando alguns exemplos. Inclusive algumas das percepções das mães estão presentes no tópico de apresentação delas. Sobre o questionamento, Aninha destaca, por exemplo, que “ajuda demais, é uma ajuda, tipo, que a gente não consegue comprar com o dinheiro do serviço da gente, aí tem essa ajuda que a gente pode juntar e pagar alguma coisa, alguma conta”.

Outra questão lançada para as mulheres entrevistadas era se conseguiam imaginar como seria a vida deles se não existissem esses programas. A essa questão, todas elas deram respostas bem similares: “era bem mais precária. Dona Danielle argumenta “seria bem difícil porque como era que eu ia comprar as coisas para ele?”. Denotando a relevância dos programas para a subsistência dos filhos. Dona Esmeralda relembra o seu passado difícil, mas aliviado pela existência do PBF: “acho que era muito fraquejado, porque no período que eu passei só, que eu separei (2005), ah se não fosse esses benefícios, se não fosse o Bolsa Família fia... mesmo que naquela época era pouco, tinha sido bem pior”.

Vale salientar que esse depoimento de dona Esmeralda é muito ilustrativo, pois ressalta os múltiplos significados do PBF na vida de mulheres pobres ou extremamente pobres que são mães-solteiras ou divorciadas. Pois, diante da responsabilidade de criarem os filhos solitariamente, encontram nessas políticas de transferência de renda a possibilidade de uma segurança mínima em garantir alimentação ou outras despesas necessárias para o sustento dos filhos. Inclusive, Rêgo e Pinzani (2014 p.202) observam em seu trabalho, que “o recebimento de uma renda regular monetária permitiu a algumas mulheres saírem de casamentos difíceis, com isso alcançando maior liberdade individual”.

Ao serem questionados sobre as sugestões que elas poderiam indicar para os formuladores das políticas de transferência de renda, caso tivessem a oportunidade de indicar

uma proposta, 80% das mães entrevistadas ressaltaram que além do aumento, outras propostas relacionadas a educação, saúde, asfalto nas ruas, ou seja, outras práticas que julgam importantes para uma vida mais digna. Eis algumas falas descritas: “Eu queria que tivesse um posto de saúde, aumentassem a escola porque só tem uma sala. E queria também era uma igreja”, afirma dona Beatriz. Que é consoante a opinião de dona Esmeralda em relação a área da educação, que diz “um colégio que existisse mais estrutura de ensino para os filhos da gente, aqui é precário. Vai para São Bernardo, sai 5:30 da manhã, chega 2 horas da tarde. E quando o carro dar prego?”. Portanto, percebe-se que essas famílias enxergam tanto a importância na melhoria na renda monetária, quanto a necessidade de outras melhorias que contribuam para o bem-estar de suas vidas e das comunidades em seu entorno. Pois a pobreza para essas famílias investigadas “tem uma trajetória que está imersa não somente na falta de poder aquisitivo, mas nas múltiplas ausências, como saneamento básico, lazer, cultura...” (Amaral, 2015 p.44).

Por outro lado, 60% das mães investigadas afirmaram que gostariam de criar e manter os seus próprios filhos no local em que moram na atualidade, desde que tivessem melhores condições materiais e empregos. “Eu vejo assim, hoje do jeito que tá lá fora, aqui se eu tivesse como criar e manter eles aqui, era aqui. Porque lá fora, eu acho que é mais perigoso tudo. Então se eu tivesse condição, eu não deixaria meu filho sair daqui” (Danielle, 2022). As pesquisadas sabem exatamente o que gostariam para as suas famílias, porém se veem impedidas pelas privações socioeconômicas e culturais (Oliveira et al, 2018). Pois, segundo Euseby (apud Oliveira et al, 2018 p. 141) “a pobreza é uma situação intensiva, extensiva e duradoura de *não ter, não saber e de não poder*”.

Por fim, procuramos saber se essas mulheres sofreram algum preconceito por receberem o PBF/PAB. Todas as investigadas titulares do programa responderam com muita firmeza não sentir nenhuma forma de preconceito, pelo contrário, “é uma benção”, ressalta dona Ana. Nesse sentido, é necessário um olhar atento para o cotidiano desses sujeitos se quisermos compreender os motivos dessas pessoas afirmarem que nunca sofreram preconceito por serem beneficiárias, embora estudos apontem uma série de estereótipos no imaginário social, perceptíveis em diferentes ambientes sociais relacionados aos destinatários dos programas de transferência de renda (Rêgo, Pinzani, 2014; Amaral, 2015).

Segundo Erving Goffman (2004), as expectativas normativas dependem dos ambientes

sociais. Isto é, dependendo do âmbito de vivência do sujeito, há diferentes formas de exigências acerca daquilo que é esperado em sua forma física, ocupação, renda, crença entre outros atributos considerados comuns entre os membros daquele grupo social, aos que fogem dessa imputação, resta-lhes a depreciação, o estigma. Portanto, para entendermos os motivos dos beneficiários investigados não sentirem nenhuma forma de descrédito por receberem tais políticas públicas, deve-se ao fato de seus próprios locais de vivências serem permeados por sujeitos que também são recebedores dessas políticas, que compartilham muitas de suas vulnerabilidades sociais, como ficou esclarecido ao ser caracterizado os diferentes povoados. Tornando-se um atributo positivo e muito comum o fato de “ser beneficiário” nas comunidades em pauta, mesmo quando tais rendimentos possam ser considerados insuficientes, condensam possibilidades reconhecidamente importantes para uma vida menos onerosa, bem como carregam em germe uma certa leitura sobre o próprio papel do Estado.

6. Referências Bibliográficas

AGENCIA SENADO, 2018. Municípios do Baixo Parnaíba poderão ser incluídos na região do Semiárido nordestino. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaiba-poderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

AHLERT, M. . A '**precisão**' e o **luxo**: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *Política & Trabalho (Online)*, v. 38, p. 69-86, 2013.

AMARAL, Livia Maria de Paula Abreu do. “**Um incentivo a mais pra mandar os filhos pra escola**” : apreensões da condicionalidade da educação em famílias beneficiárias do Bolsa Família no Conjunto São Miguel. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero**: Uma História Brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

BEAUD, S. e WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2007. Primeira parte, a condução da Pesquisa.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7º ed. Petrópolis-RJ: Vozes 2008.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 3 volumes, Brasília, 2010.

BRASIL. Medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6157.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/411.htm>. Acesso em 06 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6491.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6917.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.447, de 1º de março de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7447.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 7.758, de 15 de junho de 2012. Disponível em <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7758.htm#:~:text=DECRETO%20N%207.758%2C%20DE%2015%20DE%20JUNHO%20DE%202012&text=Altera%20o%20Decreto%20n%205.209,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7758.htm#:~:text=DECRETO%20N%207.758%2C%20DE%2015%20DE%20JUNHO%20DE%202012&text=Altera%20o%20Decreto%20n%205.209,que%20lhe%20confere%20o%20art.)> Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/decreto/d8232.htm#:~:text=DECRET O%20N%C2%BA%208.232%2C%20DE%2030%20DE%20ABRIL%20DE%202014&text=Altera %20o%20Decreto%20n%C2%BA%205.209,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. O Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_sem_miseria/wwp/BSM_introducao_PORT.pdf. Acesso em 06 de junho de 2022.

_____. Secretária do Ministério de Desenvolvimento Social, 2017. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso em 06 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/decreto/d8794.htm#:~:text=DECRE TO%20N%C2%BA%208.794%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%202016&text=Alte ra%20o%20Decreto%20n%C2%BA%205.209,Mis%C3%A9ria%2C%20e%20d%C3%A1%20out ras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Ficha de Programa, 2017. Disponível em <<https://www.mds.gov.br/wp-content/uploads/02.-Programa-Bolsa-Familia-PBF-Ficha-de-Programa.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9396.htm>. Acesso em 03 de junho de 2022.

_____. Bolsa família atende mais de 13, 7 milhões de famílias em 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acesso em 16 de junho de 2022.

_____. Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.852-de-8-de-novembro-de-2021-357706502>>. Acesso 28/02/2022.

_____. **Ministério da Cidadania-Secretaria Nacional de Renda e Cidadania**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

_____. Medida Provisória lei nº13.982, de 2 de abril de 2020. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03-ato2019-2020/lei/l13982.htm>>. Acesso em 23 de novembro de 2020.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília : Ipea, 2014.

COSTA, Delaine M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres**. IBASE/REDES/FINEP, 2008. Disponível em: <<http://www.ipe-undp.org>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. ERA-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfj9kvjC8VSgTsh/?lang=pt>>. Acesso em 02 de maio de 2022.

DIEESE, 2022. Brasil: Indicadores socioeconômicos selecionados, séries históricas de 1995-2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/sinteseindicadores/2022/indicadoresSocioeconomicosSeriesHistoricas.html>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. IN BARROS, M. L. (org). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (p. 49-69).

FERNANDES, Florestan. (1964). **A integração do negro na sociedade de classes**. Universidade de São Paulo. Editora Anhembi. Vol.I e II.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. Cap. VI – A Observação Participante.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2ed São Paulo: Atlas, 2011.

PAUGAN, Serge. **Abordagem sociológica da exclusão**. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATIA,.; KOWARICK, L. (Ed.).O debate com Serge Paugan. Por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: EDUC, 1999, p. 50-62.

PAUGAN, Serge. A sociedade francesa e seus pobres. 2002.

PEIXOTO, Socorro Lécia F. **Pobreza no Brasil: Cenários e desafios contemporâneos**. In FAC em Revista. Fortaleza, 2011.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Domingos Leão. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013. 248p.

_____. **Liberdade, dinheiro e autonomia**. O caso da Bolsa Família. Política & Trabalho (UFPB. Impresso), v. 38, p. 21-42, 2013.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução por Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Isabella Vitral. Percepções das titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida. Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ, 2009. Rio de Janeiro: s.n., 2010. Disponível em: https://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25733_pintoivm.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACCOL, Ana Paula. **A concepção de Estado no pensamento de Durkheim: lições de Sociologia**. Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 9 – n. 1– janeiro-julho/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2012v9n1p96>. Acesso em: 15/07/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Lindenberg da Silva. **Pobreza e Educação: repercussão do Programa Bolsa Família na trajetória escolar de famílias beneficiárias em Manari/PE**. Recife, 2020. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós Graduação em Educação, 2020. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/38889/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Lindenberg%20da%20Silva%20Santos.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2021.

SARTI, Cynthia Andersin. **A família com espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. Tese de Doutorado Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/107_sarti_cynthia_termo.pdf. Acesso em 05 de julho de 2022.

SELLA, Carlos Eduardo. **Carnaval revolucionário: Max Weber e a Revolução de Novembro (1918-1919) na Alemanha**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (30) Sep-Dec 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220193005>. Acesso em: 27/07/2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade Brasileira** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, LIMA, Valéria Ferreira Santos de Alamada. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

YASBEK, Maria Carmelita. **O Programa Fome Zero no contexto das Políticas Sociais**

Brasileiras. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. Disponível em:

<https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1524/YY2014MM2DD26HH11MM45SS46-material%20monica%20arouca.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2022.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. **Programas Sociais no Brasil:** um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste Brasileiro. Caderno CrH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, Jan./Abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100010>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.



EMPREENDEDORISMO FEMININO E EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE AJUDA MÚTUA EM CABO VERDE

Tatiana Raquel Reis Silva⁵⁰

No final do século XX, a inserção feminina no mundo do trabalho significou um passo importante para o estabelecimento de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. No entanto, observamos a emergência de novas formas de desigualdade, que acabaram por restringir a presença feminina as atividades de baixo prestígio e menor remuneração.

Kate Purcell (2004) assinala que embora tenha ocorrido nos últimos anos uma significativa absorção da mão de obra feminina, é perceptível a deterioração na qualidade de trabalho, muitas vezes chegando à exploração sem nenhuma perspectiva de crescimento, como é o caso dos empregos de baixa qualificação e remuneração. De acordo com Costa (2012), a autonomia econômica das mulheres deve ser analisada sob diferentes perspectivas, como a do desenvolvimento social, geração de trabalho e renda, assistência social e erradicação da pobreza.

Frente a necessidade de afirmação de direitos, sobretudo em relação a igualdade de gênero no mercado de trabalho, o ingresso de mulheres em redes de negócio e a inserção em associações de ajuda mútua, tem garantido a emancipação econômica de muitas delas. Em vários países do continente africano os investimentos no empreendedorismo feminino constituem uma medida importante na luta contra a pobreza e fortalecimento dos agregados familiares, este é o caso de Moçambique,

⁵⁰ Doutora em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA), professora da Universidade Estadual do Maranhão (DHG/UEMA) e vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST/UEMA). E-mail: tatianaraquel.reis@gmail.com.

Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, dentre outros⁵¹.

No que refere a realidade cabo-verdiana, o comércio desenvolvido em ruas, feiras e mercados, constitui umas das principais formas de remuneração e inserção feminina no mercado de trabalho. Além de garantir emprego e renda a um número significativo de mulheres-mães-solteiras, este tipo de atividade constitui um dos principais sustentáculos econômico do país. As rabidantes⁵², como são denominadas as mulheres que desenvolvem este tipo de atividade, são responsáveis pela comercialização de uma diversidade de produtos, desde gêneros alimentícios até roupas, calçados e lingerie.

Dessa forma, cabe analisar como mulheres com baixa escolaridade, chefes de família e que sem maiores qualificações para inserção no mercado formal de trabalho, se voltam para essa atividade e conseguem garantir o sustento da família e educação dos filhos. Como será possível observar, este ato de empreender tem contribuído para reduzir a pobreza entre os grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica, especialmente nos países onde as hierarquias de gênero se fazem presente.

Empreendedorismo feminino em África

O ato de empreender é uma qualidade de quem realiza ações com o objetivo de desenvolver e dinamizar a oferta de serviços e produtos. Grosso (2012) ressalta que o termo não se refere exclusivamente a um empresário. Apesar da relação automática entre empreendedor e empresário, o (a) empreendedor (a) pode ser aquele (a) que cria um negócio, uma empresa onde produz/disponibiliza um novo produto/serviço, mas também alguém que é proativa, dinâmico, tem iniciativa própria e apresenta ideias inovadoras. Neste sentido, um empresário pode ser considerado um empreendedor,

51 Sobre a relação entre empreendedorismo, empoderamento e mulheres em Moçambique, ver Casimiro e Souto (2010); em Angola, ver Santos (2008); em Guiné-Bissau, ver Gomes (2012); em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ver Espírito Santo (2011).

52 *Rabidanti* é um termo em língua cabo-verdiana bastante utilizado para denominar pessoas que o dom de convencer o outro. Rabidar a vida é sobretudo uma forma de dar conta da vida, de vencer as situações adversas que a vida lhe impõe.

assim como o servidor de uma fábrica, um funcionário público. Isto porque empreendedorismo pode ser empresarial ou até mesmo social.

Em África a prática empresarial tem uma base histórica e marcou as formas de estruturação dos antigos impérios da costa ocidental africana que estavam organizados a partir de uma complexa rede de comércio transfronteiriço, com importantes deslocamentos através do Saara e das regiões costeiras. Essa realidade começou a mudar durante a colonização, com a ocupação e controle das terras férteis por parte da administração colonial, relegando aos agricultores locais a pequena produção de subsistência. É somente no período pós-colonial que observamos o ressurgimento do empresariado africano.

Ifi Amadiune (1997), ressalta que haviam mulheres dominantes nos espaços políticos que estavam estruturados a partir de complexas relações econômicas e sociais com outros sistemas políticos africanos centralizados. A liderança feminina também se estendia a toda comunidade resultando em graus variados de organizações formais e informais de mulheres. A maioria das sociedades africanas detinha entidades femininas que controlavam ou organizavam o trabalho agrícola, o comércio e os mercados.

A autora identifica a matricentralidade como um importante sistema social, político e econômico existente nas sociedades africanas, em que as mulheres controlavam as atividades agrícolas, religiosas e comerciais. Este sistema não era igual ao patriarcado, mas ambos conviviam compartilhando e cooperando no mesmo espaço social. A base fundamental do matriarcado era o agregado familiar e não a família, o que fez com que as mulheres detivessem uma proeminência nas estruturas sociais, tais como as organizações ligadas as atividades comerciais. Daí o fato de ter existido uma luta permanente para manter o controle dos mercados, a espinha dorsal da economia africana.

O lugar de importância reservado as atividades desenvolvidas em ruas, feiras e mercados se mantém em vários países africanos, além de constituir um dos principais

eixos de estruturação econômica também se apresenta como o maior absorvedor da mão de obra feminina. Em todo o continente existem mulheres que desenvolvem essa prática recebendo diferentes denominações, como é o caso das zungueiras e quitandeiras em Angola; das rabidantes em Cabo Verde, caso aqui analisado, das bideiras de Guiné Bissau; dos palaiês e candongueiros de São Tomé e Príncipe; das nana-benz no Benin, dentre outras. Tais atividades estão diretamente ligadas ao setor informal da economia que cresce de forma surpreendente e se destaca pela sua dinamicidade, capacidade de reconfiguração e potencial difusor.

Empreendedorismo feminino e experiências comunitárias de ajuda mútua: o caso das rabidantes cabo-verdianas

A partir da comercialização de produtos em ruas, feiras e mercados as rabidantes têm garantido o sustento da família e a educação dos filhos. São, em sua maioria, mães solteiras com idade entre 30 e 50 anos, grande parte delas possui índices educacionais muito baixo. De uma forma geral, a justificativa para inserção nessa atividade é a falta de qualificação para inserção no mercado formal de trabalho, mas não só.

A inserção e/ou permanência na rabidância se deve a diversos fatores que vão desde a necessidade financeira até elementos próprios da vivência dessas mulheres, como por exemplo, os espaços de socialização familiar que acabam por influenciar as escolhas individuais de muitas delas. Carla, 30 anos, assinala que tanto a tia quanto a sogra eram rabidantes e que desde muito cedo convive com essa realidade. Aqui é válido destacar o contexto familiar como influenciador neste processo: a tia vendia no Mercado de Sucupira⁵³; e a sogra, que também era uma rabidantes, emprestou dinheiro para que ela pudesse adquirir os produtos e montar o próprio negócio. De acordo com Armindo Espírito Santo (2001) empreende-se por necessidade ou por oportunidades,

⁵³ O Mercado de Sucupira é um dos principais pontos de comercialização das rabidantes cabo-verdianas, sobre este importante espaço de dinamização econômica, ver Silva (2015).

quer seja a partir de atividades preexistentes, que já foram desenvolvidas no âmbito doméstico, ou com as quais já se teve algum contato efetivo.

A inserção de Jônia, 32 anos, os espaços de socialização familiar como um fator de grande importância. Ela, ao ser questionada há quanto tempo atuava no Mercado de Sucupira, respondeu que praticamente nasceu no local devido ao fato de toda a sua infância, e adolescência, ter se passado naquele espaço. A mãe dela, uma importante comerciante da cidade, conseguiu contrair um patrimônio significativo e ainda hoje é lembrada como uma grande *rabidanti*.

Jônia revela ter morado durante alguns anos no Brasil⁵⁴ para cursar Administração em uma Faculdade particular no Rio de Janeiro, e recentemente voltou a Cabo Verde para dar continuidade a atividade desempenhada pela mãe. Diz que logo quando chegou ao país de origem procurou emprego na área de formação, mas como não conseguiu firmar vínculos com nenhuma empresa, acabou por assumir o controle da loja da mãe, onde vende cosméticos produtos para cabelo e sandálias havaianas.

Nem sempre é possível ter acesso a um capital inicial que possa garantir a compra dos produtos. Assim algumas rabidantes recorrem a poupanças rotativas, instituições de ajuda mútua, crédito em bancos ou mesmo ajuda de familiares. Em Cabo Verde, é possível destacar por exemplo a Totocaixa, que de acordo com Jacinto Santos (2017) compreende uma mutualidade de poupanças e créditos, cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida (habitacional, compra de mobiliários e equipamentos domésticos etc.) e investimento em atividades econômicas. A Totocaixa é uma importante alternativa para guardar dinheiro e comprar produtos, quer sejam eles ligados as atividades comerciais ou do dia a dia.

Destaca-se ainda a Morabi – Associação Cabo-verdiana de autopromoção da mulher e a OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde, que além dos programas de microcrédito, oferece serviços de aconselhamento e apoio para criação

⁵⁴ O Brasil constitui um dos principais destinos de compra das rabidantes cabo-verdianas, para maiores informações ver Silva (2012).

de microempresa e inserção de produtos no mercado. Essas entidades fomentam a capacidade empreendedora dessas mulheres, ao possibilitar o acesso não apenas a cursos de formação, mas também a recursos financeiros que acabam por dinamizar as atividades por elas desenvolvidas.

A instituição visa oferecer cursos de formação no sentido de promover a participação feminina em meio ao desenvolvimento político e econômico do país, de modo a garantir a melhoria das condições de vida das mulheres cabo-verdianas e de suas famílias. De acordo com dados disponibilizados no site da entidade, no que se refere aos cursos de formação oferecidos (entre os anos de 2009 e 2011) é possível destacar: Gestão de Pequenos Negócios (30 horas/financiado pela CMP⁵⁵/FAO⁵⁶), que contou com um total de 92 participantes, sendo 90 do sexo feminino e apenas 2 do sexo masculino; Gestão de Pequenos Negócios (30 horas/financiado pela Morabi/O'DAM⁵⁷), que contou com 617 participantes, sendo 612 mulheres e 5 homens, dentre outros⁵⁸.

O projeto de maior projeção da Morabi é o Programa de Microcrédito, criado em 1994 e que tem como objetivo oferecer serviços financeiros a população com baixo rendimento, especialmente, mulheres chefes de família. A proposta inicial era mobilizar fundos para as atividades com grande presença feminina, sobretudo, a venda de pescados. No entanto, no decorrer dos anos a demanda cresceu de forma significativa exigindo a ampliação das áreas de abrangência. Atualmente o microcrédito engloba as atividades voltadas para o pequeno comércio, pesca artesanal, conservação e comercialização de pescados, agropecuária, artesanato, pequenas indústrias e prestação de serviços.

As áreas de maior concentração dos financiamentos são: pequeno comércio

⁵⁵ Câmara Municipal da Praia.

⁵⁶ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

⁵⁷ Ong Espanhola que tem oferecido cursos de formação, em parceria com a Morabi, no tocante a gestão de negócios junto as vendedeiras da Cidade da Praia e demais conselhos.

⁵⁸ A Morabi também tem oferecido vários outros cursos de formação, tais como: Criação e Gestão Empresarial, Iniciação a informática, Técnicas empresariais, dentre outros. Para maiores informações, acesse: http://www.morabi.org/docs/cursos_ministrados.pdf. Acesso em: 30/10/2018

(81%), agricultura (4%) e prestação de serviços (15%)⁵⁹. No que se refere ao impacto do microcrédito em meio a realidade dos (as) beneficiados (as), é possível destacar quatro principais eixos de efetivação: no tocante a qualidade de vida dessas pessoas, é perceptível uma maior autonomia patrimonial e financeira, aumento da autoestima e maior credibilidade junto aos clientes e fornecedores; ao nível do empreendimento, é observado o aumento no volume das vendas e do patrimônio, criação de emprego e maior visibilidade do negócio; no lar, melhor estruturação da habitação, maior participação na educação dos filhos e melhoria da dieta alimentar; e na comunidade, construção de infraestruturas, acesso a bens/serviços e valorização da comunidade (MORABI, 2003).

Os dados apresentados pela Morabi são significativos em vários sentidos: não só pela grande presença feminina entre as beneficiadas, mas também pelo fato dos cursos de formação estarem diretamente voltados para o (a) pequeno (a) empreendedor (a). Quando refletimos sobre o impacto dessas ações em meio a vida das pessoas, fica perceptível o quanto essas melhorias extrapolam a vida individual de cada um (a), afetando toda a comunidade. Como já ressaltado anteriormente, reside aí a importância de incluir as mulheres nos círculos produtivos e fomentar as atividades empreendedoras, afinal o recurso por elas gerado acaba por afetar toda uma rede de pessoas e entidades.

No caso da OMCV um dos principais desafios da organização é o reforço da autonomia e empoderamento econômico das mulheres. Nas últimas décadas as ações desenvolvidas pela instituição têm focado na educação, formação e capacitação produtiva feminina com vista a possibilitar a concessão de microcréditos que possam garantir uma maior autonomia financeira, autoemprego e renda. O Programa de microcrédito da OMCV foi implementado no ano de 2000, tendo em vista as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres cabo-verdianas e poucas opções de trabalho no setor formal da economia.

⁵⁹ Aqui estão incluídas as atividades de restauração, salão/cabeleireiro, corte/costura, pastelaria, carpintaria, dentre outras.

Ana Silva (2012) ao analisar a efetivação do programa entre os anos de 2008 e 2009, observa que em Cabo Verde o projeto despontou como um instrumento eficaz no combate ao desemprego e a pobreza, notadamente, entre as mulheres chefes de família. Além do crédito e investimento, também são oferecidos serviços de aconselhamento e apoio para a criação de microempresas e inserção de produtos no mercado. Algumas rabadantes recorrem a este tipo de auxílio, mas grande parte delas dispõe de subsídios próprios ou de familiares, ou seja, elas se autofinanciam. De acordo com Espírito Santo (2011), este tipo de financiamento endógeno é composto pela poupança do próprio empresário, dos seus familiares e amigos, e constitui um tipo de investimento de solidariedade social ou comunitário. No âmbito das práticas informais as unidades de produção se confundem com as unidades domésticas, o auxílio financeiro de parentes constituiu uma forma importante de subsidiar os negócios. Entre as rabadantes essa é uma prática recorrente, a narrativa de Carla, anteriormente apresentada, foi bastante ilustrativa nesse sentido.

O que de fato nos chama atenção é sobretudo a capacidade de dinamização econômica de muitas delas, ou seja, o ato de empreender dessas mulheres. A maioria das rabadantes iniciam a atividade de forma bastante tímida, com poucos recursos, em geral vendendo gêneros alimentícios pelas principais ruas e avenidas da Cidade da Praia, capital do país. Ao passo que vão adquirindo uma maior lucratividade, diversificam os produtos comercializados e ampliam o investimento. Foi possível localizar desde as pequenas comerciantes, que possuem um capital de investimento modesto até as grandes comerciantes cujo montante movimentado é bastante expressivo.

A História de Vida de Dona Maria, 50 anos, é ilustrativa dessa realidade. Ela que começou vendendo peixe nas ruas, conseguiu adquirir um patrimônio considerável e hoje possui três lojas de cosméticos na Cidade da Praia, e emprega alguns funcionários. A trajetória de Dona Maria retrata a realidade vivida por muitas dessas mulheres que precisam viajar sozinhas para diferentes países e que pouco ou

nada sabem do idioma falado nesses locais. Uma vida cansativa, marcada por longas jornadas de trabalho. Elas passam dias, semanas e às vezes meses viajando, longe da família, a procura de produtos baratos para revenderem no seu país de origem e assim garantir uma maior lucratividade.

Além disso, o valor adquirido acaba por servir como capital para investir em outros ramos, na maioria dos casos a atividade inicial é complementada por outra. Por exemplo, as mulheres que vendem frutas e verduras também criam animais, dessa forma aquilo que ao final do dia não é comercializado acaba por servir como alimento para os bois, porcos ou cabras. No âmbito das teorias econômicas, é possível identificar várias críticas a chamada econômica informal, a visão recorrente é que a falta de organicidade e percepção empresarial constituiria um dos principais problemas, acarretando o seu fim. Contrariando tais premissas, a economia informal não apenas cresce cada vez mais como se diversifica, e a ravidância é ilustrativa desse fenômeno.

Considerações finais

Como foi possível observar, o incentivo ao empreendedorismo tem garantido a inserção de uma grande parcela da população feminina nas redes de negócio e de produção. Além disso, tem possibilitado emprego e renda, assim como reduzido a pobreza entre os grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica, especialmente em países onde as hierarquias de gênero se fazem presente. No caso das ravidantes caboverdianas, elas não apenas investem grande parte do valor arrecadado na educação dos filhos, como também acabam por empregar familiar, construindo uma rede de solidariedade econômica, ao mesmo tempo em que conseguem romper o problema geracional de não acesso a educação.

Referências

AMADIUNE, Ifi. *Reinventing África: matriarchy, religion, culture*. Zed Books Ltd, London & New York, 1997.

CASIMIRO, Isabel e SOUTO, Amélia. *Empoderamento econômico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 2010.

COSTA, Delaine. Práticas de empreendedorismo feminino: reflexões a partir de experiências multissituadas. In: COSTA, Delaine, AZEVEDO, Patrícia e SOUZA, Rosimere de. (orgs.) *Políticas Públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram*. Rio de Janeiro, IBAM, 2012.

ESPRÍRITO SANTO, Armindo. *Empresário, ambiente cultural e desenvolvimento em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: os rabidantes de Santiago e os candongueiros de São Tomé: uma abordagem comparativa das suas dinâmicas*. Tese de doutorado, Economia, Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

GROSSO, Laurinda. Reflexões sobre o conceito de empreendedorismo/empreendedor. *Ciclo de encontros sobre empreendedorismo - Newsletter 1*. Évora, 2012, pp. 04-05. Disponível em: http://www2.cm-evora.pt/redesocial/Documentos%20PDF/Newsletter1-CicloEncontrosEmpreendedorismo_Mar2012.pdf. Acesso em: 20/11/2014.

GOMES, Patrícia. As mulheres no sector informal: experiências da Guiné-Bissau. *Ciclo de encontros sobre empreendedorismo - Newsletter 1*. Évora, 2012, pp. 1-22. Disponível em: <http://www.cisa-as.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20de%20Patricia%20Gomes.pdf>. Acesso em: 20/11/2014.

PURCELL, Kate. Gênero e insegurança no trabalho no Reino Unido. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004, pp. 147-176.

SANTOS, Jacinto. *Economia social e solidária em Cabo Verde: gênese, entidades, atualidade e perspectivas*. Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2017.

SANTOS, Orlando. Do “pregão da avó Ximinha” ao grito da zungueira. Trajectórias de vida, identidades e representações sociais do quotidiano. *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, 2008, pp. 121-142.

SILVA, Ana Sofia S. R. Vieira. *Microcrédito em Cabo Verde: análise da sustentabilidade de duas instituições de microfinanças em 2008 e 2009*. Dissertação de Mestrado, Economia, Universidade Tecnológica de Lisboa, 2012.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. *A arte de comerciar: gênero, identidades e empoderamento*

feminino no comércio informal transatlântico das rabidantes cabo-verdianas. Tese de Doutorado, Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2012.

_____. Mercado de Sucupira: práticas comerciais e cotidiano das rabidantes cabo-verdianas. *Revista Outros Tempos*, vol. 12, n. 19, 2015, p. 153-167.

Documentos pesquisados

Relatório da Morabi, 2003 – *Relatório referente ao impacto do micro-credito*. Disponível em: http://www.morabi.org/docs/Impacto_do_Micro-Cr%C3%A9dito.pdf. Acesso em: 30/10/2018

Relatório do Banco Mundial, 2012 – *Igualdade de gênero e desenvolvimento*. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 10/08/2018.

Relatório da ONU Mulheres, 2018 – *Cabo Verde: perfil de gênero do país*. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2018/1/country-gender-profile-cabo-verde>. Acesso em: 30/07/2018.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho, 2005 – *A OIT e a economia informal*. Disponível em: https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf. Acesso em: 10/08/2018.

São muitos os motivos para comemorar a publicação desta obra pelo *Instituto Gênesis de Educação - GÊNESIS* reunindo a colaboração de membros da instituição, projetos e pesquisas versando sobre o tema do trabalho, do cuidado e sobretudo do protagonismo feminino no Maranhão. O título da obra tenta apreender algumas dimensões da transformação na condição feminina contemporânea, demarcando a conquista de novos espaços no campo econômico e institucional, os ganhos em autonomia e protagonismo, ao mesmo tempo em que a sua permanência na posição central de gestão do capital social e da economia de cuidados. O título se inspira em texto de Sueli Carneiro (2003), que ressalta a luta de mulheres negras brasileiras no interior do movimento feminista nacional, demarcando os complexos desafios para a realização da equidade de gênero e raça em nossa sociedade. A escolha do subtítulo, por seu turno, reforça o lugar de protagonismo feminino na produção de saberes e conhecimentos dentro do contexto maranhense, com atenção às particularidades histórico sociais de cada um dos objeto de pesquisa, posicionado nas fronteiras entre o rural e o urbano, entre o centro e a periferia do Estado do Maranhão.



Pedro & João
editores

ISBN 978-65-265-0880-0



9 786526 508800 >